UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO - POSENSINO

DIANA RODRIGUES DOS SANTOS LEITÃO

ENSINO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO: A LEI Nº 5.692/1971 E A BUSCA POR VOCAÇÕES NO 1º GRAU

MOSSORÓ - RN
2026

DIANA RODRIGUES DOS SANTOS LEITÃO

ENSINO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO: A LEI Nº 5.692/1971 E A BUSCA POR VOCAÇÕES NO 1º GRAU

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – PosEnsino como *Pré-requisito* para obtenção do título de Mestra no Mestrado em Ensino, com área de concentração em Ensino na Escola Pública, Linha 4 – Ensino: Narrativas, Discursos e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Leonidas de Brito

MOSSORÓ-RN
2026

DIANA RODRIGUES DOS SANTOS LEITÃO

ENSINO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO: A LEI Nº 5.692/1971 E A BUSCA POR VOCAÇÕES NO 1º GRAU

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – PosEnsino como *Pré-requisito* para obtenção do título de Mestra no Mestrado em Ensino, com área de concentração em Ensino na Escola Pública, Linha 4 – Ensino: Narrativas, Discursos e Memória.

Aprovado em _____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Leonardo Leonidas de Brito (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

_____

Prof. Dr. Emerson Augusto de Medeiros (Examinador Interno)
Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA)

_____

Prof. Dr. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (Examinador Externo)
Colégio Pedro II

_____

Prof. Dr. Guilherme Paiva de Carvalho (Suplente Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

_____

Prof. Dr. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães (Suplente Externo)
Colégio Pedro II

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFRN – Campus Mossoró

L533 Leitão, Diana Rodrigues dos Santos.
Ensino e formação para o trabalho: a Lei nº 5.692/1971 e a busca por vocações no 1º grau / Diana Rodrigues dos Santos Leitão. – 2026.
138 f.

Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2026.
Orientador: Dr. Leonardo Leonidas de Brito.

1. Ditadura militar. 2. Milagre econômico. 3. Lei nº 5.692/1971. 4. Ensino de 1º grau. I. Título.

CDU: 37.014.3 (81)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Elvira Fernandes de Araújo - CRB 15/294

Dedico esse trabalho à minha amadíssima mãe, Ana Maria, que com seu esforço me fez chegar até aqui. Também dedico a presente dissertação ao meu esposo, Everardo, pessoa que sempre me incentiva a vencer pelo caminho mais difícil: o do estudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus do Impossível, sem o qual não estaria vivenciando um dos momentos mais importantes de minha vida. A Jesus, meu salvador, aquele que morreu na cruz por mim e à Nossa Senhora, minha advogada fiel e intercessora de todas as horas.

Ao meu marido Everardo, por tornar meus dias mais cheios de fé e esperança. Por sonhar junto a mim tudo que virá pela frente. Obrigada por acreditar em mim mais do que eu mesma acredito. A vida é uma jornada incrível e vale a pena vivê-la com você!

À minha mãe e melhor amiga, Ana Maria, mulher forte e exemplo de retidão para mim e para todos que a conhecem. Sem ela, minha vida seria apenas uma passagem sem sentido. Amo-te infinitamente até o meu último dia nessa tenra existência.

Aos meus irmãos, João Paulo e Clara, por me incentivarem e acreditarem em meu potencial. Nem sempre concordamos, mas nosso amor é maior do que qualquer palavra que eu possa escrever aqui.

Aos meus avós, Albeci e Bartolomeu, por me criarem e me educarem. A sua sabedoria em forma de conselhos e repreensões me fizeram ser uma pessoa responsável. Meu avô Bertinho, nem o Alzheimer o fez esquecer do seu amor por mim. Obrigada por tudo e por tanto.

Às minhas tias, Rejane e Giselda, que desde muito cedo ajudaram na minha educação enquanto minha mãe trabalhava. Eram elas que madrugavam na fila para realizarem minha matrícula, resolviam as pendências e me esperavam sair das aulas na graduação para eu não ir para casa sozinha.

Ao meu pai, Dimas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leonardo Leonidas, sempre tão solícito e gentil. Agradeço pelas observações sempre feitas com tanto apreço pelo meu objeto de pesquisa. Peço licença ao compará-lo a um livro, com o qual sempre aprendo a cada página. Congratulo-o imensamente pela confiança e ajuda no percurso final do mestrado, assim como pela paciência. Obrigada pela acolhida.

Aos partícipes da banca examinadora, Professor Dr. Emerson Augusto de Medeiros (membro interno - UFERSA), Professor Dr. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (Membro Externo – Colégio Pedro II), o Professor Dr. Guilherme Paiva de Araújo (Suplente Interno – UERN) e o Professor Dr. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães (Suplente Externo - Colégio Pedro II), com suas inferências pertinentes e construtivas. Obrigada por terem me ajudado com conhecimento e tempo destinados à minha pesquisa. Jamais esquecerei da cortesia e disponibilidade.

Ao corpo docente do PosEnsino. Vocês foram essenciais, à sua maneira, para a minha formação como futura professora.

Ao professor Dr. Francisco das Chagas.

À pessoa de Adna, agradeço a todo corpo técnico do PosEnsino pela ajuda e presteza de sempre. Gentileza e dedicação são dois adjetivos que exemplificam muito bem todo o suporte que recebi durante os dois anos de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio concedido por meio de bolsa que me ajudou a participar de uma nova etapa em minha jornada acadêmica, oportunizando uma melhor qualidade de vida no curso da pós-graduação.

“As pessoas sabem aquilo que elas fazem; frequentemente sabem por que fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem” (Foucault, 1995, p. 206).

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo principal analisar a forma pela qual a Lei nº 5.692/1971 tratou o Ensino de 1º Grau, naquilo que tange às técnicas pedagógicas sugeridas pela normativa, tendo como fulcro a formação para o labor. Para corroborar a relevância deste trabalho, elencamos seus objetivos específicos: contextualizar historicamente a criação da Lei nº 5.692/1971; analisar a Lei nº 5.692/1971 a partir de seu conteúdo e a relação estabelecida com outras normativas jurídicas; e por fim, compreender como a formação para o trabalho esteve presente em materiais didáticos usados no ensino de 1º Grau. A pesquisa em tela possui como metodologia a análise documental, que se deu por meio de um estudo de dois livros-manuais da disciplina "Educação para o Trabalho – Sondagem de Aptidões", 7ª série e "Educação para o Trabalho - A Escolha Profissional", 8ª série, ambos da escritora Lurdes de Bortoli, bem como o uso de outras fontes (legislação e mídias divulgadas pelos governos à época), estas vistas como meios para compreender os cenários político e socioeconômico do início da Ditadura, em especial o "Milagre Econômico". Também foi feita uma revisão de literatura, utilizando nomes como Dreifuss (1981), Kucinski e Branford (1987), Veloso; Villela e Giambiagi (2008), dentre outros. Não obstante, indaga-se: de que maneira essa Lei tratou o ensino de 1º grau? Que práticas foram usadas ou recomendadas para educar jovens tendo como meta a formação para o trabalho, embora ainda não obrigatória nesse nível? Isto posto, buscamos contextualizar o Estado Brasileiro tomado pelo golpe deflagrado pelos Militares em consonância com um grupo seleto de civis, dando início à Ditadura Militar (1964-1985). Este hiato foi marcado por mudanças significativas em diversos eixos da sociedade, principalmente na economia e educação. As várias medidas tomadas levaram o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) a crescer, em média, 11% ao ano, fato que ficou conhecido como "Milagre Econômico" (1968-1973), fruto do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que se mostrou como uma verdadeira mácula na economia nacional, uma vez que para sustentar índices financeiros tão favoráveis, foram necessárias medidas escusas que patrocinaram o dito miraculoso. Com a instalação de multinacionais no Brasil, tornou-se necessária a qualificação de mão de obra. O governo precisava criar um instrumento legal para que os jovens pudessem trabalhar neste nicho em ascensão e para tanto, foi sancionada a Lei nº 5.692/1971, que tornava o ensino profissionalizante compulsório no 2º Grau, mas que já incutia o despertar de vocações nos alunos do 1º Grau. Logo, podemos inferir a relevância da análise da presente pesquisa para corroborar a premissa de que a profissionalização do ensino já acontecia nos últimos anos daquela faixa escolar. Tal ponto é ratificado quando estudamos o conteúdo presente nos dois livros-manuais da disciplina Educação para o Trabalho. Assim, esperamos que este trabalho seja uma nascente perene para consultas sobre o assunto, objetivando que a nossa e as próximas gerações compreendam o impacto da pesquisa aqui apresentada.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Milagre Econômico; Lei nº 5.692/1971; Ensino de 1º Grau.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to analyze how Law No. 5,692/1971 addressed primary education, specifically regarding the pedagogical techniques suggested by the legislation, focusing on vocational training. To corroborate the relevance of this work, we have listed its specific objectives: to historically contextualize the creation of Law No. 5,692/1971; to analyze Law No. 5,692/1971 based on its content and the relationship established with other legal regulations; and finally, to understand how vocational training was present in teaching materials used in primary education. This research employs documentary analysis as its methodology, conducted through a study of two textbooks from the subject "Education for Work – Aptitude Assessment," 7th grade, and "Education for Work – Professional Choice," 8th grade, both by the author Lurdes de Bortoli, as well as the use of other sources (legislation and media disseminated by the governments at the time), these seen as means to understand the political and socioeconomic scenario of the beginning of the Dictatorship, especially the "Economic Miracle." A literature review was also carried out, using authors such as Dreifuss (1981), Kucinski and Branford (1987), Veloso; Villela and Giambiagi (2008), among others. Nevertheless, the following questions arise: how did this Law address primary education? What practices were used or recommended to educate young people with the goal of preparing them for work, even though it was not yet mandatory at that level? Having established this, we seek to contextualize the Brazilian State taken over by the coup launched by the Military in conjunction with a select group of civilians, thus beginning the Military Dictatorship (1964-1985). This period was marked by significant changes in various areas of society, mainly in the economy and education. The various measures taken led the Brazilian Gross Domestic Product (GDP) to grow, on average, 11% per year, a fact that became known as the "Economic Miracle" (1968-1973), a result of the Government's Economic Action Plan (PAEG), which proved to be a real stain on the national economy, since to sustain such favorable financial indicators, underhanded measures were necessary to sponsor the so-called miracle. With the establishment of multinational companies in Brazil, the qualification of the workforce became necessary. The government needed to create a legal instrument so that young people could work in this growing niche, and for this purpose Law No. 5,692/1971 was enacted, making vocational education compulsory in secondary education, but already instilling the awakening of vocations in primary school students. Therefore, we can infer the relevance of the analysis in this research to corroborate the premise that the vocationalization of education was already happening in the final years of that school level. This point is ratified when we study the content present in the two textbooks of the subject Education for Work. Thus, we hope that this work will be a lasting source for consultations on the subject, aiming for our generation and future generations to understand the impact of the research presented here.

Keywords: Military Dictatorship; Economic Miracle; Law No. 5.692/1971; Primary education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Presidente Juscelino Kubitschek na inauguração da Volkswagen do Brasil..... 38

Figura 2 – Governo sanciona a Lei do FGTS 46

Figura 3 – A “livre escolha” do trabalhador 47

Figura 4 – Presidente Médici torna pública a nova Lei sobre o ensino 58

Figura 5 – Capa do livro “Educação para o Trabalho – Sondagem de Aptidões” 74

Figura 6 – Capa do livro “Educação para o Trabalho – A Escolha Profissional” 75

Figura 7 – *Pré-requisito*: Capítulo 1..... 83

Figura 8 – Texto: Capítulo 1, Parte I 86

Figura 9 – Texto: Capítulo 1, Parte II..... 87

Figura 10 – Texto: Capítulo 1, Parte III..... 88

Figura 11 – *Atividades de Classe* e *Atividades de Campo*: Capítulo 1. 90

Figura 12 – Exemplos de Atividade de Verificação..... 91

Figura 13 – *Pré-requisito*: Capítulo 3..... 93

Figura 14 – Texto: Capítulo 3, Parte I 95

Figura 15 – Texto: Capítulo 3, Parte II..... 96

Figura 16 – Texto: Capítulo 3, Parte III..... 98

Figura 17 – Texto: Capítulo 3, Parte IV. 100

Figura 18 – *Atividades de Classe* I, Capítulo 3..... 101

Figura 19 –*Atividades de Classe* II, Capítulo 3. 102

Figura 20 – *Pré-requisito*: Capítulo 3, Livro 2..... 106

Figura 21 – Texto: Parte I, Capítulo 3, Livro 2 108

Figura 22 – Texto: Parte II, Capítulo 3, Livro 2..... 110

Figura 23 – *Atividades de Classe* e *Atividades de Campo*: Capítulo 3, Livro 2. 112

Figura 24 – Atividades de Verificação: Capítulo 3, Livro 2 114

Figura 25 – *Pré-requisito*, parte I: Capítulo 6, Livro 2..... 116

Figura 26 – *Pré-requisito*, parte II e Texto parte I: Capítulo 6, Livro 2..... 117

Figura 27 – Texto: Parte II, Capítulo 6, Livro 2..... 119

Figura 28 – Texto: Parte III, Capítulo 6, Livro 2..... 121

Figura 29 – *Atividades de Classe*: Parte I, Capítulo 6, Livro 2 123

Figura 30 – *Atividades de Classe*: Parte II – Avaliação, Capítulo 6, Livro 2..... 124

Figura 31 – Método de quantificação e Atividade de Campo, Capítulo 6, Livro 2.....125
Figura 32 – Atividade de Verificação, Capítulo 6, Livro 2 127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritores utilizados para pesquisa de trabalhos sobre o tema… 24
Quadro 2 - Base técnico-jurídica a ser consultada.....26
Quadro 3 - Diferenças entre Relação de Trabalho e Relação de Empregado 72
Quadro 4 - Seções Metodológicas dos Livros 1 e 2.....79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução anual da balança comercial, da inflação e do PIB 40
Tabela 2 - Brasil: Indicadores Macroeconômicos (1968-1973) 40
Tabela 3 - Evolução do Salário Real (1958-1969) 43

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1…..... 52
Fluxograma 2…..... 53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Atos Institucionais
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNH	Banco Nacional da Habitação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFE	Conselho Federal de Educação
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Didático
DOU	Diário Oficial da União
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EC	Emendas Constitucionais
EMC	Educação Moral e Cívica
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HB	Habilitações Básicas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBEP	Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISS	Imposto sobre Serviços
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAEG	Plano de Ação Econômica
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto

PL	Projeto de Lei
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 O GOLPE DE 1964: PREÂMBULO DE UM LONGO PERÍODO AUTORITÁRIO 28

2.1 O GOLPE E AS MUDANÇAS ECONÔMICAS DELE ADVINDAS 28

2.2 O GOLPE EMPRESARIAL DE 1964: DEMOCRACIA, MEIA VOLTA, VOLVER 32

2.3 O "MILAGRE ECONÔMICO": A FALSA DÁDIVA DE MÉDICE 35

3 A LEI Nº 5.692/1971 E SEUS PARECERES REGULADORES 50

3.1 PROCESSO LEGISLATIVO: A GÊNESE DA LEI 51

3.2 A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA LEI Nº 5.692/1971 54

3.3 A LEI Nº 5.692/1971 E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 57

3.4 OS PARECERES REGULADORES 62

3.5 A LEI Nº 7.044/1982: UM NOVO PANORAMA SOBRE O ENSINO PROFISSIONALIZANTE 67

4 OS IMPACTOS DA LEI Nº 5.692/1971 NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO A PARTIR DO 1º GRAU, COM ÊNFASE NOS ESTUDOS DE DOIS LIVROS DA DISCIPLINA "EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO" 70

4.1 CONCEITOS RELEVANTES: TRABALHO, EMPREGO E MÃO DE OBRA 70

4.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS LIVROS-MANUAIS DA DISCIPLINA "EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO" 73

4.2.1 Análise de Conteúdo – Livro 1 80

4.2.2 Análise de Conteúdo – Livro 2 103

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 129

6 REFERÊNCIAS 133

1. INTRODUÇÃO

A vida me proporcionou[1] desde cedo, uma experiência única nos estudos sobre a qual me sinto deveras privilegiada. Cursei meu Ensino Médio no CEFET UNED – Mossoró, no período de 2003 a 2005, e, mesmo antes de terminar, obtive aprovação no curso de Fisioterapia em uma faculdade particular com bolsa integral em João Pessoa-PB. Não tive como ir por questões financeiras, mas em seguida, consegui entrar no curso de Ciências Contábeis também com bolsa integral em minha cidade natal, Mossoró-RN. Foi ali que começou o meu amor pelo Direito, mas esse amor só se concretiza cinco anos após a conclusão desta minha primeira graduação.

Em 2016, consegui aquilo que era não só uma realização acadêmica, mas a conquista de um sonho: ser aluna do curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Nessa jornada pelo Direito, tive o prazer de ser monitora da disciplina "Direito do Trabalho I". Foi ali que eu realmente entendi que fui conduzida até aquele curso para que eu pudesse encontrar minha verdadeira casa: o ensino. Como monitora, tive oportunidade de preparar aulas, realizar atividades e de me conectar com o alunado e assim, descobri que o meu lugar era lá, ao lado do quadro, passando o conhecimento que adquiri adiante, sentindo o coração bater mais forte a cada aula ministrada, a cada prova aplicada.

Depois da formatura e aprovação no Exame de Ordem, passei a exercer a profissão em que hoje me encontro, mas sabia que meu lugar não era nos tribunais e nos fóruns e sim na sala de aula. Comecei a procurar formas de trilhar esse caminho e foi nesse meio tempo que descobri o Edital nº 07/2023 para a seleção dos alunos especiais do Mestrado ofertado pelo PosEnsino. Consegui ser selecionada para cursar a disciplina Tópicos Especiais em Ensino III – Memórias do Ensino no Brasil, então ministrada pelo Professor Dr. Francisco das Chagas e foi nesta cátedra que encontrei a energia arrebatadora que me fez entender que era por meio dela que conseguiria me ver envolvida nas atividades inerentes a um mestrado.

Por ter formação em Direito, o estudo da normativa 5.692 de 11 de agosto de 1971, mostrou-se ser um desafio diferente, o que me instigou a procurar saber mais sobre o assunto. Como advogada, preciso ser curiosa e por se tratar de um ordenamento jurídico desconhecido para mim até então, consegui ver o despertar de um genuíno apreço pelo tema e daí concebê-lo

[1] Inicio escrevendo em primeira pessoa por tratar-se da narrativa de minha experiência durante o percurso como aluna desde o ensino médio até a entrada no Mestrado.

como um objeto que gostaria de pesquisar. Com esse propósito, submeti-me à seleção do Programa de Pós-Graduação em Ensino, conseguindo ser aprovada para a turma cuja entrada se deu em 2024.

Compreendo que é necessário o exame da supracitada Lei para o entendimento das repercussões que esta causou na educação brasileira, principalmente no que se refere ao Sistema de Ensino Profissionalizante e como base da nossa pesquisa a sua relevância para o Ensino de 1º Grau.

Entretanto, essa Lei, como quaisquer outras, não nasceu por acaso, daí a necessidade de versarmos sobre o contexto em que o país se encontrava durante o processo de implementação do instrumento normativo que elegemos como fomento para nossa pesquisa. Sua instituição ocorre no cenário da Ditadura Militar, quando as Forças Armadas, sob a égide de setores importantes da sociedade (o escol empresarial, a Igreja Católica, a classe média emergente, dentre outros) e do governo dos Estados Unidos, tomaram o controle do Estado Brasileiro.

O golpe de Estado deflagrado no dia 31 de março de 1964, deu início a diversos fatores que, paulatinamente, fizeram a ditadura perder força com o advento do processo de transição para a democracia no fim dos anos 1970 e que culminou com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988. Assim, pastas essenciais como Economia e Educação foram o escopo de mudanças significativas. No que diz respeito a esta última, no qual repousa o conceito de "capital humano", entende-se que os recursos destinados à educação não são debitados como gastos, e sim, como investimento, visando instituir uma relação direta, imediata e de sujeição da educação à produção (Germano, 2005).

A relação entre profissionalização e ensino ocorre em meio a uma ode ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1968 a 1973, hiato temporal que ficou conhecido como "Milagre Econômico". Tal termo foi cunhado e concebido pelo governo do presidente General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), tendo como premissa asseverar a ideia de que a Ditadura Civil-Militar estava concedendo um novo fôlego à conjuntura macroeconômica do país, servindo como um excelente subterfúgio para os fins propagandistas militares.

Em que pese, é mister salientar que o dito miraculoso refletia uma roupagem nova dada à conjuntura econômica que o país experienciou, uma vez que visava camuflar a catálise na concentração de renda de uma minoria empresarial que se deu por meio de investimento massivo de capital estrangeiro com a inserção de multinacionais em território Brasileiro. Entretanto, para financiar tal benesse, houve uma diminuição drástica do rendimento médio da massa trabalhadora que observava atônita a queda do seu poder de compra principalmente no que se refere à aquisição de insumos necessários.

Tal movimento insalubre, no qual a base da pirâmide econômica (formada pelos trabalhadores assalariados) se contrai para sustentar o topo (que detém a maior parte do controle de capital e renda), com o intuito de estabilizar a economia, ficou conhecido como arrocho salarial.

Ademais, o desenvolvimento que se via no país estimulou o empresariado Brasileiro a também investir, pois estava diante de uma economia com índices extremamente favoráveis e convidativos. Junte-se a isso os investimentos estatais na criação de empresas como a Telebrás, Embratel e Infraero.

Nesse cenário de crescimento econômico, o governo Brasileiro precisava resolver um dos grandes problemas do país: lutar contra o analfabetismo e capacitar mão de obra, visto que isso não só daria mais qualidade à produção nacional, como atrairia as indústrias multinacionais, fortalecendo a base do setor no país. Desse modo, o Brasil se viu "fisgado" pela pedagogia tecnicista posta em prática nos chamados "países desenvolvidos" à época, dentre os quais os Estados Unidos, um modelo para o governo militar.

A preocupação era com o aumento da eficiência, ao fazer uso de uma série de regras de organização e sistematização do trabalho (Silva, 2016). Isto posto, torna-se compreensível que, no contexto de uma Ditadura Civil-Militar, foram realizados os chamados Acordos MEC/USAID[2] vislumbrando uma economia baseada no tecnicismo tão apreciado pelos americanos.

Portanto, tornou-se possível perceber as influências externas, principalmente a norte-americana na política econômica Brasileira na década de 1960, que, aliás, estiveram presentes ainda antes do Golpe Militar de 1964. Não podemos esquecer a importância da Doutrina de Segurança Nacional – DSN, cujos primórdios datam do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando os Estados Unidos se posicionaram como detentores de uma hegemonia a nível mundial estando à frente do bloco dos países capitalistas.

Dessa forma, os EUA passaram a exercer um forte controle sobre os países chamados de "Terceiro Mundo", numa aliança de combate ferrenho ao comunismo, sendo evidenciada principalmente na América Latina (Montagna, 2012), sobretudo após a Revolução Socialista

[2] Para atender ao contingente cada vez maior de empresas se firmando no país, principalmente nos setores da indústria e construção civil, acordos entre o Brasil e os Estados Unidos foram firmados com o intuito de promover assistência de cunho técnico e cooperação financeira à pasta da Educação Brasileira. Assim, ratificam-se os convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Tais arranjos ficaram conhecidos como os Acordos MEC/USAID, sendo consolidados entre os anos de 1964 a 1968, que além de estreitar relações com a nação americana, serviram de impulso para gestar a Lei nº 5.692/1971, entre outras alterações na legislação educacional brasileira.

em Cuba, em fins da década de 1950.

No Brasil, a DSN é reforçada mediante a criação da Escola Superior de Guerra – ESG, em 1949, no Rio de Janeiro, então capital da República, perpetuando um modelo pelo qual as Forças Armadas ratificaram seu poder e influência na política nacional, tomando como expoente a *National War College* de Washington.

Torna-se importante a ressalva de que o corpo discente da ESG era formado por civis e militares que seriam instruídos e disciplinados a colocarem em prática a concepção advinda da DNS estadunidense, que, nas palavras do seu fundador, o Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias: "buscava para o Brasil modelos de governo que pudessem funcionar: ordem, planejamento e racionalização de finanças […] e tomamos a decisão de procurar meios para encontrar o caminho a longo prazo" (Montagna, 2012, p. 34).

Assim, apenas a partir do conjunto formado por elementos essenciais como a DSN, a doutrina do anticomunismo, a educação para o desenvolvimento, a pedagogia tecnicista, o "Milagre Econômico" e a influência norte americana podemos entender a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus empreendida pela Lei nº 5.692/1971, cuja característica mais ressaltada nos estudos sobre as políticas educacionais da Ditadura é a compulsoriedade da formação profissionalizante no 2º Grau e a iniciação para o trabalho previsto para o 1ª Grau.

Isto posto, certos cânones eram apresentados no bojo da Lei tratando especificamente do Ensino no 1º Grau, deixando nítido que neste havia a imprescindibilidade de uma formação profissional mediante à sondagem de aptidões e da iniciação para o trabalho, conforme vemos no inciso 2º, alínea "a" do artigo 5º da norma: "A parte de formação especial do currículo terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º Grau" (Brasil, 1971, n.p.).

Ademais, importa ilustrar que algumas mudanças se tornaram essenciais para a compreensão daquilo que se tratava a norma em tela, sendo uma destas a criação, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), do Parecer nº 45/1972, cujo relator foi o Pe. José Vieira de Vasconcelos, que salientava, no Artigo 5°, parágrafo segundo a importância do incentivo ao despertar vocacional no 1º Grau:

> A sondagem de aptidões para o trabalho é voltada exclusivamente para o aluno; já a iniciação ao trabalho e a habilitação profissional, sem menosprezar as aptidões do educando (que não é nunca um ser monovalente) deve levar em conta "as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados" (Brasil, 1972, p. 111).

Assim, considerando que a educação era vista como um motor para o desenvolvimento

econômico, questionamos: de que maneira essa Lei tratou o Ensino de 1º Grau? Que práticas foram usadas ou recomendadas para educar crianças e adolescentes tendo como meta a formação para o trabalho, embora ainda não obrigatória nesse nível?

Diante do exposto, traçamos como objetivo geral uma análise acerca da forma pela qual a Lei nº 5.692/1971 tratou o Ensino de 1º Grau, naquilo que tange às técnicas pedagógicas sugeridas pela normativa, tendo como premissa a formação para o labor, mesmo que esta ainda não fosse compulsória nessa faixa educacional.

Como objetivos específicos apresentamos três ideias que se constituíram como desdobramentos do objetivo geral do trabalho, nos quais detalhamos os conceitos balizadores da pesquisa:

1 – Contextualizar historicamente a criação da Lei nº 5.692/1971, traçando uma linha temporal de fatos que se iniciam no fim do período pós Segunda Guerra Mundial, em 1945;

2 – Analisar a Lei nº 5.692/1971 a partir de seu conteúdo e a relação estabelecida com outras normativas jurídicas que vão desde a sua Exposição de Motivos até a Lei nº 7.044/1982, que trouxe modificações relevantes para o ensino no Brasil;

3 – Compreender como a formação para o trabalho esteve presente em materiais didáticos usados no Ensino de 1º Grau, a partir do estudo de dois livros didáticos da disciplina Educação para o Trabalho, com vistas a realização de um estudo robusto sobre o tema.

Nesse sentido, torna-se relevante a ressalva de que a Lei 5.692/1971 imprimiu no Ensino do 1º Grau a caracterização de uma consciência educacional na qual, já nas fases iniciais da educação formal, os adolescentes e jovens eram impelidos a procurarem o seu despertar vocacional para que, quando ingressassem no 2º Grau, já tivessem alguma afinidade com os cursos profissionalizantes ofertados. Assim, esperava-se que, ao concluírem o 2º Grau, os egressos tivessem garantida uma profissão regulamentada, facilitando a sua entrada no mercado de trabalho em plena expansão dada à conjuntura econômica favorável durante o "Milagre Econômico".

O presente trabalho tem por expressão demonstrar como a Lei nº 5.692/1971 promoveu alterações singulares no campo educacional e a pesquisa aqui apresentada tem por primazia levar o conhecimento sobre o assunto a um maior contingente de pessoas, uma vez que a história perpassa gerações e se torna um dos elementos centrais para narrar fatos relevantes de uma sociedade no espaço-tempo determinado, para que estes não acabem sendo cerceadas pelo esquecimento.

Infere-se, então, que trabalhos como esse propõem-se a trazer um novo olhar para o estudo das reminiscências dessa Lei por meio da análise das mudanças por ela causadas na

estrutura educacional Brasileira, bem como da própria compreensão sobre a instrução que era ofertada à época mediante a vigência da Lei nº 5.692/1971, em meio à conjuntura de uma Ditadura Civil-Militar na qual o país se submeteu por longos vinte e um anos.

Em consonância com as evoluções que ascenderam com a consumação do Regime de Exceção instaurado com o Golpe Militar de 1964, principalmente naquilo que tange à reforma proposta pela supracitada Lei, tornou-se cognoscível a necessidade de entender o contexto em que se deu a sanção da norma nº 5.692/1971, destacando o momento de transição pelo qual o país passou para se adequar a uma nova e complexa realidade educacional, cujos reflexos foram sentidos em diversos setores da sociedade, principalmente na economia com o "Milagre Econômico".

Nesse diapasão, quando se debate sobre as transformações provenientes da Lei nº 5.692/1971 para a educação Brasileira, logo nos remetemos à mudança de maior repercussão, como a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante para os estudantes do 2º Grau, ratificando a proposição de que o Ensino de 1º Grau estava exercendo a função da formação para o trabalho, mas de maneira menos vultosa. É nesse ínterim que idealizamos a base que fomentou a pesquisa: uma análise acerca da maneira pela qual essa Lei tratou o Ensino de 1º Grau, bem como compreender que práticas pedagógicas foram usadas ou recomendadas para educar os jovens nessa faixa educacional, tendo como meta a formação para o trabalho, embora ainda não obrigatória nesse nível.

Diante do exposto, a pesquisa busca estatuir as nuances do relevo histórico-social em que se deu a instituição da Lei nº 5.692/1971 e como suas práticas pedagógicas foram utilizadas ou recomendadas para o ensino dos discentes dessa faixa educacional, por meio de um olhar singular sobre o tema, servindo como fomento acadêmico para o soerguimento de novas discussões acerca daquilo que está sendo proposto.

Não obstante, tornou-se pertinente compreender que, para a realização deste estudo foi utilizado como base o viés teórico do materialismo histórico e dialético, em especial a partir das contribuições do socialista alemão Karl Marx. Compreendendo esse postulado como uma forma de entender as contradições das sociedades capitalistas a partir da gênese da Revolução Industrial. De acordo com Masson (2007, p. 109), "o objetivo de Marx, ao desenvolver o método materialista histórico-dialético, é apreender, desvelar a produção e transformação do ser social".

Assim, o materialismo histórico e dialético tem sua origem na dialética como método, mas na inversão da dialética idealista de Hegel. Marx busca produzir um mecanismo que possibilite captar a essência do objeto a ser investigado a partir da observação das condições

materiais (Masson, 2007, p. 107).

Compreendemos que, para tornar vigorosa a discussão a respeito do materialismo histórico e dialético, fez-se necessário a inclusão da noção de Frigotto (2010) sobre o assunto, pois para o autor o método está vinculado a uma concepção de realidade de mundo e de vida no seu conjunto. Faz, nesse sentido, pertinente a citação de Frigotto (2010, p. 84):

> A questão da postura, neste sentido, antecede ao método, constituindo-se numa forma de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica com o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

A partir disso, buscamos estudar o nosso objeto de pesquisa com base no método histórico-crítico, por entendermos que tal instrumento corrobora este trabalho.

No tocante aos autores que escolhemos para fundamentar o entendimento sobre como se deu a implementação da Lei nº 5.692/1971 nas instituições de ensino, principalmente no que concerne ao Ensino de 1º Grau e quais foram as práticas abordadas ou sugeridas pela norma para educar os jovens que cursaram este nível, mesmo que a qualificação para o labor não fosse para eles obrigatória.

Por conseguinte, a presente pesquisa teve seu início a partir de uma consulta acerca de seu objeto na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com o auxílio do conjunto de três descritores, aos quais foram nominados de Descritores A; Descritores B e Descritores C, como apresentaremos adiante no Quadro 1, com os resultados obtidos:

Quadro 1 – Descritores utilizados para pesquisa de trabalhos sobre o tema

Nome do descritor	Definição do descritor	Trabalhos Encontrados	Trabalhos Descartados	Total
A	“ensino profissionalizante” + 1º grau	0	0	0
B	“ensino profissionalizante” + “1º Grau”	0	0	0
C	“ensino profissionalizante” + “1º Grau”	2	2	2

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nos Descritores A e B não foram encontrados resultados, já no Descritor C, foram encontrados 2 trabalhos, sendo uma dissertação e uma tese que foram descartados, pois seus

respectivos resumos não vão ao encontro do nosso objeto da pesquisa, revelando-se como fontes infrutíferas, restando demonstrada a originalidade do tema estudado.

Partindo do que foi exposto, o trabalho em tela está sendo desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa dos dados, os quais foram produzidos e organizados por meio de técnicas metodológicas consagradas, tais como a revisão bibliográfica e o exame documental. A escolha pelo método qualitativo está alicerçada a partir da perspectiva de Yin (2016), na qual o pesquisador define esse tipo de pesquisa científica como aquela que "implica um amplo conjunto de pesquisa, abarcando uma diversidade de métodos altamente contrastantes" (Yin, 2016, p. 29).

Também trabalhamos com o conceito de pesquisa documental a partir dos estudos de Le Goff (1990), posto que o autor desenvolve a noção de documento/monumento, isto é, a consciência documental projetada por Le Goff se faz necessária para que se conceba a relevância dos documentos de forma monumentalizada, ou seja, tratá-los de maneira a preservar a memória de uma época na qual se pretende evidenciar (Le Goff, 1990).

Ratificando a premissa anterior, o documento é tratado por Le Goff como a base dos fatos históricos, uma vez que é selecionado a partir da decisão do historiador, revelando-se como uma prova histórica, sendo encarado de forma a compreendê-lo na sua essência de testemunho escrito, possuindo maior credibilidade ao ser tratado como um conceito basilar em nossa pesquisa, uma vez que descreve de forma crítica determinada passagem do tempo e, consequentemente, da história.

Ao fazer uso da pesquisa documental, esta encontra-se fomentada a partir do arcabouço normativo dado pelo conteúdo presente no Quadro 2, composto pela Exposição de Motivos de 30 de março de 1971; a Lei nº 5.692/1971; o Parecer 45/1972; o Parecer 76/1975 e a Lei nº 7.044/1982, corroborada pelo conceito de fontes históricas desenvolvido por Barros (2020) fazendo uso de uma das categorias da taxonomia de fontes que o autor desenvolve: as fontes textuais, que aludem à ideia de que estas são elaboradas por meio da escrita, uma vez que esse tipo de insumo se mostra como aquele que "domina amplamente o debate historiográfico" (2020, p. 79). E são de âmbito público, porque se referem ao lugar em que elas foram concebidas.

Por público, Barros (2020, p. 83) entende que: "são os textos produzidos oficialmente pelo Estado, mas também por instituições diversas, por associações diversificadas, pela Igreja etc.". Assim, constituem-se as fontes textuais de âmbito público, as quais serão utilizadas no decorrer deste trabalho.

Em que pese algumas fontes de âmbito público mencionadas não se relacionem

diretamente com a Lei nº 5.692/1971, a análise deste corpo de normas faz-se primaz para compreender os objetivos desta legislação educacional, como podemos vislumbrar no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Base técnico-jurídica a ser consultada

Legislação	Ementa
Exposição de Motivos 30/03/1971	Torna público o anteprojeto da Lei nº 5.692/1971.
Lei nª 5.692/1971	Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2º Graus, e dá outras providências.
Parecer nº 45/1972	Fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional (ou conjunto de habilitações afins) no ensino de 2º Grau.
Parecer nº 76/1975	Cria as primeiras 10 (dez) Habilitações Básicas profissionalizantes.
Lei nº 7.044/1982	Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do Ensino de 2º Grau.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Não obstante, naquilo que se refere à disposição estrutural deste estudo, o trabalho está dividido em 05 (cinco) seções, sendo esta a primeira, contendo os elementos introdutórios e metodológicos da pesquisa. As seções intermediárias (da 2 a 4) foram desenvolvidas em consonância aos objetivos específicos já explicitados, tornando a pesquisa fidedigna àquilo que propomos inicialmente. Por fim, na quinta seção tem-se a conclusão do estudo, com o intento do alcance dos objetivos propostos e da oferta de um trabalho que sirva como base para discussões futuras sobre a História do Ensino Profissionalizante no Brasil, principalmente acerca da Lei nº 5.692/1971 naquilo que tange ao despertar de vocações no 1º Grau, uma vez que o propósito da pesquisa científica é perpetuar o conhecimento.

A partir dessa compreensão, tornou-se possível conceber este estudo a partir do seguinte problema de pesquisa: como a norma em tela tratou o Ensino de 1º Grau, tendo como intuito a formação para o trabalho, embora ainda não obrigatória nessa faixa educacional, considerando os contextos político e econômico vigentes na Ditadura Civil-Militar? Isto posto, nos próximos parágrafos trataremos com maior profundidade as seções centrais da pesquisa.

Na segunda seção, para fazermos a contextualização histórica da Lei nº 5.692/1971, partiremos de uma revisão bibliográfica. Certa feita, a pesquisa foi amparada no levantamento pautado de livros e artigos que retratam os contextos histórico, político, sócio educacional e econômico concernentes ao período que vai do da instauração da Ditadura Militar até o "Milagre Econômico". Para corroborar a nossa argumentação, foi feito o aporte de livros e artigos de autores como de Dreifuss (1981), Kucinski e Branford (1987), Cunha e Góes (2002), Germano (2005), Pires (2005), Veloso; Villela e Giambiagi (2008), Martins (2015), dentre

outros.

Na terceira seção, ao analisarmos a instituição da Lei nº 5692/1971, toma-se como método a pesquisa bibliográfica com o aporte de uma análise documental. Essa análise dar-se-á a partir dos fundamentos técnico normativos citados no Quadro 1, uma vez que todas as fontes nele elencadas possuem alguma relação com o instrumento estudado.

Vale ressaltar que a normativa jurídica posterior à Lei em tela, a de nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, regulamenta dispositivos relevantes no que tange ao Ensino de 1º Grau, como podemos observar no artigo 76 do supracitado ordenamento:

> A preparação para o trabalho no ensino de 1º Grau, obrigatória nos termos da presente Lei, poderá ensejar qualificação profissional, ao nível de série realmente alcançada pela gratuidade escolar em cada sistema, para a adequação às condições individuais, inclinações e idade dos alunos (Brasil, 1982).

Por fim, na quarta seção, para compreendermos como a formação para o trabalho esteve presente em materiais didáticos usados no Ensino de 1º Grau, utilizaremos como base dois livros didáticos produzidos à época para a disciplina Educação para o Trabalho, que eram: *Educação para o Trabalho: sondagem de aptidões* (7ª série) e *Educação para o Trabalho: a escolha profissional* (8ª série), ambos da escritora Lurdes de Bortoli.

Os livros supracitados serão analisados a partir de seus conteúdos (imagens e exercícios utilizados). Assim, tornará possível entender como os livros didáticos utilizados são instrumentos relevantes para que possamos conceber uma pesquisa bem fundamentada.

Logo, veremos a partir da próxima seção como se deu a tríade conceitual em que repousa os contextos histórico, político e econômico, fomentando o caminho para a construção da Lei nº 5.692/1971, que se mostra como objeto desta pesquisa, bem como versar sobre relevância e influência do corpo empresarial para o planejamento e instauração do golpe de 1964 no Brasil.

2. O GOLPE DE 1964: O PREÂMBULO DE UM LONGO PERÍODO AUTORITÁRIO

No tilintar da madrugada do dia 31 de março de 1964 foi deflagrado aquilo que ficaria conhecido como o início de um dos períodos de maior obscuridade da História do Brasil - o golpe militar, sendo este o responsável pela destituição do então presidente eleito João Goulart - o Jango, marcando na nação a validação do autoritarismo, bem como a tolhida de direitos em todos os nichos da sociedade Brasileira, perdurando seu escrutínio na nação por vinte e um longos anos.

2.1 O GOLPE E AS MUDANÇAS ECONÔMICAS DELE ADVINDAS

O regime de governo ao qual o Brasil foi submetido, marcando uma mácula permanente em nossa História, foi tipificado por uma repressão visceral de garantias basilares de boa parte da população por meio do autoritarismo militar que impunha a arbitrariedade como regra. Atos simples da vida civil eram agora encarados como sinônimos de insurgência à uma nova e difícil realidade, sendo passíveis de punições severas que progressivamente foram limitando os cidadãos e os moldando aos ditames preconizados pelas Forças Armadas. Ao povo eram dadas duas alternativas: o silêncio pelo qual se via obrigado a permanecer ou os gritos que ecoavam nos porões escusos de um Estado de Exceção que tinha a tortura como uma das formas mais "eficazes" de doutrinação e sanção deste hiato temporal.

Neste contexto no qual o país se debruçava, ocorreram mudanças significativas em segmentos distintos, tais como economia e educação, uma vez que estas pastas eram peças essenciais para que o jogo de poder ali instalado perdurasse o máximo de tempo possível, como veremos adiante com maior detalhamento.

Nesse ínterim, cabe destacar a relevância do papel que a Escola Superior de Guerra (ESG) desempenhou na conjuntura em alusão, uma vez que tinha em suas tramas a tecitura conspiratória em tempo integral, contando com o auxílio de estruturas privadas importantes como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiados pelo alto escalão da sociedade que se vinculava de forma mais direta ao capital externo e que começara a fazer parte do contingente financeiro do Brasil, tendo como predileção, segundo Montagna (2012, p. 35): "o enquadramento ditatorial da massa obreira e conservação dos seus privilégios em ascensão", demonstrando que este nicho já tinha em seus planos a intervenção no Estado Democrático Brasileiro, com vistas apenas a se

manterem confortáveis em suas posições no jogo político-empresarial que se desenhava e também preservar e lograr mais benefícios ao ocupar altos cargos dentro da hierarquia político-administrativa de uma Ditadura Empresarial-Militar.

Não obstante, o país já enfrentava uma forte ressaca política desde a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961 e a posterior deposição de João Goulart em 1964. Vale salientar que, por trás deste cenário existia a condescendência de uma organização bem estruturada formada pelas Forças Armadas e parte da sociedade civil - principalmente da elite empresarial que dominava os bastidores - concebida e engendrada pelos membros do IBAD e IPES, pois esta parcela da burguesia gozava de alto prestígio entre os militares, sendo predominantemente constituída por banqueiros e diretores de empresas que se beneficiaram diretamente com as benesses oriundas do poder que esta parte da fidalguia Brasileira acabara de deter, como aduz o pensamento de Dreifuss (1981, p. 419-420):

> A 2 de abril de 1964, a burguesia comemorou a deposição do Presidente João Goulart com uma gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro, um acontecimento cujos organizadores aguardavam com ansiedade há mais de uma semana. Na hora marcada para o início da marcha, a Avenida Rio Branco continha um mar de faixas contra o comunismo, carregados por uma multidão calculada em oitocentas mil pessoas. Enquanto as multidões percorriam a Avenida Rio Branco, a sucessão presidencial era extensivamente discutida. Os empresários que assistiam à Marcha do escritório do IPES no Rio, "contentes com as aclamações e entusiasmo nas ruas e muito satisfeitos com o resultado de seu trabalho anticomunista", conversavam com o General Heitor Herrera, um dos seus elos-chave com os oficiais da ESG, "sobre as qualidades que desejavam ver no próximo presidente do Brasil". Os empresários do IPES decidiram que ele não deveria estar associado a nenhum dos três governadores civis mais importantes — Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros— e faziam objeções às ligações do Marechal Dutra. Eram a favor do General Castello Branco, chefe do estado-maior informal, e apoiaram ativamente sua candidatura". A intensa campanha através da mídia e a mobilização das classes médias que, em seguida a essa reunião, foram desencadeadas pelos quatro cantos do país para estimular a candidatura do General Castello Branco tinha a marca inconfundível da ação de opinião pública do IPES.

Assim, torna-se possível compreender que com o início do Governo do gal. Castello Branco, evidencia-se o fato de que parte do empresariado advindo do IBAD e IPES conseguiu galgar espaços dentro da dinâmica e da estrutura do governo Brasileiro de bastante relevância, pois restou-se revelado que foi este corpo de empresários que ajudou na decisão referente ao nome do novo Chefe Maior do Poder Executivo, uma vez que o candidato por ele escolhido imprimia positivamente grande parte das ideias que fomentaram a base já solidificada pelos institutos citados.

A partir desse ponto, começa a discussão sobre a eficiência e eficácia das políticas públicas como meios pelos quais se poderia contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos quando nos referimos à questão de mão de obra especializada.

É nesse sentido que nasce a Teoria do Capital Humano, desenvolvida pelo Prêmio Nobel de Economia, Theodore W. Schultz, que aduz à ideia de que o investimento em educação e, consequentemente, em políticas educacionais seja um fator que não pode ser atribuído e/ou comparado às condições variáveis econômicas tradicionais, como inflação e desemprego, por exemplo. Por políticas educacionais, tomamos como norte o conceito formulado por Pires (2005, p. 45):

> Entende-se por política educacional, aqui, o conjunto de diretrizes, decisões e ações, sob controle estatal, visando promover a educação formal, que é aquela obtida nas instituições reconhecidas pela sociedade e, portanto, em condições de oferecer, avaliar e certificar a conclusão de um processo educativo. (…) Liga-se intimamente à gestão educacional (aqui entendida como conjunto de meios e processos utilizados para dar materialidade à política educacional, em parte, determinando-a e em parte sendo por ela determinada).

O conceito de Capital Humano desenvolvido por Schultz no início da década de 1960, inseriu um ponto final na ideia de que o trabalho se limitava apenas à realização de uma tarefa pré-determinada, que pouco exigia do intelecto de quem a desenvolvia. Para os estudiosos e defensores dessa teoria, o seu cerne faz referência ao investimento na formação do trabalhador por meio da observância de três valores fundamentais: escolaridade, treinamento e saúde (Silva, 2016).

O desenvolvimento econômico de uma nação repousa no conceito supracitado, todavia, nas sociedades capitalistas, todo gasto realizado para a educação deve ser entendido como uma tentativa pré-determinada no sentido de se obter o máximo com o mínimo. A partir disso, infere-se que a educação tem sua importância limitada a uma forma de consumo ou a um investimento, como afirma Pires (2005, p. 61):

> Como consumo, proporciona satisfação a quem com ela se deleita (por exemplo, ilustrando-se e desfrutando mais intensamente da cultura ou extraindo do fato de melhor compreender o mundo e os homens); como investimento, assegura retornos maiores do que os gastos àqueles que nela se aplicam, correndo riscos e abrindo mão de consumo e de outras oportunidades de investimento. Nesse último caso, estabelece-se uma relação direta entre educação e mercado de trabalho, pois o retorno irá se dar em termos de salários ou outras espécies de remuneração que dependam da aplicação do "estoque" do conhecimento adquirido.

Nota-se que, no que diz respeito à educação, a Teoria do Capital Humano coloca-se como um desmembramento de um conceito ainda maior – o da Educação Tecnicista, que

engloba tanto os parâmetros para o ensino quanto para a sua organização enquanto método. Pelo prisma tecnicista, a educação é um elemento indispensável para o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade, todavia, leva em consideração que tudo aquilo que nela é investido deve ter como parâmetro as variáveis da economia presentes na sociedade capitalista.

A partir dessa visão mais restritiva do que comum, (no sentido de compartilhada) da teoria, o tecnicismo limita o Capital Humano a uma ideia simplista voltada para uma esfera individual e não coletiva, como preconizava Schultz, transformando a educação em uma das inúmeras variáveis econômicas existentes e não em uma potente ferramenta de desenvolvimento e aprimoramento social, que não pode ser preterida apenas a mais uma peça dos processo produtivo e econômico, nos quais o que mais se valorizava são os retornos financeiros em detrimento ao seu verdadeiro poder de transformar pessoas e realidades.

Nesse sentido, para atender ao apelo de "industrializar" o país, era necessário que os trabalhadores fossem qualificados para o labor no setor em tela e é nesse direcionamento que começam a ser constituídos espaços que pudessem desenvolver a Teoria do Capital Humano no Brasil. Esse movimento ocorre atrelado ao contexto do desenvolvimento das políticas públicas educacionais, sendo que a supracitada teoria possui estreita relação com a criação do IPES (já mencionado anteriormente como um dos apoiadores do ideário da ESG), em 29 de novembro de 1961.

Para termos uma noção mais fundamentada, o instituto mencionado contou com a participação do empresariado sudestino (São Paulo e Rio de Janeiro), bem como de representantes de multinacionais instaladas em nosso território. Com a sua fundação dada dentro do processo de estremecimento da política interna Brasileira, consolidada pela renúncia do então presidente Jânio Quadros com apenas sete meses de governo (de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de do mesmo ano), seguida da deposição do presidente João Goulart - Jango (1961 a 1964), nas palavras de Silva (2016, p. 204): "o IPES buscava retirar dos políticos o controle sobre o Estado. Na Educação, o IPES influenciou na definição das políticas com o objetivo de transformar a universidade em um espaço alinhado aos interesses da indústria", momento mais oportuno não existiria até então.

Certa feita, no dia 01 de abril de 1964, após os militares travarem por anos uma luta "silenciosa", porém bem articulada junto a um corpo de civis advindos em parte da ESG, para a tomada do poder e o fim do período de democracia no qual o Brasil repousava, foi decretado o primeiro Ato Institucional (AI), que balizaria as mudanças iniciais no país que agora se encontrava diante de uma Ditadura Civil-Militar.

2.2. O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964: DEMOCRACIA, MEIA VOLTA VOLVER!

Hoje você é quem manda
Falou, 'tá falado'
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
(Chico Buarque, 1978)

Ao iniciar esse tópico com parte da letra da música "Apesar de Você", de Chico Buarque de Holanda, podemos fazer um simples exercício de reflexão daquilo que se iniciou no dia 31 de março de 1964. Aquela não foi uma terça-feira qualquer. Nesta data, deu-se a alvorada da opacidade que se impregnou no ar que era respirado por milhões de Brasileiros desavisados, agora misturado ao cheiro de fumaça dos tanques e a névoa do não saber: não saber o que seria do Brasil a partir da tomada do poder pelos militares e seus aliados.

A nação acordou desprovida de democracia e liberdade, permanecendo num pesadelo vívido consolidado por um Estado de Exceção que durou 21 anos, nos quais os direitos basilares da população foram cerceados imediatamente e quem manifestasse opinião contrária ao que preconizava o Regime Ditatorial era considerado inimigo da nação, sofrendo as mais arbitrárias formas de "sanção", Leia-se silenciamento, que não distinguiam gênero, idade ou posição social e que iam desde interrogatórios extenuantes, torturas das mais diversas e cruéis, desaparecimentos sem explicação e em casos considerados de extrema gravidade, a alternativa encontrada para defender o indefensável se daria com a eliminação (morte) legitimada do "opositor" por aqueles que detinham o poder.

Como nos mostra uma vasta literatura e documentação, na presente data, os militares, com amplo apoio do empresariado Brasileiro e do governo norte-americano, tomaram de assalto o poder, dando início a uma ditadura que perdurou por 21 anos. Importante destacar que tal ação se deu em nome da "defesa" da democracia, pois esta, segundo tais grupos, estava em risco devido ao crescimento da organização dos trabalhadores urbanos e rurais.

A intolerância e falta de conhecimento disseminavam a desinformação, o que fez a população acreditar, à princípio, que, a tomada do poder pelas Forças Armadas em consonância com sua leva de aliados elitistas era algo benéfico para o país e o livrariam de uma "possível e iminente" invasão comunista, assunto que já era o fulcro de debates e temores de nações como os Estados Unidos (principal parceiro do Brasil em acordos que injetaram quantias vultosas de capital para a expansão econômica nacional. Destaque para os Acordos MEC-USAID), décadas antes e que viam como ameaça qualquer movimentação que se opusesse àquilo por eles defendido. Para ratificar essa premissa, Souza e Santos (2023, p. 86) asseveram que:

> O golpe de Estado de 1964 ficou, durante mais de duas décadas, denominado como "Revolução Democrática de 1964", haja vista que, segundo o governo instalado, os militares salvaram o Brasil de uma ditadura comunista prestes a ser introduzida pelos movimentos sociais que cresciam nas cidades e no campo nos anos de 1950 e que perduraram até os primeiros da década de 1960. No cenário da Guerra Fria, tais ações, organizadas pelas classes trabalhadoras, eram vistas como ameaças comunistas orquestradas com o apoio do bloco socialista. O temor da população aumentava mediante a divulgação de sofismas sobre o comunismo associando-o a temas como ateísmo, fim da propriedade privada e dos comportamentos considerados "moralmente adequados" para a época.

Não obstante, a figura da tripartição dos Poderes existia, malgrado o controle estava sob o jugo do Poder Executivo, uma vez que tribunais foram fechados, assim como o próprio Congresso Nacional teve suas atribuições limitadas, ou seja, os outros poderes - Legislativo e Judiciário, foram restringidos por meio da coação daqueles que estavam à frente da nova conjuntura advinda do escrutínio do regime.

O representante das Forças Armadas escolhido para ocupar a chefia do Executivo exercia controle sobre as demais competências, isto é, teve seu manejo exercido de forma compulsória pelo Poder Executivo, solidificando o autoritarismo que predominaria como forma de gerenciar um país de dimensões continentais como o Brasil.

Com a assunção esquematizada da aparelhagem para instalar uma Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, algumas mudanças cruciais se constituíram na economia, ao passo que a educação também sofreu com o cenário em tela (Cunha; Góes, 2002), ao ser tratada de forma aviltante como um elemento a mais no que tange a desempenhar a função de ser outro mecanismo opressor, de forma a disciplinar a massa e contribuir para o crescimento econômico Brasileiro de forma acelerada e com elementos que aludem à ideia de que tal desenvolvimento teria como um de seus sustentáculos a concentração de renda.

Posteriormente à deflagração do Golpe de 1964, o primeiro militar a ocupar o cargo de chefe máximo do Executivo do país, o gal. Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), por meio de alguns de seus Ministros de pastas proeminentes, tais como Planejamento com Roberto Campos e Octávio Gouveia Bulhões com a Fazenda, deu forma à criação de um dos estratagemas mais importantes do período – o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), responsável dentre outras, pela recuperação da economia e o combate ferrenho aos índices inflacionários crescentes (Santos; Silva, 2025).

Para tanto, alguns critérios foram adotados, especificamente: contenção de gastos públicos, taxa de juros majorada, redução de linhas de crédito e perda do valor real dos salários, tudo isso com um único intuito: estimular os índices econômicos do Brasil de forma portentosa, para assim tornar nosso país mais atrativo tanto para o mercado interno quanto externo.

Concomitantemente, ocorre uma Reforma Tributária, que tinha como intento uma maior arrecadação de tributos por meio dos bancos nacionais, criando impostos até hoje com validade e capacidade contributiva, que incidem sobre naturezas diversas, tomando por exemplo o Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos Estados e Distrito Federal.

Também houve manobras para incentivar setores tidos como prioridade para alavancar a economia, com as chamadas “isenções fiscais”, em que determinado imposto tem sua alíquota reduzida a zero por tempo determinado ou não. Conforme Hermann (2005), esse conjunto de medidas gerou um soerguimento da carga tributária Brasileira, que passou de 16% do PIB, em 1963, para 21%, em 1967.

Entretanto, vale ressaltar que a reforma tributária, do ponto de vista distributivo, foi regressiva, ao favorecer as classes de renda mais alta (os poupadores) com os incentivos e isenções sobre o imposto de renda, revelando um aumento na concentração de dividendos entre os mais ricos em detrimento à discrepância no que concerne à elevada desigualdade com aqueles que pertenciam às classes menos favorecidas da sociedade e mais impactadas negativamente por tais medidas, isto é, os ricos ficavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Isto posto, por meio dessas políticas de incentivo advindas do PAEG instituído pelo Governo Castello Branco, com vistas a fortalecer a economia Brasileira, o país entra em um quinquênio de índices financeiros portentosos, que ficou conhecido como “Milagre Econômico” (1968-1973), tomando por exemplos o PIB superavitário, que chegou a atingir o patamar de 11% e pela ocorrência do fenômeno de deflação, no qual o preço dos produtos sofre um declínio por determinado tempo.

Tais fenômenos são elementos essenciais para alavancar a economia de qualquer país, se não fosse por um detalhe: sua ocorrência no Brasil se deu no cerne de um Regime de Exceção. Essa dicotomia destoa, em prima, daquilo que se espera em um Estado Ditatorial. Assim, tendo em vista que tal discussão merece um tratamento mais aprofundado, adiante nos debruçamos neste ponto com mais acuidade para entender que o "Milagre" custou caro aos cofres públicos Brasileiros.

2.3. O "MILAGRE ECONÔMICO": A FALSA DÁDIVA DE MÉDICI

A política econômica implantada pelos primeiros presidentes da Ditadura Empresarial-Militar imposta no Brasil, gerou uma aceleração do crescimento na conjuntura financeira nacional, principalmente com o advento do governo Costa e Silva (1967-1969). Como efeito da política econômica implantada pelo Regime, o Brasil viveu um "áureo ciclo fazendário" conhecido como "Milagre Econômico", hiato temporal ocorrido entre os anos de 1968 a 1973, marcado pelos altos índices alcançados em pontos basilares da balança econômica supracitados anteriormente e é assim resumido, a partir de um prisma de análise liberal, por Veloso, Villela e Giambiagi (2008, p. 222):

> O período conhecido como "Milagre Econômico" ocorreu no quinquênio de 1968 a 1973, quando o Brasil se encontrava em um dos períodos mais lúgubres de sua história, a Ditadura Civil-Militar. Tal marco deve-se ao fato da vertiginosa ascensão do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro que chegou ao portentoso percentual de 11,1% ao ano, tendo como principais desdobramentos índices descensionais de inflação, considerados relativamente baixos para as referências Brasileiras, além de superávit no balanço de pagamentos, isto é, o país estava em seu período de maior plenitude econômica.

Muito se fala do dito miraculoso encapsulando a ideia de que esse período da história foi o apogeu econômico Brasileiro, dando a ele "contornos divinos", o que fomentou a sua expansão midiática como ferramenta de *marketing* do governo federal, que a todo custo, tentava legitimar as atrocidades cometidas pelo aparato militar da ditadura, servindo também como justificativa para salvaguardá-la, mostrando para a nação números altos, muitas vezes inflados que escondiam uma realidade inconveniente: condições laborais degradantes, tomando por exemplo os aumentos abruptos de carga horária, privação deliberada de direitos e garantias trabalhistas e arrochos salariais que objetivavam retratar de forma tendenciosa, um "falso avanço" pelo qual o país experienciou.

Assim, para adentrarmos no estudo desse período, torna-se necessário versar acerca dos aspectos circunstanciais que findaram por aduzir a concretude do “Milagre”, traçando uma linha do tempo, o que tornará o entendimento sobre a sua construção mais palatável.

O “Milagre Econômico” tem suas raízes no governo de presidente Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961), uma vez que foi nele criado e implementado um programa que visava modernizar e industrializar o país, sendo a força motriz responsável pelo desenvolvimento das finanças do Brasil à época: o Plano de Metas, considerado “o auge do período da industrialização Brasileira” (Pauli; Gonçalves; Viola, 2021, p. 74).

Ao se eleger em 1951, Juscelino tinha como um de seus principais objetivos promover o desenvolvimento do campo e integrá-lo à expansão da economia nos centros urbanos, conforme ratifica o pensamento de Martins (2015, p. 11-12):

> Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República já com a fama de político “tocador de obras”, devido suas contribuições e ações nos cargos executivos que ocupou durante o seu mandato de deputado federal entre o período de 1946 a 1950 e, principalmente durante o seu mandato de Governador do Estado de Minas Gerais (estado de seu nascimento), onde criou a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), construiu cinco usinas hidrelétricas, três mil quilômetros de estradas, duzentas e cinquenta e uma pontes e cento e vinte postos de saúde.

Diante disso, compreende-se que o exercício de JK diante de seus mandatos tanto na esfera legislativa como na executiva lhe trouxe a experiência e expertise necessárias para o pleito como expoente máximo do Poder Executivo. Nas eleições de 1955, um dos seus principais motes de campanha era “50 anos em 5”, aludindo à ideia de uma reforma progressista numa escala jamais vista e que era alicerçada por meio de trinta metas que continham em seu bojo como se daria a execução, o custo efetivo e a suas respectivas fontes que estariam dispostas em seu futuro governo, com vistas a retardar o atraso em que o país historicamente se viu mergulhado, tendo como uma das causas uma economia basicamente voltada para o campo.

Outros fatores também contribuíram para um cenário econômico mais negativo, tais como: os déficits orçamentários e da balança comercial, oriundos da desvalorização internacional do preço do café, um dos principais commodities à época, somado à ausência de incentivos ao setor industrial tão preconizado por JK, pois o estadista acreditava que a industrialização seria um movimento que traria como resultado a modernização e consequente avanço da nação. Ademais, Juscelino acrescentou ao plano original o que ficou conhecido como “meta-síntese”, que nada mais era do que a construção de Brasília, que viria a ser a capital da federação (Martins, 2015, p. 12).

Nesse viés, segundo Brum (1996) *apud* Martins (2015, p.12), o Plano de Metas de Juscelino, era composto por 31 metas de alta relevância divididas em seis grupos como veremos a seguir:

> Energia (metas 1 a 5): energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo, refino de petróleo;
> Transportes (metas 6 a 12): reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, construção e pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos;
> Alimentação (metas 13 a 18): trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes;
> Indústria de base (metas 19 a 29): aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico;
> Educação (meta 30);
> A construção de Brasília como a meta síntese.

Tais metas foram elaboradas com o intuito de abarcar o quinquênio elaborado para as realizações que fomentaram a representação fática de um avanço equivalente a cinco décadas. Tais realizações seriam harmônicas entre si, para que os investimentos voltados para determinada área pudessem ecoar naquilo que tange ao desenvolvimento da outra, interligando as metas de forma a consolidar a noção de crescimento em todas as esferas envolvidas (Santos; Silva, 2025).

O Plano de Metas do então presidente tinha como objetivo principal a diminuição do "custo Brasil", que dificultava o crescimento econômico do país, pois o setor industrial Brasileiro concentrava-se nas regiões sul e sudeste Brasileiras, que de acordo com Martins (2015, p. 14) "se deu por meio da construção de estradas transregionais unindo e ligando todas as regiões do país, aumentando a capacidade da geração e fornecimento de energia elétrica".

É digno de ressaltar que o Plano de Metas, por mais que em seu bojo atingisse setores vitais como educação, teve como principais focos os incentivos à indústria e a uma política monetária que visava conter a inflação do período, conforme argumenta Martins (Ibid., p. 15):

> O Plano de Metas especificamente beneficiou a indústria de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. A indústria de automóvel apresentou um enorme salto de produção no período, multiplicando os veículos em circulação no país que passaram de 30.700 em 1957 para 133.033 no ano de 1960, incentivando em conjunto a indústria de autopeças que acompanhou este crescimento.
> […]
> Outra política no campo econômico adotada pelo governo de Juscelino Kubistchek, foi a política monetária destinada a conter o processo inflacionário, a qual limitava a expansão da moeda através da restrição de crédito ao setor privado, mas gerava facilidades para uma maior disponibilidade de recursos para os investimentos do setor público e para as atividades estratégicas do Plano de Metas.

Como pode ser notado, o governo de JK incentivou de forma contundente a indústria automobilística, como já dito anteriormente, o governo construiu estradas que interligam regiões e que ligavam Brasília (a então capital) ao restante do país. Abaixo, a Figura 1 mostra o então presidente Juscelino na inauguração da primeira fábrica da Volkswagen no Brasil:

Figura 1 – Presidente Juscelino Kubitschek na inauguração da Volkswagen do Brasil



Fonte: Banco de imagens do Jornal Opção (2024).

Nesse ínterim, torna-se possível perceber a relevância deste marco industrial automobilístico como fomento para a campanha de crescimento do Brasil, tão disseminada por Juscelino, os famosos “50 anos em 5”. Assim, a condução deste ideário mostra o quão vanguardista o então presidente foi para que o país começasse a ser visto como um campo fértil de oportunidades que visavam atrair investimentos internacionais, como veremos mais adiante. Logo, em se tratando da inauguração da supracitada indústria, Higa (2024) ressalta que:

> Em 18 de novembro de 1959, a Volkswagen inaugurou sua primeira fábrica no Brasil. A produção já começou a todo vapor, tanto é que, no começo de 1960, começaram as caravanas de carros que saíram de várias partes do Brasil para se encontrarem em Brasília e participar de sua inauguração. A nova capital federal e suas avenidas largas e extensas. Os carros fariam parte das cidades, com suas facilidades para se deslocar bem como os problemas com os engarrafamentos

Mas não só de sonhos de industrialização e construção de capitais se edifica a história. Os dois governos posteriores ao de JK – Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) –,

segundo Kucinski e Branford (1987, p. 146), foram marcados por “anos de intensa recessão, que quebraram centenas de empresas”. Há de se acrescentar que a crise econômica e o fortalecimento dos movimentos sociais, nos meio urbano e rural, foram combustíveis para o golpe de Estado desferido em 31 de março de 1964, quando o Brasil passou a ser governado por militares, com o apoio das elites nacionais e internacionais.

Ao tomar posse, em 15 de abril de 1964, o primeiro presidente militar, gal. Humberto de Alencar Castello Branco, buscou solucionar a crise econômica. O programa de estabilização econômica ficou a cargo dos ministros Octávio Gouvêa de Bulhões (da Fazenda) e Roberto Campos (do Planejamento). Conforme Brum (2011, p. 274), o governo buscava “reordenar a economia, reformar e modernizar o sistema capitalista e criar condições adequadas à expansão do capital". O objetivo principal era fazer o capitalismo funcionar, restaurando a capacidade de investimento público e privado.

Diante dessa perspectiva, foi desenvolvido o Plano de Ação Econômica (PAEG), o qual tinha, como fulcro, promover um forte ajuste na economia, reduzindo os déficits fiscais de modo a “contribuir para o combate à inflação e criar as condições para uma elevação da poupança do governo, para financiar um aumento dos investimentos públicos e estimular o crescimento econômico” (Veloso; Villela; Giambiagi, 2008, p. 7).

Logo, o governo promoveu uma forte redução de gastos e buscou aumentar a arrecadação. A imposição do PAEG teve um componente de impopularidade, mas, como pondera Brum (2011, p. 275): “o governo, oriundo de uma ação de força, não tinha necessidade de se preocupar com os custos políticos e sociais, pois a sua permanência no poder não dependia do voto popular”.

Segundo o autor em tela, o PAEG teve êxito, pois:

> Com o corte de despesas e o aumento da arrecadação, ocorreu progressiva redução do déficit público anual, que passou de 4,2% em 1963 para 3,2% em 1964, 1,6% em 1965 e 1,1% em 1966. A balança comercial apresentou maiores saldos positivos, graças ao estímulo às exportações e ao controle das importações. As taxas de inflação entraram em declínio a partir de 1965 e o PIB manteve-se em crescimento (Brum, 2011, p. 275).

Consoante a isso, o Plano teve êxito em face do diagnóstico adequado da situação financeira do Brasil, da capacidade do governo autoritário para impor sacrifícios à sociedade, e da ajuda externa. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentados na Tabela 1, vê-se que houve mudanças positivas já a partir de 1964:

Tabela 1 - Evolução anual da balança comercial, da inflação e do PIB

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Inflação (%)	PIB (%)
	(Em milhões de dólares correntes)				
1964	1.450	1.086	344	92,1	3,5
1965	1.595	940	655	34,5	2,4
1966	1.741	1.303	438	39,1	6,8
1967	1.654	1.441	231	25,0	4,4

Fonte: FGV (2005) *apud* Brum (2011, p. 276).

A partir do exposto, o crescimento do PIB no quinquênio de 1968 a 1973, ficou conhecido como "Milagre Econômico". Este culminou na expansão do setor industrial, por meio da inserção de capital estrangeiro, com vistas a acelerar o crescimento país, uma vez que restou insuficiente o montante de recursos advindos das "poupanças nacionais para realizar o volume de investimentos requeridos pelo programa de desenvolvimento, tornando indispensável a assistência técnica e financeira externas" (Kucinski; Branford, 1987, p. 146). Na Tabela 2, vemos alguns dos índices que mais se sobressaíram nesse hiato temporal:

Tabela 2 - Brasil: Indicadores Macroeconômicos (1968-1973)

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP, %)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em US$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US$ milhões)	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380

Fonte: Giambiagi *et al* (2005) *apud* Veloso; Villela; Giambiagi (2008, p. 224).

Um exemplo dessa expansão foi a origem de um grande número de empresas estatais, muitas das quais usadas para acomodar aliados políticos e receber apoio de grupos econômicos. Além das estatais, os governos militares investiram em obras faraônicas para mostrar a grandiosidade do Brasil, conforme assinala Beal (2010, p. 260):

> A ditadura militar Brasileira, que patrioticamente descrevia o país sob seu comando como "Brasil grande", buscou mais eficiência e expansão com seu programa intenso

> de obras públicas. Como o nome "Brasil grande" sugere, tamanho *é* documento. Um dos discursos de Médici, transmitido por rádio e televisão em honra do sétimo aniversário da Revolução de 1964 – denominação oficial do golpe que pôs os militares no poder –, defendia que, para superar suas dificuldades, o Brasil precisava "promover o desenvolvimento em dimensões mundiais" (grifo da autora).

São espécies desse ecossistema de obras monumentais iniciadas na presidência de Médici: a Usina de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a Transamazônica (Beal, 2010). Esta última, juntamente com a criação da Zona Franca de Manaus, tinha, como objetivo, expandir as fronteiras da produção e aumentar o capital circulante que viria a ser um importante catalisador financeiro, como salienta Seráfico e Seráfico (2005, p. 99-100):

> A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de "condições de meios de vida" e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de "rentabilidade econômica global". De fato, sua criação e desenvolvimento, sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais.

Certa feita, era evidente que se vivia uma "ditadura econômica", conforme comentou o ex-ministro Ernane Galvêas, em seu escritório na Confederação Nacional do Comércio. "Fazíamos, e não havia força política, nem legislativa, nem no Judiciário, que pudesse se contrapor a esse comando econômico" (Carriello, 2014). Logo, o crescimento do PIB para níveis médios de 11,1% ao ano solidificou a percepção de avanço que tanto pregava o governo militar. Conforme Schwarcz e Starling (2018, p. 453-454):

> Todo governo, para se sustentar, depende de alguma forma de adesão, e o "Milagre econômico" ajudou a fabricar uma base geradora de consentimento junto à população. Três dias depois de sua posse, em 1969, Médici autorizou a reformulação de um órgão de comunicação criado por seu antecessor – a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) – e pôs para funcionar uma campanha de propaganda sem precedentes. [...] As peças falavam de otimismo, orgulho e grandeza nacional; celebravam a diversidade e a integração racial Brasileira; afirmavam a harmonia social, e embalavam tudo isso em filmes curtos, com narrativa direta, imagens bem cuidadas e um arremete musical que gruda na lembrança do espectador.

É nesse cenário de avanços na economia que se celebraram convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Tais parcerias ficaram conhecidas como os "Acordos MEC/USAID", sendo

assinados 12, entre os anos de 1964 a 1968, e mais 1, em 1976. Vale salientar que a USAID[3] Já participava do financiamento da educação brasileira mediante doações, estas passaram, na Ditadura, a se configurar como "empréstimos mais flexíveis". Tais Acordos abrangiam todos os níveis de ensino (Primário, Secundário e Superior), além do ensino técnico agrícola, o de caráter vocacional, e, ainda, para a criação da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) (Nogueira, 1998).

Entretanto, o "Milagre", nada mais foi que a "falsa dádiva do Médici", o presidente militar à época, uma vez que os "índices satisfatórios do PIB" durante o período mascaravam o aumento significativo da dívida externa que o país contraiu e o aumento exponencial da concentração da renda. Vale ressaltar que no que concerne ao Estado de Exceção, sobretudo a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, houve significativas mudanças que dificultavam as ações dos trabalhadores que não tinham o direito legítimo de se insurgir contra a situação. Acerca desse fato, Abranches (1985, p. 7), comenta que:

> [...] praticamente todos os países que experimentaram rápidas taxas de crescimento do produto também apresentaram aumento simultâneo do desemprego e do subemprego, agravamento das desigualdades na distribuição de renda e empobrecimento relativo, se não absoluta, de partes da comunidade. Em geral, o Brasil não foi exceção, os ganhos de renda resultantes do incremento do produto concentraram-se nos setores empregados e, particularmente, naqueles empregados nos ramos dinâmicos e modernos da indústria e da agricultura.

Acerca do arrocho salarial, constata-se que o mesmo pode ser considerado como um dos "patrocinadores do Milagre", uma vez que tal medida propiciou o aumento na concentração de renda da "oligarquia empresarial" que estava intimamente imbricada aos Militares no jogo do poder exercido no Estado de Exceção ao qual o Brasil fora subjugado.

Segundo o trabalho desenvolvido por Mendonça (1986, p. 82) sobre o tema: "as vias típicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração de empresas e de capital". Ainda sobre o mote, a autora em tela argumenta que:

> No caso brasileiro, a classe trabalhadora – desestruturada enquanto força política e sem lideranças combativas – sofreria uma perda expressiva de seu salário real entre 1964 e 1967. Devido à lentidão com que se elevaram os níveis do salário mínimo, relativamente aos preços e à produtividade, a contenção salarial funcionou como uma técnica de confisco. Com isso o governo favorecia a concentração de renda, ou seja, a reprodução do capital.

[3] A USAID encerrou suas atividades oficialmente nos Estados Unidos no dia 02 de julho de 2025 pelo governo de extrema-direita de Donald Trump. A agência era a maior fonte de ajuda humanitária no mundo, como se vê na matéria contida no link: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/02/eua-fecham-oficialmente-usaid-diz-secretario.ghtml. Acesso em: 15 jul 2025.

Nesse sentido, compreende-se que a estagnação do salário sofrida pela massa trabalhadora foi instalada deliberadamente com o decorrer dos anos de forma a ser uma benesse para os empresários, uma vez que detinham uma parcela cada vez maior da renda gerada pelo fluxo financeiro decorrente das condições impostas pelo próprio mercado.

A Tabela 3 mostra a evolução (perda) do valor do salário real versus o salário nominal, tomando como base o que era pago em São Paulo aos trabalhadores no período que compreende os anos de 1958 a 1969:

Tabela 3 – Evolução do Salário Real (1958-1969)

Salário médio mensal		
Anos	**Nominal (NCr$)**	**Real (NCr$)**
1958	8,54	8,54
1959	11,53	8,29
1960	15,86	8,67
1961	23,00	8,98
1962	36,79	9,36
1963	66,23	9,25
1964	121,20	9,61
1965	169,68	8,14
1966	220,58	6,88
1967	275,73	6,49
1968	344,66	6,51
1969	430,83	6,58

Fonte: Ianni (1977) *apud* Mendonça (1988).

Torna-se possível inferir, tomando como base os dados contidos na tabela acima, que a queda no valor real dos salários recebidos pelos trabalhadores acentuou-se a partir do ano de 1964 (coincidentemente ou não), quando o montante pago (Cr$ 121,20) refletia-se em um valor líquido de 7,92%, isto é, quem recebia Cr$ 121,20 tinha o poder de compra de apenas Cr$ 9,61. Em linhas gerais, quem trabalhava o mês inteiro para ganhar um salário mínimo tinha em mãos, menos de 10% daquilo que sua mão de obra, de fato, *valia*. Para chegar a esse numerário toma-se como base a divisão do salário real sobre o salário nominal.

Nesse diapasão, resta demonstrado que, ao voltarmos à análise do conteúdo da Tabela 3, torna-se possível a percepção de que, a contar da tomada de poder pelas Forças Armadas junto com seus parceiros, os "empresários oligarcas", a massa trabalhadora se viu prostrada

diante de um cenário no qual seus proventos aumentavam, mas isso não estava em equilíbrio com os índices que permitiam que essa gradação fosse refletida em um ganho efetivo. Tais fatos podem ser compreendidos de forma a vislumbrar que a desvalorização dos salários era reflexo de uma realidade que não acompanhava a inflação, o que, por fim, resultava num valor estagnado que não abarcava as necessidades primárias dos trabalhadores, chegando a ser de 1,57% no ano final da pesquisa constante na Tabela 3 (1969), no qual o salário nominal era de Cr$ 430,83 e o real era de apenas Cr$ 6,58, isso já demonstrando o "saneamento econômico" que era um estratégia político-econômica muito presente nos "áureos tempos do Milagre".

Porquanto, cabe nesse contexto dissertar, mesmo que de forma breve, acerca do conceito de Mais Valia desenvolvido por meio do pensamento crítico-econômico de Karl Marx, pois é a partir da discussão de tais premissas que se pode aventar uma explicação para o fenômeno que a tabela supracitada revela.

O multifacetado filósofo alemão Karl Heinrich Marx (1818-1883), já citado como criador do instrumento metodológico em que este trabalho se baseia, também desenvolveu o ideário sobre a relação desbalanceada sempre favorável para os detentores dos meios de produção, na qual desemboca o conceito de Mais Valia, ramificando-se em mais dois subgêneros que são importantes para uma compreensão mais holística sobre o assunto. Acerca disso, Marx (2006, p. 578) afirma que:

> A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. [...] A mais-valia relativa pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

Mormente a isso, a base para a compreensão da definição de Mais Valia repousa na dinâmica de um capital que varia. Marx assegura que é apenas o trabalho que produz algum tipo de valor. No mundo capitalista, os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção, assim a única maneira que eles se utilizam para trabalhar, isto é, para gerar valor é empregar-se a serviço de um capitalista, portanto, privado de vender um produto ou serviço que é fruto de seu trabalho, são impelidos de forma compulsória a disponibilizar a sua capacidade laboral e de, consequentemente, criar valor, isto é, a sua real força de trabalho. Esta última,

assim como as matérias primas, também é consumida na cadeia produtiva, sendo mais um bem colocado à venda no mercado. Entretanto, detém uma particularidade que a distingue das demais mercadorias, uma vez que utilizando essa lógica, entende-se que a força de trabalho é consumida, exaurida pelo próprio meio de trabalho e este por sua vez, possui a especificidade de conferir valor (Loyola, 2009).

Em síntese, podemos aduzir a ideia que permeia o conceito de Mais Valia como aquela na qual o trabalhador vende ao capitalista detentor dos meios de produção a sua força de trabalho, recebendo como pagamento por isso uma remuneração capaz de garantir a reprodução de tal força. Em suas atividades laborais, todavia, é produzido o que conhecemos como "excedente", ou seja, o trabalhador vende ao capitalista a sua força de trabalho, recebendo em troca um salário capaz de garantir a reprodução desta força. Em sua atividade, porém, é gerado um excedente, isto é, um valor acima daquele que se faz necessário para essa produção, o qual é usurpado pelo capitalista. De forma simplificada: o que se excede da força de trabalho e é apoderado pelos senhores capitalistas desemboca naquilo que conhecemos como Mais Valia.

Desse modo, à medida que adentramos na seara dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora no período da Ditadura, tais como o supracitado arrocho salarial, torna-se mister também trazer à luz a discussão sobre as condições de trabalho que eram ofertadas à época. Uma série de mudanças bem calculadas disfarçadas de reformas deu origem a um novo e controverso regimento trabalhista em 1965, que tinha como intuito a coerção da força laboral. Mendonça (1986, p. 83) posiciona-se de maneira a entender que a nova legislação não era tão somente de cunho trabalhista, mas também salarial, uma vez que a relação entre trabalho e remuneração era tácita e servia a três objetivos basilares:

> a) transferir recursos para a indústria, sujeitando os trabalhadores a uma poupança forçada; b) criar um novo sindicato (fora dos parâmetros "demagógicos" vigentes até então) que impedisse a estruturação de uma base organizacional efetiva da classe trabalhadora, e c) fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo como construtores de coesão social.

As implicações decorrentes deste novo cenário já eram conhecidas. Além de oficializar as perdas decorrentes da desvalorização do salário, também tornavam legais manobras que fragilizam as relações entre empregado e empregador, favorecendo este último. Um exemplo disso foi a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A orientação para a concepção do FGTS (Projeto de Lei 10/1966), enviada pela Presidência ao Congresso, previa que os novos contratados poderiam escolher entre a estabilidade e o Fundo de Garantia. Em

termos práticos, todavia, as empresas só aceitaram contratar os trabalhadores que abriram mão da estabilidade (Fontenelle, 2017).

A Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, conhecida como "a Lei do FGTS" foi sancionada sem a anuência do Parlamento, pelo presidente à época, o mal. Castello Branco, usando como subterfúgio o Ato Institucional nº 2 (AI-2), como assegura o autor citado no parágrafo anterior:

> O presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade (Arena-SP), abriu a votação: 100 deputados votaram sim, 40 votaram não e 2 se abstiveram. A votação, porém, não valeu, pois era necessária a presença de ao menos 203 deputados. Os senadores nem chegaram a votar.
> Para aprovar o FGTS, Castello se valeu do Ato Institucional 2 (AI-2), de 1965, que previa a promulgação automática de projetos da Presidência que não fossem votados em 30 dias.

Com a sua instituição legal, o FGTS passou a ser amplamente divulgado pelos veículos de comunicação massiva, principalmente os jornais, como ferramenta para convencer o trabalhador de que o FGTS era melhor que a indenização e a estabilidade no emprego, duas prerrogativas fundamentais que eram asseguradas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instrumento que anteriormente regia as relações de trabalho e emprego no país, conforme vê-se na Figura 2, disposta a seguir:

Figura 2 – Governo sanciona a Lei do FGTS



1.º Caderno — CORREIO DA MANHÃ, Quarta-feira, 14 de setembro de 1966 — 9

PROMULGADO FUNDO DE TEMPO DE SERVIÇO

AUMENTOS JÁ TÊM NOVA INSTRUÇÃO

Correio da Manhã noticia em 1966 a promulgação automática da lei do FGTS, após Congresso negar-se a aprová-la

Reprodução

Fonte: Brasil (2017).

A estratégia surtiu os efeitos esperados e não podia ser diferente. Em tempos nos quais a elite empresarial uniu-se com as Forças Armadas para instaurar uma Ditadura Empresarial-Militar, "enxugar" os custos de produção não era alternativa e sim a regra.

Os oligarcas empresariais decerto preferiam demitir, uma vez que isso tornou sua folha de pagamento menos dispendiosa financeiramente, haja vista que com a implementação do novo instrumento jurídico, Leia-se: “Lei do FGTS”, eles estariam desobrigados a pagar o ressarcimento das verbas trabalhistas previsto no artigo 478 da CLT, no qual assentou que: “a indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a 6 (seis) meses”, Assim, podiam vislumbrar seus lucros líquidos aumentando de forma exponencial às custas da supressão de direitos mínimos conquistados com tamanha labuta pelos trabalhadores.

Figura 3 – A “livre escolha” do trabalhador.



Fonte: Sindiurbano (2019).

A Figura 3 mostra uma das formas de disseminação da “propaganda de incentivo” do governo para que os trabalhadores renunciassem aos seus direitos em detrimento de uma vaga de emprego. Institucionalizou-se a incongruência ao fomentar a flexibilização das relações de trabalho utilizando de mecanismos legais de forma arbitrária com o intuito de beneficiar os empregadores, que, em teoria, seriam a parte mais forte desse vínculo.

A nova política trabalhista funcionava da seguinte forma: as empresas depositavam em uma conta nominal criada especificamente para estes fins 8% do salário base do trabalhador e em caso de dispensa sem justa causa, o mesmo recebia o saldo desta “poupança”. Da mesma forma, era dada ao trabalhador a possibilidade de resgatar o montante para a compra da casa própria, por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH). A instituição financeira também se tornou o administrador principal do saldo acumulado das milhares de contas ativas, saldo este usado no financiamento da construção de imóveis.

Malgrado a esse contexto de supressão salarial e de direitos trabalhistas, ainda era possível constatar que para majorar os índices cada vez mais favoráveis de lucro para o nicho empresarial, gastos com segurança no trabalho, por exemplo, eram vistos como despesas que poderiam e seriam facilmente erradicadas para diminuir os custos efetivos embutidos na folha de pagamento. Vidas serviram como uma das fontes de patronato do dito miraculoso, como se observa na letra da música “Construção”, de Chico Buarque de Holanda, escrita no auge do “Milagre”, que trazia em suas linhas o protesto disfarçado de poesia, reafirmando sua posição contrária às condições insalubres às quais o trabalhador era exposto, principalmente, nesse caso em específico, aos trabalhadores da construção civil, como veremos em um trecho da canção a seguir:

Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego
Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo
E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio náufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público.
(Chico Buarque, 1971)

Não obstante, é digno de ressalte que, para os gestores militares, o que realmente importava era refletir a imagem de um Brasil que estava “dando certo”. Com o aporte vultoso de insumos estrangeiros na economia brasileira, várias empresas multinacionais vieram a se consolidar em território pátrio por meio de inúmeros benefícios advindos de acordos bilaterais, tomando como exemplo os já mencionados “Acordos MEC/USAID”, que tinham como uma de suas premissas basilares a expansão do ensino tecnicista profissionalizante para gerar mão de obra capacitada que pudesse suprir a necessidade de ocupar os novos postos de trabalhos que foram criados dentro da realidade que se apresentava.

Para isso, o governo precisava criar mecanismos legais para que os jovens pudessem se inserir nesse novo modelo de mercado de trabalho em ascensão advindo do “Milagre Econômico”. É nesse intento que se desenvolve e se implementa um dos mais importantes instrumentos jurídicos do período da Ditadura Empresarial-Militar: a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, marco importante para a educação brasileira que, dentre tantas mudanças que trouxe em seu arcabouço, destaca-se a compulsoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau, como veremos com maior detalhamento na seção a seguir.

3. A LEI Nº 5.692/1971 E SEUS PARECERES REGULADORES

Os pareceres emitidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE) desempenharam um papel de singular importância para que a Lei nº 5.692/1971 pudesse ser compreendida em suas minúcias, além de trazer consigo conteúdo que se mostrou ser fundamental para que o instrumento legalista que centraliza a discussão desse trabalho fornecesse os insumos necessários acerca do "despertar vocacional" por ele ratificado para os alunos que cursavam o 1º grau.

Assim, torna-se fundamental adentrarmos no contexto sociopolítico advindo da imposição de uma Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, pois esta trouxe consigo uma série de mudanças nas mais diversas áreas, mas aqui faremos um recorte utilizando como base para o estudo em tela as pastas da Economia e nesta seção em específico, a Educação. Esta última foi utilizada como subterfúgio para angariar recursos advindos de acordos bilaterais com os Estados Unidos, a fim de que o Brasil avançasse. Tais acordos foram firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), no quadriênio referente a junho de 1964 até janeiro de 1968, como já citado em momento anterior. Estes ficaram conhecidos como os "Acordos MEC/USAID" e tinham como principal objetivo a consolidação de convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Assim, assevera Minto (2006, n.p.) acerca do assunto:

> Os MEC-USAID inseriram-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a "ajuda externa" para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional Brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação Brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas.

Segundo o autor em tela, estes Acordos tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Empresarial-Militar, dentre as quais destaca-se a criação da Lei nº 5.692/1971. Além disso, o atrelamento da educação ao planejamento econômico era visível no Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-1966) ao considerar a tríade referente ao problema educacional: "a) a oferta da educação para todos os níveis; b) o ajustamento dessa oferta às reais necessidades e à procura do mercado de trabalho; c) a necessidade de economizar

investimentos, transmitindo parte da Educação como treinamento no trabalho" (Horta, 1982, p. 137).

Nesse sentido, para adentrarmos no cerne da Lei nº 5.692/1971, torna-se fundamental compreender como se dá o processo de "nascimento" deste tipo normativo, no que é consoante ao rito legislativo inerente ao seu conteúdo, forma e validade, servindo de premissa para corporificar esta tríade fundamental de conceitos que fomentam tal instrumento jurídico, sendo este de suma relevância, por regular matéria da qual se trata, como poderemos verificar adiante.

3.1 PROCESSO LEGISLATIVO: A GÊNESE DA LEI

O Estado Brasileiro tem em sua estrutura a organização dos Três Poderes e suas respectivas atribuições e limitações inerentes às funções. Ao falarmos nesta seção da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, torna-se primaz adentrarmos na seara do poder responsável pela elaboração das Leis e normativas que são o sustentáculo do legalismo normativo do país.

Faz-se necessário destacar que, ao abordarmos o processo legislativo concernente à Lei em tela, tomou-se por base a letra normativa contida na redação dada pela Emenda Constitucional (EC) nº, de 17 de outubro de 1969, que modificou a Constituição de 1967 e teve caráter constitutivo, sendo outorgada e considerada uma nova Constituição, trazendo consigo várias alterações significativas, em sua maioria para se adequarem à nova realidade de um Regime Ditatorial, isto é, o novo instrumento normativo conseguiu ser ainda mais autoritário do que o anterior.

Nesse sentido, também se torna importante falar sobre as mudanças no texto constitucional no que diz respeito às normas criadas pelo processo legislativo, pois, ao ter como base a Constituição de 1969 e aquilo que versa a atual Carta Magna de 1988, pouca mudança se nota de uma Constituição para a outra. A verdadeira mudança ocorreu na prática, pois o que se percebeu com aquilo que se faz presente no processo de criação das Leis inerente à Carta de 1969 foi uma obstrução latente daqueles que estavam no poder para que normas como a nº 5.692/1971 fossem aprovadas em ritos sumaríssimos, pois, do contrário, eram aplicadas as sanções previstas no AI-5.

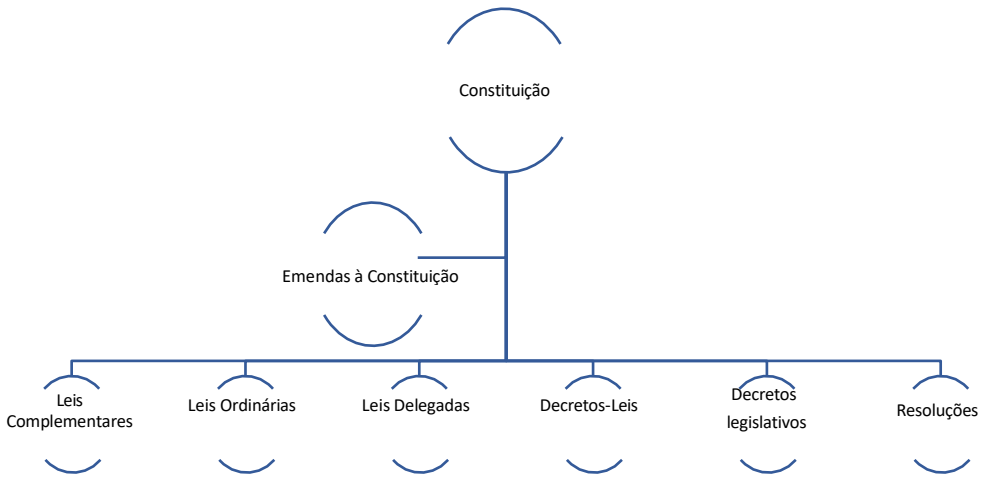
No que tange à elaboração da Lei nº 5.692/1971, o processo legislativo que culminou em sua sanção foi controlado pelo Poder Executivo de forma a estabelecer diretrizes autoritárias para o cumprimento de suas premissas, não respeitando as fases inerentes a todo trâmite que a elaboração de uma Lei precisa passar para que possa ser, de fato, legitimada. O Congresso

Nacional era um factoide político, pois seu papel de legislador foi usurpado à revelia, demonstrando que os militares centralizavam o poder em benefício de suas próprias convicções.

O Poder Legislativo possui a prerrogativa de desenvolver e criar as leis que regem o país e que seus cidadãos possam viver com o mínimo de harmonia, gozando de direitos básicos, sustentando assim os pilares fundamentais em que uma democracia deve ser balizada, pois, em tese oposta, voltar-se-ia a um tempo não tão distante em que os direitos de existir e resistir eram considerados como atos criminosos e deveriam ser punidos severamente. A mordaça (Leia-se: censura) imposta pela brutalidade da Ditadura Militar levou ao vilipêndio de direitos mínimos e também ressoou naqueles que eram responsáveis por elaborar e fazer cumprir tais direitos, quando, por exemplo, Leis eram aprovadas sem o quórum necessário, como ocorreu na Lei nº 5.107/1966, conhecida como a "Lei do FGTS", já citada neste bojo.

O Processo Legislativo Brasileiro apresenta-se como o instrumento responsável pela formulação de boa parte das normativas que regem matérias de singular interesse para o país. Elas estão dispostas por ordem de relevância hierárquica. O Fluxograma 1 ilustra tais normativas dispostas de forma correlata ao que está presente no artigo 46 e incisos da Constituição de 1969, como veremos no esquema a seguir:

Fluxograma 1- Normativas criadas pelo Poder Legislativo conforme a Constituição de 1969:

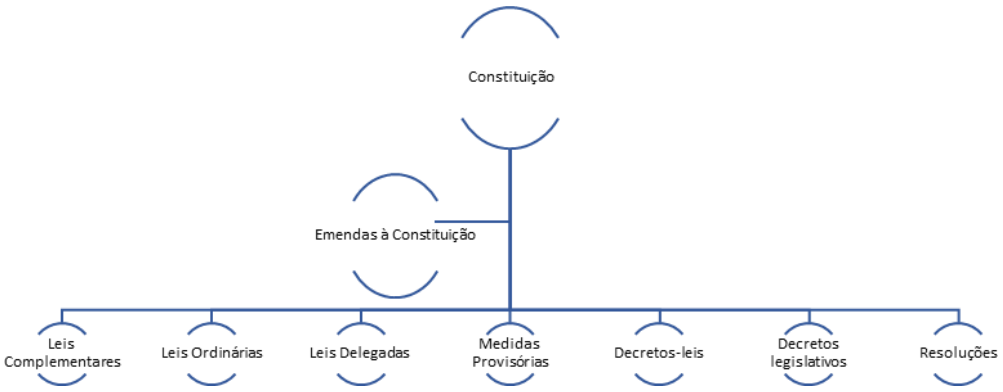


Fonte: elaborada pela autora (2025)

Como citado em momento anterior, quando o tema abordado é a produção normativa advinda do processo legislativo, os textos das Constituições de 1969 e de 1988 são semelhantes em sua forma, aludindo à ideia de que mesmo em tempos nefastos de um regime centralizador

como a Ditadura Militar em que o Brasil se encontrava, a Carta de 1969 estava, pelo menos no que diz respeito à estrutura normativa Brasileira, caminhando para horizonte de padronização. Ademais, uma mudança pontual foi inserida na atual Carta: a criação da Medida Provisória, podendo-se inferir que ambas Constituições seguiram o modelo de Hierarquização das Leis desenvolvido por Hans Kelsen[4]. Adiante, o Fluxograma 2 mostra de forma sintetizada a graduação das Leis no Brasil pelo prisma da Magna Carta:

Fluxograma 2 – Normativas que são criadas por meio do Processo Legislativo Vigente - Constituição de 1988



Fonte: elaborada pela autora (2025)

Isto posto, diante da premência para criar um instrumento normativo que viabilizasse a criação de mão de obra qualificada, o governo Médici "implementou" uma série de diligências para acelerar o curso dos atos processuais para que a Lei nº 5.692/1971 fosse sancionada. Da Exposição de Motivos da supracitada norma em 30 de março de 1971 até a sua sanção pelo Presidente da República sem vetos e/ou discordâncias em 11 de agosto do mesmo ano, foram "incríveis" 134 dias, pouco mais de quatro meses, o que pode ser compreendido como um período de celeridade fora dos padrões legislativos, mas por se tratar de uma normativa que atendia aos anseios de um governo ditatorial, é indiscutível a sua urgência e mais ainda: a sua aplicabilidade na prática pelas instituições de ensino.

[4] Em sua essência, a pirâmide de Kelsen estabelece uma relação de subordinação entre as normas jurídicas. Isso significa que uma norma de nível inferior deve estar em conformidade com as normas de nível superior para ser considerada válida. É um sistema escalonado onde o poder de criar normas é delegado por uma norma hierarquicamente superior. Disponível em: https://legale.com.br/blog/constitucional-piramide-de-kelsen-interativa-simplificando-a-hierarquia-das-normas-no-direito-Brasileiro. Acesso em: 11 jul. 2025.

Portanto, conforme mencionado no início desta subseção, é de primaz importância entender como funciona o processo legislativo para fomentar uma análise crítica de como a Lei nº 5.692/1971 não seguiu o rito ordinário a ela inerente, como veremos em momento posterior. Logo, surgiu o seguinte questionamento: se a criação das Leis é um instrumento que se dá por meio de um processo legalista rigoroso, intrínseco a um Estado Democrático de Direito, por que uma Ditadura pode ser, na atualidade, conclamada como uma forma regimentada de governo que tem por finalidade precípua colocar o Brasil "de volta aos eixos"? Trata-se um regime que primava pelo "resguardo" da nação de uma "possível ameaça comunista", em que pese a verdadeira ameaça eram as fardas e os paletós que comandavam o Estado a punhos firmes, objetivando a preservação de seus interesses escusos por meio da ameaça e tortura. O preço que se paga por viver numa democracia às vezes se torna alto o suficiente para dar voz a quem se esconde na sombra da liberdade de expressão.

3.2 A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA LEI Nº 5.692/1971

Ao abordar o processo legislativo para compreender a dinâmica inerente ao advento de uma lei, explicita-se o quanto a matéria abordada por uma norma é relevante. Mas antes de ser estruturada na forma de um projeto, outro instrumento se faz necessário para conduzir o rito processual: a Exposição de Motivos.

Quando se fala em Exposição de Motivos, pode-se aduzir à ideia de uma manifestação em defesa de determinado assunto que se mostra relevante para a sociedade e para isso merece a outorga do processo legislativo.

Em termos concretos, a Exposição de Motivos é "um texto que acompanha os projetos de Lei e outras proposições de autoria do Poder Executivo com a mesma função de uma justificativa: explicar a proposta e/ou expor as razões de se editar a norma" (Brasil, 2025).

Depreendemos, a partir desse conceito, que a Exposição de Motivos é parte inicial de um assunto relevante que serve como pauta de discussão e que tem a possibilidade de se transformar, mediante aprovação no decorrer do processo legislativo, em Lei. Também é conhecida como anteprojeto, uma vez que antecede o projeto de Lei, sendo uma defesa prévia de matéria com potencial de norma, podendo ser apresentada para deliberação à Câmara dos Deputados ou à Mesa do Senado.

É interessante ressaltarmos que a Exposição de Motivos é apresentada por membro do Poder Executivo aos partícipes do Poder Legislativo, daí a sua relevância substancial como o embrião normativo no ordenamento vigente.

O instrumento ratificado em tela tem sua origem remetida aos primeiros passos constitucionalistas no início do século passado e se mostra como elemento fundamental para que determinada matéria seja entendida como essencial para ser deliberada pelo Poder Legislativo.

Nesse sentido, ao se situar na órbita da Lei nº 5.692/1971, a Exposição de Motivos referente a esta será analisada do ponto de vista de seu conteúdo (não se faz necessário o estudo de sua forma como tipologia textual, tampouco seu regramento metodológico para a devida compreensão de seu teor) e como a defesa de uma Lei que contemplaria mudanças tão importantes na educação Brasileira mostrou como alguns nichos se beneficiaram com a sua implementação.

Apresentada pelo então Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho[5], a Exposição de Motivos defendida em plenário no dia 31 de março de 1971, trazia em seu bojo o constructo de uma norma que "reformaria" a educação no Brasil de maneira a fixar os novos parâmetros para o ensino de 1º e 2º Graus, tal qual se apresenta:

> Entre os itens do vasto programa de reformas encetadas pelo governo a partir de 1964, acompanhando as transformações profundas que se operam na vida nacional, a educação tem figurado em posição de especial relevo. Firma-se, por fim, e torna-se cada vez mais mantida a convicção de que precisamente na escola, tomada em sentido amplo, faz a síntese do econômico e do social para a configuração de um desenvolvimento centrado no homem e para ele dirigido (Brasil, p. 7, 1971).

A intenção do Ministro ao defender de forma veemente a importância da implementação da Lei por meio da Exposição de Motivos era clara: fornecer uma visão mais holística acerca do modelo de ensino inovador que seria ofertado, uma vez que isso também repercutiria em uma mudança de impacto na educação Brasileira. Esta seria voltada para suprir as lacunas que ainda se faziam presentes no atual modelo de ensino que não mais acompanhava a nova realidade do país: a de uma nação em progresso. Logo, torna-se possível inferir por meio da Exposição de Motivos, que, por mais desafiante que o cenário fosse à época, renovar o ensino

[5] Foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e autor da célebre frase dita ao vociferar seu voto em reunião que mudaria o destino do país: "Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência". Considerado um dos próceres da Ditadura, logrou êxito durante anos como "político de carreira" exercendo diversos cargos tanto no Poder Legislativo como Senador Constituinte, quanto no Executivo no cargo de Governador do Estado do Pará, Ministro da Educação e Cultura no governo do gal. Emílio Médici (1969-1974) e de Ministro da Justiça no Governo Collor (1990-1992), bem como o cargo de Consultor de Direitos Humanos nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html. Acesso em 27 jul. 2025.

traria uma série de benefícios, dentre os quais, pode-se destacar a inserção de jovens qualificados no mercado de trabalho em ascensão que se firmava.

Muito desse "progresso" ao qual o Ministro se reportava tinha relação direta com o advento dos acordos que o Brasil firmou com a USAID, que injetaram uma generosa quantia de capital americano na economia Brasileira, que visava o desenvolvimento da educação tecnicista nos países considerados de "terceiro mundo", como forma de estabelecer e manter seu poder e influência.

Ao abordar o ensino de 1º Grau, a Exposição de Motivos explicita a relevância dessa faixa de ensino na Lei, ao já trazer a primeira mudança de impacto que foi a fusão das suas duas fases (o Ensino Primário e o Ginasial), transformando-as em um único bloco, trazendo à tona as nuances que pontuaram o novo cenário educacional Brasileiro, estabelecendo o 1º Grau como o nível mínimo esperado para a investidura em postos de trabalho, acrescido dois marcos significativos e que perduram até hoje – a obrigatoriedade e gratuidade na oferta por parte das instituições oficiais:

> O ensino de 1º Grau é, pois, a grande faixa de educação para todos. No passado, esse estágio fundamental podia reduzir-se a quatro anos de estudos: era a escola dita "primária". Já agora, com a complexidade crescente que assume a vida moderna, dificilmente poderá alguém assimilar os valores do seu tempo e revestir um mínimo de eficácia no trabalho sem uma formação que alcance pelo menos o nível do atual ginásio. A explosão da matrícula aí está para confirmá-lo. Em consequência, ao regulamentar o artigo 176, § 3º, inciso II, da Constituição, estabeleceu-se a necessária correlação entre obrigatoriedade e gratuidade, definindo os oito anos do 1º Grau como a fase "primária" da nova escolarização (Brasil, op.cit., p. 8).

Já na parte final de sua sustentação perante o presidente ditador gal. Garrastazu Médici, o Ministro Jarbas Passarinho reafirma o grau reformista que a Lei, ao ser aprovada e implementada, virá a ter na prática, haja vista que seria um instrumento normativo voltado para a geração de emprego por meio da educação, dando a ele a alcunha de "revolução pela educação", conforme se faz presente na Exposição de Motivos da Lei nº 5.692/1971, p. 9:

> Agora, V. Exa., não proporá ao Congresso Nacional apenas mais uma reforma, mas a própria reforma que implica abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º Graus voltado para as necessidades do desenvolvimento. E como a educação pré-determina o desenvolvimento, adoção do ensino meramente propedêutico, pela adoção de um processo progressivamente o estudante, dando terminalidade à escola de 2º Grau, preparando técnicos de nível médio de que tem fome a empresa privada como a pública, significa uma revolução, no sentido sociológico do termo: atinge as raízes do processo, em um curto prazo. E uma palavra que V. Exa., preconiza: a revolução pela educação.

Logo, toma-se como alicerçada a ideia do ensino é um fator de alto impacto para o desenvolvimento e progresso do Brasil, uma vez que tanto o setor público quanto o privado se tornaram exitosos com o advento da norma, uma vez que se torna clara a tendência de gerar benefícios para os nichos da economia ao polarizar a discussão, trazendo-a para àquele que, substancialmente, seria o mais interessado: o empresariado Brasileiro.

3.3 A LEI Nº 5.692/1971 E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na aurora da década de 1970, um grupo composto por nove membros foi constituído pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, para elaborar um relatório sobre a atualização e expansão do ensino fundamental e do colegial, à época, os dois ciclos do ensino médio. Tal relatório foi entregue ao ministro, que o submeteu ao Conselho Federal de Educação (CFE), e após algumas alterações, gerou o anteprojeto de Lei submetido ao Congresso Nacional onde foi examinado por uma comissão mista de deputados e senadores, tendo esta acrescentado algumas emendas.

O projeto substitutivo do relator, deputado Aderbal Jurema, foi objeto de uma blindagem, de modo que obteve aprovação na Câmara sem ressalvas, sem a necessidade processual de tramitação no Senado. O alinhamento do Poder Legislativo ao Executivo ficou claro quando o ditador presidente gal. Garrastazu Médici sancionou a Lei sem nenhum veto (Cunha, 2014).

Certa feita, no processo legislativo Brasileiro, a criação de uma Lei segue um curso processual distinto, que contempla fases que devem ser seguidas para que se mantenha a ordem dos ritos legais, já mencionados. No cenário de uma Ditadura Civil-Militar, no qual tal procedimento é sumariamente suprimido, a Lei nº 5.692/1971 ascende como mecanismo legal em que os militares tomaram como norte para “sanar” o contratempo relativo à qualificação de mão de obra para o labor, tão necessária para justificar os acordos bilaterais firmados para a injeção de capital estrangeiro na economia Brasileira e consolidar a educação tecnicista como um dos pilares para o progresso da nação.

Em 1971, a ideia central proposta foi concretizada com a entrega do relatório elaborado pelo grupo de trabalho já mencionado e a posterior divulgação da reforma dos ensinos Primário e Secundário, pelo então ditador presidente da República, Gal. Emílio Médici, em reunião ministerial transmitida por uma rede de rádio e televisão, conforme destaca a manchete da Folha

de São Paulo, em 26 de junho de 1971, quando essa Lei ainda estava na forma de projeto (Figura 4).

Figura 4 – Presidente Médici torna pública a nova Lei sobre o ensino



FOLHA DE S. PAULO

Ano LI — Um jornal a serviço do Brasil — São Paulo, sábado, 26 de junho de 1971 — Nº 15.350

Preço do exemplar diariamente: Cr$ 0,50 — Diretor Presidente: Octavio Frias de Oliveira

O Presidente anuncia novo ensino que vai preparar para o trabalho

A nova educação

Lei antitoxicos

Remedio popular

No Palmeiras no São Paulo,

Fonte: Banco de dados da Folha de S. Paulo (2021).

Conforme a capa do jornal que ilustra a Figura 6, o "novo ensino", segundo o então Presidente da República, o gal. Médici, uniria a escola primária e a ginasial, dando ao jovem formação para ingressar no mercado de trabalho. Apesar de a reportagem tratar de outros assuntos, a matéria que dá título à notícia deixa uma mensagem clara: a de chamar a atenção de quem lê para a relevância do novo instrumento normativo. Desse modo, a grande imprensa deu início a um movimento de disseminação acerca das mudanças que a nova Lei traria consigo; os defensores da reforma argumentavam que estas modernizaram o patamar da educação brasileira. A educação tecnicista ganhava contornos de "ferramenta para o progresso".

O caráter reformista da Lei nº 5.692/1971 fazia jus à teoria do Capital Humano, cuja formulação inicial, feita por Theodore Schultz, difundiu-se entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. Para Saviani (2010, p. 365), essa teoria "adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do 'máximo resultado com o mínimo de dispêndio' e 'não duplicação de meios para fins idênticos'". Baseada em tais princípios, a

pedagogia tecnicista "advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico" (Saviani, 2010, p. 381).

No decorrer de seus 88 artigos, a Lei nº 5.692/1971 dispõe de uma série de oito capítulos que contemplam os temas que serão por ela abordados, tais como as mudanças referentes ao ensino de 1º e 2 º Graus, bem como aquilo que concerne à formação dos docentes dos cursos profissionalizantes que seriam ofertados e os prazos pouco arrazoados para a sua implementação nas instituições de ensino.

Salientamos que, ao tratar do ensino de 1º Grau, a normativa fomentou mudanças significativas nessa faixa educacional, tomando por exemplo a fusão do antigo Ensino Primário (da 1ª à 4ª séries) com o Ginasial (da 5ª a 8ª séries), tornando o 1º Grau com duração de 8 anos. Além disso, extinguiu o Exame exigido para os alunos cursarem o Ginasial. Ademais, é nesse nível que se dá o despertar vocacional que prepararia os jovens estudantes para adentrarem no 2º Grau sabendo qual curso fariam e assim conseguiriam ter uma profissão reconhecida.

Esse "despertar de vocações" já no 1º Grau está intrinsecamente imbricado ao ideário de uma educação progressista, na qual os jovens poderiam ter uma profissão reconhecida e com isso gerar renda e, consequentemente, valor. Dessa forma, demonstrariam sua "ascensão na vida", sendo em muitas vezes a primeira pessoa da família a exercer uma profissão mediante capacitação técnica, negligenciando sua formação pessoal, pois a educação cedia seu espaço como uma das principais ferramentas de composição do homem com um ser social diante da nova conjuntura em que o país se debruçava.

No que tange ao 2º Grau é que repousa o seu elemento de maior destaque: a compulsoriedade do ensino profissionalizante. Ao tornar obrigatório, resta comprovada a manipulação do governo para aumentar os níveis de mão de obra qualificada para o trabalho, objetivando mostrar o progresso do país por meio da educação, uma das pastas mais importantes para o crescimento econômico Brasileiro, falseando a impressão de mais fácil inserção no mercado de trabalho à época.

O texto da Lei ratificada ainda trazia em seu corpo algumas mudanças na organização curricular, como assim aduz Cunha (2014, p. 914-915):

> [...] fusão dos ramos do 2º ciclo do ensino médio (na nomenclatura então vigente). Por determinação desta Lei, o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico fundiram-se. Todas as escolas deveriam oferecer somente cursos profissionais – então chamados de *profissionalizantes* – destinados a formar técnicos e auxiliares técnicos para as mais diversas atividades econômicas. Os cursos exclusivamente propedêuticos, como o antigo colegial (clássico e científico), não teriam mais lugar nesse nível de ensino.

> A fusão dos ramos no 2º ciclo do ensino médio teve uma lógica distinta da fusão dos ramos no 1º ciclo. Neste, o resultado principal foi o esvaziamento do conteúdo profissional, em proveito da educação geral e propedêutica, ressalvando-se a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. A lenta e progressiva ação recíproca entre o ensino secundário e os ramos profissionais, no 1º ciclo, culminou na concepção do segundo segmento do ensino de 1º grau da Lei n. 5.692/71, que não visava à formação para atividades profissionais, a não ser em caráter excepcional, como no *Sistema S*. No 2º ciclo, essa Lei representou uma ruptura contra as tendências que se firmavam tanto na política educacional quanto nas concepções predominantes entre os educadores e os administradores educacionais (Grifo da autora).

A Lei é bem elaborada, tendo como base a sua estrutura e divisão de temas elencados. Em seu texto contempla-se premissas essenciais como a formação do corpo docente, bem como da equipe de apoio formada diretores e inspetores que estariam à frente das novas matrizes curriculares preconizadas pela norma. No artigo 30 da Lei nº 5.692/1971, vê-se de que modo se dava a exigência mínima de formação para o exercício docente em cada faixa de ensino:

> Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
> a) No ensino de 1º Grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º Grau;
> b) No ensino de º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º Grau obtida em curso de curta duração;
> c) Em todo ensino de 1º e 2º Graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (Brasil, 1971).

Ao se voltar à formação para o mercado de trabalho, a Lei nº 5.692/1971 alicerçava, na educação, um novo e controverso instrumento: a obrigatoriedade do ensino profissionalizante para os estudantes do 2º Grau, pois, em meio à onda progressista e de modernização alardeada pelo "Milagre", era indispensável qualificar os jovens para que estes pudessem ocupar os cargos de trabalhos que surgiam em decorrência do crescimento econômico.

Para quem estava no poder, a premissa era de um novo Brasil, onde os jovens sairiam do 1º Grau com a ideia massificada de qual profissão escolheriam e do 2º Grau com a já escolhida função, o que, em tese, garantiria mais oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, é possível conjecturar que tal fato poderia não ocorrer conforme o previsto, pois o aumento da oferta de mão de obra qualificada geraria um rebaixamento dos salários.

Nesse diapasão, as instituições de ensino ofertavam cursos de acordo com a necessidade das empresas de sua região e, num espaço de tempo deveras encurtado, tiveram que se adaptar a uma realidade completamente nova. Eram necessárias mudanças em suas estruturas físicas e curriculares, além de capacitar docentes para atender àquilo que a nova Lei determinava, principalmente no que tange à profissionalização no 2º Grau, como se ratifica a seguir, no próprio bojo do cânone normativo:

> Art. 4º. Os currículos do ensino de 1º e 2º Graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.
> 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:
> I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.
> II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.
> […]
> 3º Para o ensino de 2º Grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins (Brasil, 1971).

A Lei em tela tornou-se de difícil implementação, haja vista que, além da escassez de recursos para pôr em prática o que a norma pretendia como o investimento na compra de insumos referentes à estrutura física das escolas e a capacitação de professores e partícipes educacionais, os prazos irrazoáveis para a implantação foram fator determinante para sua derrocada, como se vislumbra em seu artigo 72 (Brasil, 1971):

> A implantação do regime instituído na presente Lei far-se-á progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação que deverá seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele, e disciplinar o que deva ter execução imediata.
> Parágrafo único. O planejamento prévio e o Plano Estadual de Implantação, referidos neste artigo, deverão ser elaborados pelos órgãos próprios do respectivo sistema de ensino, dentro de 60 dias o primeiro e 210 o segundo, a partir da vigência desta Lei.

Tal fato demonstra que os governos militares tinham motivos questionáveis para que a norma em tela fosse de rápida aplicabilidade (em termos práticos: imediata), uma vez que passou a ter vigência no dia em que foi publicada no Diário Oficial da União, em 11 de agosto de 1971, sem ao menos ser recomendada ao debate jurídico sobre suas finalidades, haja vista que tal feito beirava o improvável, por ser uma Lei elaborada sem o devido processo regimental, o que se justifica por ser um cânone promulgado em um período cujo país se encontrava em um Estado de Exceção.

Ao direcionar os estudantes já no 1º Grau naquilo que concerne à escolha de uma profissão, a Lei nº 5.692/1971 proporcionou um olhar mais amplo para o mercado de trabalho que se encontrava em efervescência por causa dos tempos áureos do dito miraculoso, diminuindo de certa forma, as possíveis expectativas dos jovens em relação à uma futura entrada no nível superior, tanto pela grande concorrência advinda dos vestibulares

extremamente disputados, que ofertavam poucos cursos e, consequentemente, um número menor de vagas, quanto pela própria falta de incentivo da família e das instituições de ensino, que eram “impelidas” a estimularem os alunos a optarem por adentrar em um curso profissionalizante que aumentaria as chances de inserção imediata no mercado de trabalho.

Logo, no decorrer do seu período de efetiva eficácia normativa, restou demonstrada a fragilidade no tocante à aplicabilidade da Lei nº 5.692/1971 e como forma de prolongar a sua função como fomento legal, alguns Pareceres foram elaborados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), com efeitos de ratificar a sua importância perante a sociedade, principalmente como ferramenta de marketing de um Brasil em processo de progresso pleno, bem como também o de criar as primeiras Habilitações Básicas (HB) do ensino profissionalizante, delimitando a pesquisa para a análise do conteúdo dos Pareceres nº 45/1972 e nº 76/1975, que serão apresentados a seguir.

3.4 OS PARECERES REGULADORES

Os Pareceres Reguladores foram instrumentos técnicos de fundamental importância para um melhor entendimento acerca do conteúdo da Lei nº 5.692/1971 e seus impactos na educação brasileira em tempos de cerceamento de direitos, bem como para assimilar o que seu conteúdo versava sobre o impacto da norma sobre o ensino de 1º Grau.

Por tratar-se de um cânone que deveria ser de aplicabilidade a curto prazo, a Lei nº 5.692/197, foi alvo de críticas constantes e severas, dando ensejo para que o governo instituísse por meio do CFE um rol de dispositivos técnicos que visavam corroborar a importância da norma e evitar futuros questionamentos quanto ao teor e finalidade prática da supracitada Lei, e como explanado a pesquisa terá como fulcro o estudo de dois em específico: os Pareceres nº 45/1972 e nº 76/1975.

O Parecer nº 45 de 12 de janeiro de 1972 foi instituído pouco mais de cinco meses após a promulgação da Lei, demonstrando como esta já no ensino de 1º Grau, tomava os contornos de um instrumento pelo qual poderia se desenvolver o estímulo por uma profissão nos alunos desta faixa de ensino.

O Parecer também explicita que a Lei nº 5.692/1971 já concentrava mais conteúdo sobre esse “despertar de vocações” do que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vigente à época – a Lei nº 4.024 de 20 de janeiro de 1961, quando fala que esta “sob o aspecto da habilitação para o trabalho, de que trata este Parecer, a LDB é bastante omissa” (Brasil, 1972, p. 108).

Na mesma página, o relator reafirma a sua posição perante a LDB, uma vez que demonstra que "no campo do preparo para o trabalho, o que se encontra na LDB é o tímido § 2º, do artigo 44", o qual se constata no extrato retirado do texto referente a parte citada: "entre as disciplinas e práticas educativas, de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais", demonstrando desta forma que o novo ordenamento vigente ocupa um lugar de destaque no que diz respeito ao despertar vocacional, preenchendo uma lacuna deixada pela Lei de Diretrizes.

Importante mencionar que o Parecer nº 45/1972 pode ser compreendido como um mecanismo técnico que destaca o caráter centralizador da Lei nº 5.692/1971, uma vez que a norma foi estruturada e redigida por um padre que tinha suas raízes consolidadas no pensamento conservador predominante à época, como é possível perceber na alusão que o mesmo faz ao padre e filósofo francês François Russo no texto:

> É oportuno recordar que não existe autêntica cultura fora daquela que, fiel embora aos valores do passado, é a expressão da realidade atual da civilização. A integração cultural da técnica não se impõe apenas para o bem da cultura; é condição essencial para a integração da técnica na nossa civilização no sentido do autêntico progresso do homem e da humanidade (Russo s.d. *apud* Brasil, 1972, p. 109).

É nesse sentido que se debruça a doutrina do ensino tecnicista em que a Lei nº 5.692/1971 repousa, corroborada por figuras que trazem um tom reacionário como Russo, que ratificam a premissa de que o progresso de uma nação estaria intimamente ligado à introdução do tecnicismo, o que proporcionou maior relevância à implementação rápida da norma, ratificando o propósito já aduzido ao Brasil de que o país estava passando por um período de benesses econômicas e bem-estar financeiro advindas do dito miraculoso.

Assim, no decorrer do texto robusto em que o Parecer nº 45/1972 se constrói, torna-se possível inferir que a Lei do qual o instrumento técnico tratava, deixava claro que mesmo com a compulsoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau, o "despertar de vocações" era premissa basilar do ensino referente à faixa do 1º Grau, quando já poderiam ser introduzidas disciplinas especiais voltadas para esse nicho de formação, denominado de formação especial, como é percebido na alínea "a" do artigo 5º da Lei: "no ensino de 1º Grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominante nas finais" (Brasil, 1972, p. 111), isto é,

a construção do "despertar vocacional" no 1º Grau por meio da inserção de disciplinas específicas era prevista na Lei e poderia ser implementada na matriz curricular das instituições de ensino, ganhando contornos mais tangíveis nos anos finais do 1º Grau, se consolidando como uma estratégia educacional eficiente.

Também no mesmo artigo, mas em seu parágrafo segundo alínea "a", a Lei trata especificamente da formação especial, para os jovens que estavam finalizando o 1º Grau: "terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º Grau e de habilitação profissional no ensino de 2º Grau" (Ibid., p. 111), logo, pode-se concluir a partir dos trechos expostos que o Parecer consolida a ideia de que a Lei é um instrumento que oportuniza desde cedo, uma formação voltada para o trabalho bem como estruturada de forma a proporcionar a autorrealização do indivíduo como ser consciente de seu papel como cidadão, trazendo consigo a concepção de uma educação tecnocrata pela qual os jovens seriam instrumentos necessários para o esperado progresso do país.

O parecer supracitado também corrobora a premissa asseverada pela Lei nº 5.692/1971 acerca da importância do trabalho como ferramenta de desenvolvimento social, possibilitando que os estudantes, a partir do final do 1º grau (por meio do despertar vocacional) descobrissem em qual profissão poderiam aproveitar melhor seus dons/aptidões para que com a escolha e conclusão de um curso profissionalizante no grau seguinte pudessem contribuir para a construção de uma nova sociedade, baseada em valores morais incutidos pela Ditadura Militar, o que pode ser entendido como um ponto paradoxal, uma vez que ideias progressistas vão de encontro àquilo que o movimento conservador se propõe.

Adiante, percebemos de forma tácita a relevância da categoria "trabalho" que a Lei projeta em seu arcabouço. Observemos a forma como "trabalho" e "qualificação para o trabalho" foram incluídos no corpo do texto do Parecer nº 45/1972 (p. 116):

> Segundo o documento, pode-se dizer que qualificação para o trabalho, em sentido amplo, "compreenderá o processo de preparar o jovem para as ações convenientes ao trabalho produtivo, seja ele de criatividade, de multiplicação de ideias e projetos, de análise e controle, de administração e supervisão ou de execução manual e mecânica, tudo de acordo com as potencialidades e diferenças individuais dos educandos".

Logo, torna-se relevante ressaltar que a Lei supracitada imprime no ensino do 1º Grau a caracterização de uma consciência educacional na qual, já nas fases iniciais da educação formal, os adolescentes e jovens eram impelidos a procurarem o seu despertar vocacional para que, quando ingressarem no 2º Grau, já tivessem alguma afinidade com os cursos profissionalizantes ofertados. Assim, esperava-se que, ao concluírem esse nível de

escolaridade, os egressos tivessem garantida uma profissão regulamentada, facilitando a sua entrada no mercado de trabalho amplificado pela conjuntura econômica favorável decorrente do "Milagre Econômico".

Dessa forma, conforme compreende o estudo de Carlos, Menezes e Medeiros Neta (2020, p. 6): "a expansão global do mercado, da economia, da cultura e das novas tecnologias exigia formação de um novo trabalhador", isto é, diante de novas circunstâncias, tornava-se necessária a capacitação dos jovens para que estes já se sentissem estimulados a buscar por uma formação que os incentivasse para o labor.

Quatro anos depois, o CFE emite outra norma técnica referente à Lei nº 5.692/1971, o Parecer nº 76, emitido em 23 de janeiro de 1975. Àquela época, muito já havia mudado. O período do "Milagre Econômico" chegou ao fim e com ele começou-se a vislumbrar uma dura realidade: a de que os índices macroeconômicos favoráveis do início, como o superavit da balança comercial, deflação e um PIB que chegou a alcançar os 11% ficaram no passado. Elementos de um cenário econômico que não se sustentaram no médio e no longo prazo, em função das contradições internas do próprio modelo do "Milagre" e por fatores externos, como o "choque do Petróleo" de 1973, que encerrou o fluxo de investimentos para as economias periféricas do capitalismo.

É nesse contexto, pós-Milagre, que o texto do Parecer nº 76/1975 é aprovado, tendo como relatora a professora Maria Terezinha Tourinho Saraiva. Ele traz consigo o reforço da condição inerente de profissionalização que a norma constrói no texto, além da criação das primeiras 10 (dez) Habilitações Básicas (HB). Assim, infere-se que a norma técnica de 1976 deixa nítido o objetivo da Lei nº 5.692/1971, como ratifica o seu artigo primeiro:

> O ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1971).

Os responsáveis pela elaboração da Lei se debruçaram de forma intensa no que diz respeito à questão da profissionalização tão preconizada no 2º Grau, tendo como objetivos, segundo o Parecer nº 76/1975 (p. 24):

> 1º) mudar o curso das tendências da educação Brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se torna a meta e não um ramo de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir um nítido sentido de terminalidade;
> 2º) beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária o quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o país precisa.

Os dois trechos acima confirmam a ideia de que a Lei nº 5.692/1971 trouxe mudanças vultosas para a educação Brasileira (principalmente no tocante ao ensino profissionalizante compulsório) num período em que o país necessitava de profissionais qualificados para absorvem, em parte, a demanda laboral proporcionada pelo "Milagre Econômico", aludindo à ideia de que o ensino profissionalizante no 2º Grau seria o patamar último para os jovens a nível de escolaridade para adquirirem uma profissão e se firmarem no mercado que se encontrava em expansão naquele período.

É tangível no Parecer nº 76/1975 a preocupação do grupo que elaborou a Lei nº 5.692/1971 naquilo que concerne ao incentivo da profissionalização como uma realidade dos jovens que terminassem o ensino de 1º Grau: "voltamos a dizer que a parte profissionalizante não visa só o mercado de trabalho, mas à formação do adolescente" (p. 37). O despertar vocacional já era uma realidade trabalhada pela Lei supra, uma vez que ela foi a responsável maior pela reestruturação primaz na matriz curricular em referência aos ensinos de 1º e 2º Graus vigentes no país, objetivando tornar prático o maior axioma da norma que era a profissionalização para o trabalho, voltando esse pilar estrutural para o desenvolvimento dos jovens desde os anos finais do 1º Grau.

O Parecer nº 76/1975 traz um novo termo no rol dos já conhecidos e elencados na Lei: o das Ocupações Intermediárias, pois quando for o caso de qualificação para o trabalho, o aluno fará jus a um certificado de conclusão, tendo adquirido uma habilitação básica ou parcial, incentivando mais uma vez a busca pela qualificação para o trabalho. Assim, acerca do tema, o texto técnico afirma que:

> Aí está um caminho. Preparo para ocupações intermediárias que exigem carga horária menor que permitem ao aluno adquirir habilidades para ingressar na força de trabalho, que despertem no educando a consciência do valor do trabalho e que não o impeçam de receber a parte da educação geral (Brasil, 1975, p. 38).

O Parecer nº 76/1975 também produziu outro símbolo que gerou grande repercussão pelo seu potencial como ferramenta profissionalizante: as Habilitações Básicas (HB) que eram distinguidas pelo nicho laboral ao qual se voltariam, podendo citar como exemplo: "Habilitação Básica em Mecânica; Habilitação Básica em Saúde; Habilitação Básica em Edificações, dentre outras" (Ibid., idem).

Infere-se que as HB previstas no Parecer serviram como uma forma "mais acessível e rápida" de implementar a Lei nº 5.692/1971 nas instituições de ensino, uma vez que para a Parecerista: "Esta solução (as Habilitações Básicas) passaria a ser considerada como o preparo

básico para a iniciação a uma área específica de atividade" (Ibid., p. 39). Vale ressaltar que as HB tinham como função cumprir a prerrogativa de que todo aluno ao término do 2º Grau possuiria algum tipo de formação que o capacitasse para o trabalho.

Logo, pode-se concluir que o despertar vocacional para o trabalho nos estudantes do 1º Grau é o marco basilar para que se torne possível a compreensão de que a Lei nº 5.692/1971 a partir de seus pareceres reguladores, tratados em específico nesta seção os de nº 45/1972 e 76/1975, não se limita apenas à profissionalização compulsória no grau seguinte, como é mais conhecida. Essa lei é mais abrangente e os dois pareceres citados corroboram acerca da importância de as instituições de ensino, em suas matrizes curriculares, já estimularem o interesse no aluno em conhecer as profissões que estavam "em alta" no contexto empregatício de sua região. Finalizado o 1º Grau, esses alunos deveriam buscar os cursos profissionalizantes que melhor lhes aprouvessem dada a vocação descoberta por meio das aptidões que detinham.

3.5 A LEI Nº 7.044/1982: UM NOVO PANORAMA SOBRE O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A entrada do Brasil na década de 1980 foi o signo fronteiriço que marcaria o ápice do processo de redemocratização. Os tempos sombrios da Ditadura Empresarial-Militar já perdiam boa parte de suas forças. A população não mais encarava o tão proclamado progresso defendido pelos ditadores das Forças Armadas, haja vista que o Milagre, de miraculoso só tinha a alcunha, uma vez que os índices econômicos portentosos de outrora deram lugar a números pouco atrativos, como a inflação que começou a se mostrar majorada, bem como o fortalecimento dos movimentos que defendiam o fim do Estado de Exceção, ganhando cada vez mais espaço numa sociedade que se via sobrecarregada diante das limitações impostas. Ao trazer a discussão para a Lei nº 5.692/1971, percebe-se que esta começou a se mostrar de difícil sustentação prática. Isto postos, diante das dificuldades inerentes ao processo de implementação do instrumento legal supracitado, foram realizados movimentos que findaram com a sua alteração por outro que trazia em seu escopo uma especificidade que faria toda diferença: a flexibilidade da profissionalização no 2º Grau, deixando esse nicho não mais como uma obrigação e sim como uma possibilidade. Tal mudança seria mais uma a ser implementada na educação brasileira, desta vez para adequar-se a uma realidade menos rígida de ensino.

A criação da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, tinha como mote principal a diminuição da intransigência concernente à obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º

Grau, uma vez que este nicho finalizava seu ciclo a partir da vigência do ordenamento jurídico corrente, revelando um novo horizonte para a educação brasileira.

A norma aqui discutida é relativamente curta (possuindo apenas quatro artigos) e tem por objeto a alteração de cerca de dez artigos da Lei nº 5.692/1971(1º, 4º, 5º, 6º, 8º, 12º, 16º, 22º, 30º e 76º), trazendo em seu artigo 1º a principal mutação: a troca da palavra "qualificação" que denotava a obrigatoriedade do ensino profissionalizante pelo termo "preparação" para o trabalho, no qual se vislumbrava um horizonte de ensino menos rígido, como se lê: "o ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, *preparação* para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania" (Brasil, 1982).

A pedagogia tecnicista que fomentava a Lei nº 5.692/1971 se baseava no entendimento que é corroborado por Saviani (2010, p. 379-380), de que:

> Ao assumir o enfoque sistêmico e adotar os princípios gerais da eficiência, racionalidade e produtividade com os corolários do "máximo resultado e o mínimo dispêndio" e "não-duplicidade de meios para o mesmo fim"; e ao tomar esses princípios gerais como premissas para a organização curricular baseada nos princípios específicos de integração, flexibilidade, continuidade-terminalidade, racionalização-concentração, estava-se claramente no âmbito da pedagogia tecnicista.

Não obstante a isso, o tônus dado à nova norma foi fruto de um ajuste necessário que foi idealizado e posto em prática pelo Regime Militar, uma vez que o dispêndio de recursos para manter o ensino de 2º grau concomitante ou integrado com o profissionalizante, era muito alto. A Lei nº 5.692/1971 fracassou nesse aspecto, ao ser rígida em demasia no tocante à imposição do ensino profissionalizante secundarista em um curto período de tempo.

Todavia, o novo cânone - a Lei nº 7.044/1982 - ressoou seus impactos não apenas no que diz respeito à flexibilização do ensino, seus desdobramentos vão além disso: o empresariado que detinha a posse das escolas privadas que eram obrigadas a ofertar cursos profissionalizantes no 2º Grau, agora poderia oferecer os mesmos cursos de forma subsequente, isto é, as pessoas que se interessassem, poderiam se matricular depois que terminassem esse nível, a qualquer tempo, ou seja, seria uma escolha pessoal, tornando os seus custos de implementação e manutenção bem mais vantajosos.

A esse tempo, a pedagogia tecnicista enfrentava certo declínio. A educação começou a ser vista não mais como um elemento de formação do sujeito que se limitava a um curso em nível de 2º Grau. Tampouco instigava os jovens e adolescentes no último segmento do 1º Grau a um "despertar vocacional" em busca de uma profissão. O movimento educacional em

consonância com a ascensão das manifestações crescentes em favor da democracia começara a mudar o olhar acerca do ensino em seus dois primeiros níveis de escolarização, consolidando uma visão mais abrangente já a partir do 1º Grau.

Embora a Lei nº 7.044/1982 não deixe explícita a questão aventada acerca do "despertar de vocações", o cerne da pesquisa em curso estará contido na análise a ser feita em dois livros-manuais (pois eram destinados aos professores) da escritora Lurdes de Bortoli, para a disciplina Educação para o Trabalho, e são eles: "Sondagem de Aptidões", elaborado para o ensino dos alunos da sétima série do 1º Grau e "A Escolha Profissional", para os estudantes da oitava série, que evidenciarão a preocupação com o "despertar" dos estudantes inseridos nesse nicho de ensino, como será apresentado na próxima seção.

4. OS IMPACTOS DA LEI Nº 5.692/1971 NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO A PARTIR DO 1º GRAU, COM ÊNFASE NOS ESTUDOS DE DOIS LIVROS DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre muito obrigado
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve, pois, só fazer pelo bem da nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um Fuscão no juízo final
E diploma de bem comportado.
(Gonzaguinha, 1973).

Ao adentramos esta seção com parte da letra da música "Comportamento Geral", de Gonzaguinha, temos como intento principal fazer uma breve indagação: será que podemos compreender que o último verso, no qual o cantor fala: *"E diploma de bem comportado"*, poderia, no contexto deste trabalho, ser compreendido como uma afirmação de que aqueles que seguiram os ditames empregados pela compulsoriedade do ensino profissionalizante, foram os ditos *"bem comportados"* preconizados por meio do sistema imposto na educação pela Ditadura Militar?

Não obstante a isso, também temos como fulcro desta seção trazer certa luz à discussão a Lei nº 5.692/1971 naquilo que tange ao seu conteúdo acerca do que ela aduz sobre trabalho e sua relação com a qualificação de mão de obra para o labor, com foco no despertar vocacional dos alunos do ensino de 1º Grau por meio da análise realizada em dois livros-manuais (voltados para os professores), desenvolvidos pela escritora Lurdes de Bortoli para a disciplina Educação para o Trabalho: "Sondagem de Aptidões – 7ª série" e "A Escolha Profissional – 8ª série", como será apresentado de forma mais detalhada nos próximos tópicos.

4.1 CONCEITOS RELEVANTES: TRABALHO, EMPREGO E MÃO DE OBRA

Quando falamos em trabalho como mão de obra, torna-se necessário compreender a perspectiva de tal conceito na observância do contexto em que a educação brasileira se prostrou no Regime Militar. É fato que a educação, bem como o ensino, formaram um binômio de extrema relevância para o governo, este acabara por funcionar como ferramenta para o fomento de qualificação técnica para o labor numa sociedade que estava sob o efeito do "Milagre" econômico e suas "benesses" já dissecadas em seções anteriores.

A Lei nº 5.692/1971 destaca a importância de, desde tenra faixa educacional (leia-se: 1º Grau), estabelecer uma relação entre ensino e trabalho, uma vez que, à época, a mão de obra qualificada era um instrumento de grande valia, salientando-se todo o contexto socioeconômico em que o Brasil se encontrava. Tratar o ensino como fomento para instituir os estratagemas que o governo elaborava com vistas a alcançar seus objetivos tidos em alta conta era, mais do que nunca, uma maneira de consolidar seu poder, alçado por meio de um regime de exceção.

Consideramos importante trazer à tela os conceitos de trabalho e emprego para que possamos compreender as nuances que diferenciam um conceito do outro e, a partir daí, assimilarmos a relação com o que se entende por mão de obra e assim traçarmos um paralelo que facilite a percepção sobre o tema.

Quando falamos em trabalho, fazemos referência a um gênero relacional que se desenvolve aludindo a uma esfera maior das relações jurídicas em que a atividade laboral é o centro, tendo por aspectos principais a relação autônoma de trabalho, a eventualidade, o exercício do trabalho avulso e de trabalho temporário. Já ao discorrermos sobre emprego, salientamos que este é uma espécie dentro do gênero trabalho, no qual podemos compreendê-lo a partir do conceito desenvolvido por Silva Júnior (2015, s. p.):

> A relação de emprego possui caráter bilateral, oneroso, sinalagmático e comutativo. É bilateral, quer no sentido de depender da vontade de duas ou mais pessoas, quer no sentido de que as enlaça, simultaneamente, em uma teia, mais ou menos complexa, de prerrogativas e deveres. É onerosa, porque dela resultam obrigações recíprocas para os contratantes. É sinalagmática e comutativa, porque esses direitos e obrigações nascem a partir do momento em que a relação jurídica se constitui, dentro do pressuposto de equivalência perfeita entre os encargos assumidos pelo trabalhador e pelo empresário, um em face do outro.

Ainda sobre aquilo que versa acerca do conceito de emprego, este tem por prerrogativa seguir o que se encontra estabelecido no rol taxativo de características contidas no artigo 3º da CLT, sendo uma relação juridicamente mais robusta, como veremos a seguir:

> Art. 3º - Considera-se empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
> Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual (Brasil, 1943).

Nesse sentido, podemos inferir de maneira mais simplificada que trabalho é toda relação humana em que uma pessoa natural (física) estabelece com outra pessoa (seja ela física ou jurídica), na qual existe uma obrigação de fazer algo, ao despender seu tempo e transformá-lo em força laboral sem a obrigatoriedade regimental daquilo que aventa o artigo celetista citado

anteriormente. Já o emprego, por se tratar de uma espécie pertencente a este ecossistema, é regido por regras específicas citadas. Em resumo: toda relação de emprego é uma relação trabalhista, mas nem todo trabalho é um emprego.

Logo, para tornar mais acessíveis as concepções até aqui instituídas acerca dos conceitos de trabalho e emprego como ações relacionais, o Quadro 3 elenca as principais diferenças entre os termos, consolidando a relevância do assunto para a discussão aqui aventada:

Quadro 3 – Diferenças entre Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Relação de Trabalho (Gênero)	Relação de Emprego (Espécie)
É toda relação jurídica cuja prestação (obrigação de fazer) é fomentada no labor humano.	Vínculo gerado por uma obrigação numa relação entre empregado e empregador.
Espécies de relação de trabalho: relação de emprego, trabalho autônomo, eventual, avulso, cooperado, voluntário, advindo de estágio etc.	Tem como principais características: elemento componente ser uma pessoa física, não pode ser eventual (habitual), exige subordinação, é oneroso e detém pessoalidade.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Para finalizar a tríade de conceitos de trabalho, emprego e mão de obra, precisamos discorrer sobre a concepção do que conhecemos por mão de obra, termo este tão presente no trabalho em tela.

Por mão de obra, podemos inferir que esta seja entendida como o labor humano utilizado para o desenvolvimento de bens e serviços, sejam eles de natureza durável ou não. A mão de obra como força de trabalho pode ser especializada, aludindo à ideia de qualificação intrínseca aos termos elencados na Lei no 5.692/1971. Veremos isso com maior profundidade ao estudarmos a sondagem de aptidões para o trabalho, cuja aplicabilidade foi imediata na matriz curricular referente ao ensino de 1º Grau.

Ao abordarmos o tema tomando como parâmetro o que versa a Lei nº 5.692/1971 acerca de trabalho como mão de obra, torna-se mister ressaltar que, apesar de o foco central ser a compulsoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau, a construção do ideário de mão de obra qualificada já era massificada nos últimos anos do 1º Grau, quando a norma faz referência ao termo “sondagem de aptidões”, isto é, desenvolver nos jovens desta faixa de ensino a importância do trabalho. Trabalho aqui entendido como signo de profissão reconhecida e habilitada, isto é, um emprego que, em teoria, garantiria aos jovens uma incursão facilitada no mercado laboral.

No bojo da lei é possível notar que o currículo sofre mudanças drásticas, como a divisão em duas partes: a geral, que continha as disciplinas essenciais, tais como Língua Portuguesa e

Matemática e a parte especial que era composta por matérias específicas cujo conteúdo desempenhava uma função crucial: a de implementar de forma tácita o desenvolvimento das habilidades dos jovens no fim do ensino de 1º Grau, para que estes, ao adentrarem no grau seguinte, tivessem uma concepção formada por determinada profissão. Assim, esta concepção seria então fomentada por meio de um curso profissionalizante ofertado pela instituição de ensino na qual os jovens estariam devidamente matriculados. Neste estudo, nos detivemos à disciplina Educação para o Trabalho, por meio da análise de dois livros manuais (voltados para professores), que foram concebidos para corroborar a formação inicial dos discentes pertencentes à faixa de ensino mencionada.

Não obstante, observamos no artigo 5º da lei, como era feita a divisão do currículo, em especial observância naquilo que tange ao despertar vocacional nos alunos de 1º Grau:

> Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.
> § 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:
> a) No ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
> b) No ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.
> § 2º A parte de formação especial de currículo:
> a) Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
> (Brasil, 1971).

Logo, notamos que ao deixar claro a inserção da parte especial do currículo nos anos finais do ensino de 1º Grau a partir da sondagem de aptidões, a lei permite a observância de uma antecipação de metas, ou seja, se a norma tinha como expressão maior a qualificação por meio do ensino profissionalizante compulsório no 2º Grau, ao incutir a ideia de um "despertar de vocações" já no 1º Grau, tornava-se possível ratificar a premissa de que com este "despertar", os alunos da referida faixa educacional estariam inseridos no âmbito formativo que o governo ansiava por meio do ordenamento vigente à época, chancelado pela Lei nº 5.692/1971.

4.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS LIVROS-MANUAIS DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Ao adentrarmos no estudo dos dois livros-manuais da disciplina Educação para o Trabalho, salientamos a importância de destacar alguns pontos da estrutura na qual os materiais foram concebidos, a fim de que possamos compreender as suas minúcias e com isso estabelecer pontos de discussão relevantes para o trabalho apresentado. Para fins ilustrativos, trazemos as Figuras 5 e 6 que são, respectivamente, as capas dos "Livro 1" e "Livro 2":

Figura 5 - Capa do livro "Educação para o Trabalho – Sondagem de Aptidões"



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 6 - Capa do livro "Educação para o Trabalho – A Escolha Profissional" [6]



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

[6] Torna-se relevante fazer a ressalva de que, para fins de padronagem das imagens apresentadas nesta seção, informamos que as mesmas foram retiradas de cópias dos dois livros-manuais originais analisados, estando dispostas de forma que mais se aproximassem do seu tamanho real, uma vez que ao tentar diminuí-las, perde-se qualidade, uma das mais importantes características nelas contidas, o que acabaria por demonstrar de forma inverídica a falta de cuidado com o qual este trabalho foi realizado.

Em primeiro lugar, começamos com o estudo de alguns elementos pré-textuais dos livros “Educação para o Trabalho – Sondagem de Aptidões” destinado aos alunos da 7ª série e “Educação para o Trabalho – A Escolha Profissional”, 8ª série (que aqui denominamos de Livro 1 e Livro 2 para tornar o texto mais objetivo e, consequentemente, menos prolixo), como a capa e o prefácio, ao entendermos que estes dois pontos se mostraram uma fonte robusta para a análise inicial.

As Figuras 5 e 6 trazem consigo uma significativa parcela de informações relevantes, tais como: a montagem de fotos com cenas do cotidiano de profissões que estavam em alta conta à época, como visto na foto maior ao centro que revela o centro operacional de uma indústria automobilística e seus funcionários na linha de montagem, o que nos possibilita a dedução de que se tratam de técnicos em mecânica, uma das muitas habilitações ofertadas por meio de cursos profissionalizantes corroborados pela lei nº 5.692/197. Também contempla elementos de adequação normativa, tomando como parâmetro o Guia Curricular para Formação Especial no Ensino de 1º Grau, desenvolvido pela SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A autoria dos livros ficou sob a incumbência da escritora Lurdes de Bortoli, muito conhecida no cenário educacional por sua contribuição para a disciplina de Educação Moral e Cívica – EMC, com diversos livros publicados. Por fim, a editora escolhida foi o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas - IBEP, fundado em 1965, na cidade de São Paulo.

Quando passamos para o Prefácio, nos deparamos com uma concatenação de instruções metodológicas da autora acerca da relevância da aplicação da disciplina Educação para o Trabalho pelos professores e como estes, junto às instituições de ensino, possuem papel fundamental no que tange ao que é versado pela temática abordada nos livros, como é visto na íntegra disposta a seguir:

> Ao professor:
> Os objetivos da EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO devem enquadrar-se nos objetivos da Educação nacional.
> Assim, buscamos na legislação que rege a Educação no País, as considerações iniciais para a elaboração deste livro:
> “O Brasil passa, atualmente, por uma fase de profundas mudanças sociais e econômicas. Compete à escola e aos educadores, em geral, o preparo das novas gerações para acompanhar e cooperar com o desenvolvimento econômico e social do País. Acompanhando as profundas modificações que surgem na vida nacional, a Educação deve figurar em lugar de destaque. A escola, em seu sentido amplo, é que faz a síntese do econômico e do social, de forma a configurar um processo de desenvolvimento humanístico voltado e dirigido para a valorização do Homem no mundo atual, de forma produtiva, colaborando e participando da vida em grupo”.
> A tarefa do professor de EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO no 1º grau é levar o aluno a conhecer as oportunidades educacionais e profissionais do 2º grau.

> Iniciar o aluno no trabalho e levá-lo a uma sondagem de aptidões para posterior escolha de profissão é mister, muito mais complexo e demorado do que se pensaria à primeira vista. Deve, por isso, ser exercido com muita cautela. À escola compete oferecer subsídios para o aluno pensar, mas a decisão é sempre dele. Não se deve, portanto, enfatizar nenhuma profissão.
> Neste livro, composto por 9 capítulos, o aluno vai conhecer o mundo do trabalho, a importância do exercício de uma profissão, os fatores determinantes da escolha profissional e as profissões de 2º grau existentes no País. Espera-se que ele seja sensibilizado para a escolha da profissão.
> Cada capítulo do livro desenvolve-se através de cinco seções:
> - *PRÉ-REQUISITO*: O *Pré-requisito* é um glossário dinâmico, pois nele o aluno aprende ou recorda, de forma interessante e ativa, termos e noções mais difíceis das diversas partes do capítulo.
> - TEXTO: Escrito de forma a estimular a ativa participação do aluno, leva a assumir gradativamente o significado do trabalho no contexto socioeconômico em que vive.
> - *ATIVIDADES DE CLASSE*: Nas *Atividades de Classe*, o aluno realiza testes, responde questionários, aplica novos conhecimentos e troca ideias com os colegas.
> - *ATIVIDADES DE CAMPO*: Essa é a parte mais dinâmica do programa de Educação Para o Trabalho. O aluno fará pesquisas, entrevistas, visitas, passeios e assistirá palestras, sempre com o intuito de enriquecer as suas informações sobre o mundo do trabalho.
> - ATIVIDADES DE VERIFICAÇÃO: As Atividades de Verificação são constituídas de exercícios variados que visam verificar, fixar e avaliar a aprendizagem das outras seções do capítulo.
>
> Esperamos ter elaborado material didático que colabore com o prezado colega na tarefa de preparar o jovem para ingressar no mundo adulto, com uma bagagem que lhe permita desempenhar satisfatoriamente as suas funções (Bortoli, s.d., p. 3).

Depreendemos de forma semelhante que existem, a partir do conteúdo do Prefácio, pontos basilares aventados em seu teor, que merecem espaço na discussão estabelecida e são eles: importância da disciplina elencada para a Educação de forma geral e a função do professor; a sutil imposição da escolha da profissão pelo aluno e por fim, a estrutura metodológica à qual os Livros 1 e 2 foram submetidos.

Quando falamos da disciplina Educação para o Trabalho e sua importância para a educação brasileira, o texto aduz à ideia de que esta cátedra estava em consonância com a normativa vigente à época que regia a educação - a Lei nº 5.692/1971, em momento de singular relevância do ponto de vista socioeconômico no qual o país se encontrava. Da mesma forma, discorre sobre o compromisso do professor e das instituições de ensino como elos imprescindíveis naquilo que tange ao auxílio por eles prestados aos alunos inseridos no eixo de 1º Grau, na escolha de uma profissão reconhecida, ao adentrarem no 2º Grau.

Nesse sentido, ao abordarmos o próximo ponto – a sutil imposição da escolha da profissão pelo aluno, torna-se possível a compreensão de que a lei em tela tece suavemente ideias que foram elaboradas de forma a imprimir certo “cuidado” por parte da autora (aqui me refiro à Lurdes de Bortoli) para que as instituições de ensino não determinem que o aluno seja forçado a escolher uma profissão em detrimento de outra, dando ao jovem inserido na faixa de

ensino de 1º Grau, uma "ponderada autonomia", o que pode ser visto em parte do texto supracitado: "À escola compete oferecer subsídios para o aluno pensar, mas a decisão é sempre dele. Não se deve, portanto, enfatizar nenhuma profissão" (*Ibidem*, p.3).

Ao passo que não se pode "exigir" que um aluno escolha determinada profissão, a autora massifica o fato de que é importante que os professores - fortemente respaldados por aquilo que está contido nos livros-manuais de Educação para o Trabalho, sejam instrumentos de suporte para que os jovens escolham uma profissão, isto é, à medida que existia alguma autonomia por parte do aluno na escolha de uma futura profissão, a partir de um despertar vocacional compulsório nos anos finais do 1º Grau, há em mesma proporção certa pressão para que os professores suscitem nos discentes a busca por uma ocupação reconhecida por meio de um curso profissionalizante obrigatório no grau seguinte de estudo, como vemos no trecho adiante:

> Neste livro [...] o aluno vai conhecer o mundo do trabalho, a importância do exercício de uma profissão, os fatores determinantes da escolha profissional e as profissões de 2º grau existentes no País. Espera-se que ele seja sensibilizado para a escolha da profissão (*Ibidem*, p. 3).

Aqui registramos que tal dicotomia mantinha o aluno, de certa forma, limitado a um futuro baseado numa profissão a qual ele deixaria de seguir por não possuir "vocação" – esta palavra tão aventada pela lei, mas também por ausência de incentivo e escolha por outras opções que, à época, se mostrariam de difícil alcance, tais como cursar uma graduação.

Adiante temos a divisão metodológica submetida aos Livros 1 e 2. Esta se deu com o objetivo de fornecer ajuda aos professores naquilo que concerne às nuances do ambiente profissional aos seus alunos, de forma a facilitar a inserção da disciplina citada anteriormente com vistas a melhorar a absorção da ideia que servia como centro: a partir dos livros utilizados, apresentar aos jovens os benefícios do "fantástico universo do labor" desde cedo.

Para tanto, os manuais foram decompostos em cinco seções, as quais apontariam para cada elo necessário ao alcance dos objetivos geral e específicos propostos, como veremos detalhadamente nos tópicos seguintes. Certa feita, cada ponto elencado dentre os cinco possuía função própria e ao se juntarem no final, pretendiam fornecer ao aluno uma experiência na qual ganhariam mais conhecimento sobre o assunto e são eles: *Pré-requisito*; Texto; *Atividades de Classe*; *Atividades de Campo* e Atividades de Verificação, que veremos por meio do conteúdo presente no decorrer dos capítulos dos Livros 1 e 2 e dispostos no Quadro 4 de forma resumida:

Quadro 4 – Seções Metodológicas dos Livros 1 e 2	
Pontos	**Função**
Pré-requisito	Glossário com conceitos fundamentais presentes nos livros
Texto	Obra que permite dinamismo no aprendizado
Atividades de Classe	Aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos
Atividades de Campo	Tarefas fora dos espaços escolares
Atividades de Verificação	Exercícios de cunho avaliativo

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Nesse sentido, tornou-se pertinente discorrer sobre os fins visados pela disciplina Educação para o Trabalho, presentes nas obras analisadas, tomando por base o Livro 1, uma vez que os fins são os mesmos no Livro 2. Logo, os temos arrolados a seguir:

> SÃO FINS VISADOS PELA Educação para o Trabalho:
>
> - Desenvolvimento da atitude de apreciação do trabalho, valorizando-o como meio de realização pessoal e de promoção social.
> - Desenvolvimento da atitude de exploração crítica dos aspectos importantes dos sistemas de produção da comunidade, da região, do país e do mundo.
> - Desenvolvimento de habilidades requeridas de um produtor e consumidor eficiente.
> - Aquisição de hábitos de disciplina no trabalho.
> - Desenvolvimento de atitude de cooperação, espírito de trabalho em grupo e senso de responsabilidade para o êxito do produto final.
> - Desenvolvimento de habilidades do domínio psicomotor e perceptual.
> - Desenvolvimento de problemas e de apreciação crítica.
> - Desenvolvimento de habilidades de coletar informações relativas a requisitos profissionais, oportunidades ocupacionais e educacionais;
> - Conscientização de que a escolha de uma profissão deve estar relacionada aos próprios interesses, habilidades e educacionais.
> - Conscientização da necessidade de preparação adequada e de educação permanente como requisito ao desenvolvimento profissional (Bortoli, s.d., p.6).

Isto posto, a partir dos fins que foram apresentados acima, podemos inferir que a disciplina Educação para o Trabalho pretendia aprimorar diversas habilidades nos alunos de 1º Grau, habilidades estas consideradas importantes para que os jovens pudessem compreender como o mercado de trabalho funciona e quais características eram apresentadas como primordiais para serem futuros profissionais de sucesso. Estabelecer esse tipo de meta para pessoas que ainda estavam passando pelo processo de progressão cognitiva, com o intuito de "desenvolver a atitude de exploração crítica dos aspectos importantes dos sistemas de produção da comunidade, da região, do país e do mundo" (grifo da autora), é pouco razoável naquilo que tange ao conhecimento das fases do desenvolvimento da mente humana.

Ademais, podemos ratificar que os fins que a disciplina Educação para o Trabalho pretendia alcançar mostraram-se deveras ambiciosos, todavia são bem elaborados e melhor aproveitados se tivessem sido direcionados para os alunos de 2º Grau, ou reformulados para

conseguir a eficácia esperada para alunos de faixa etária aos quais foram originalmente concebidos.

4.2.1 Análise de Conteúdo – Livro 1

O Livro 1 – "Educação para o Trabalho – Sondagem de Aptidões", voltado para os alunos da 7ª série, como já mencionado, foi o primeiro a ser analisado utilizando o critério de faixa serial. Nele tornou-se plausível observar na página que antecede o primeiro capítulo, o Objetivo Geral e os Específicos da disciplina esperados para os discentes dessa faixa de ensino, que em alguns aspectos, se encontram dispostos no próprio corpo do exemplar aqui estudado.

O Objetivo Geral é resoluto ao afirmar que: "o aluno deverá perceber o significado do trabalho para o indivíduo e para a sociedade no processo global das atividades produtivas do homem" (*Ibidem*, p. 6). Assim, pretendia-se assegurar que os estudantes pudessem compreender e absorver o conhecimento sobre o sentido que se dá ao trabalho e sua importância referente à sistemática empregada nos procedimentos dos quais obtêm-se bens e/ou serviços necessários ao homem enquanto ser social.

No que diz respeito aos Objetivos Específicos, estes atendem aos critérios pormenorizados, criando um roteiro detalhado para que o Objetivo Geral seja alcançado, estabelecendo parâmetros a serem seguidos. A partir disso, em consonância com o Guia Curricular para a Formação Especial no Ensino de 1º Grau, voltado para a disciplina "Educação para o Trabalho", criado pela SEDUC/SP, (Bortoli, s.d., p.6), elenca os Objetivos Específicos:

> O aluno deverá ser capaz de:
> 1. Identificar o trabalho como atividade produtiva do homem para:
> 1.1 Satisfação de necessidades individuais de:
> - Subsistência
> - Integração na comunidade
> - Expressão de ideias e sentimentos
>
> 1.2 Atendimento à necessidades de sociedade de:
> - Manutenção de condições de vida.
> - Aprimoramento das condições de vida.
> - Domínio sobre a natureza.
>
> 2. Identificar o processo global das atividades produtivas do homem:
> 2.1 Discriminar as atividades produtivas:
> - Diretamente relacionadas aos recursos da natureza:
> - agricultura
> - pecuária
> - caça
> - pesca
> - atividade florestal
> - atividades de reposição de estoque florísticos e faunísticos.
> - De transformação dos recursos da natureza em bens de consumo e bens de produção:

- indústria extrativa
- indústria de transformação
- indústria de construção
- indústria de utilidade pública

● De comercialização dos produtos da natureza e da indústria:
- Comércio atacadista e varejista
- comércio importador e exportador

● De prestação de serviços, que garante o funcionamento do processo global de produção:
- transportes
- armazéns gerais
- comunicação
- publicidade
- turismo
- escritórios comerciais
- finanças
- hospitalidade
- serventia
- seguros
- serviços públicos
- pesquisa
- educação
- lazer
- saúde
- e outros.

2.2 Identificar, nesse processo global, a interdependência das diversas atividades produtivas do homem, reconhecendo o significado e o valor de cada uma.

Certa feita, tornou-se possível observarmos que os Objetivos Específicos contidos no material analisado aplicado à disciplina Educação para o Trabalho, estão intrinsecamente ligados ao que se espera do estudante de 1º Grau: tornar familiar as nuances do mercado laboral e incutir tais substratos de conhecimento em sua rotina, reafirmando a importância da inserção da matéria como meio de introduzir os jovens à formação para o trabalho.

Nos Objetivos Específicos, podemos vislumbrar uma divisão clara quanto ao que deve ser o foco da matéria supracitada, sendo exposto em dois grandes grupos: 1 – Referente ao trabalho como atividade produtiva do homem e 2 – A identificação de forma holística das atividades que o homem realiza por meio do trabalho.

No grupo 1, notamos que o seu teor revela a importância de compreender como a mão de obra do homem pode ajudá-lo em sua subsistência, bem como na sua integração como indivíduo que pertence a um grupo, desaguando em seu autoconhecimento como um ser dotado de ideias que esperava-se serem expressas por meio do trabalho, assim como proporcionar condições de vida digna para o homem e, consequentemente, sua família, transformando realidades, isto é, essa rol de valores abarcadas no grupo em tela expressa características que somente o trabalho como uma profissão reconhecida poderia oportunizar.

Ao focarmos no grupo 2, podemos elencar os caracteres mais voltados a atender aquilo que se tem por potenciais áreas de trabalho, ao tecer como foco a produção por meio dos insumos advindos da natureza de forma direta como a agricultura e pecuária, seguido pelas atividades no setor de transformação da matéria-prima natural em bens de consumo, com foco em ocupações correlatas como na construção civil e extrativismo, concluindo com cargos que estivessem vinculados ao atendimento mais disseminado e/ou globalizado no que diz respeito ao processo de realização de serviços que atendam a um quantitativo mais robusto de demandas na sociedade. Ou seja, que precisassem de uma parcela significativa de mão de obra qualificada.

Por conseguinte, podemos tomar por exemplos desse último caráter os serviços de saúde, educação, cultura (que poderiam ser de origem privada) e os próprios serviços ofertados e garantidos pelo Estado (públicos), reforçando a ideia de que os jovens na faixa de ensino de 1º Grau, ao tomar ciência da variedade de possibilidades no âmbito profissional deveras promissor, seriam estimulados a escolher um curso de acordo com suas afinidades ao adentrar no 2º Grau.

Ao darmos continuidade à análise do Livro 1, tornou-se essencial limitar a quantidade de capítulos que formariam o nosso corpus de pesquisa, finalizando com a escolha de dois capítulos do manual: Capítulo 1: "O Trabalho - atividade produtiva e meio de subsistência do homem" e o Capítulo 3: "O Trabalho - fonte de desenvolvimento e realização pessoal", para que assim, pudéssemos desenvolver da melhor forma o estudo pretendido.

Logo no título do Capítulo 1, denominado "O Trabalho - atividade produtiva e meio de subsistência do homem", percebemos a pretensão da autora em evidenciar a labuta como mecanismo que provê a dignidade do ser humano, que se daria por meio da garantia de seu sustento.

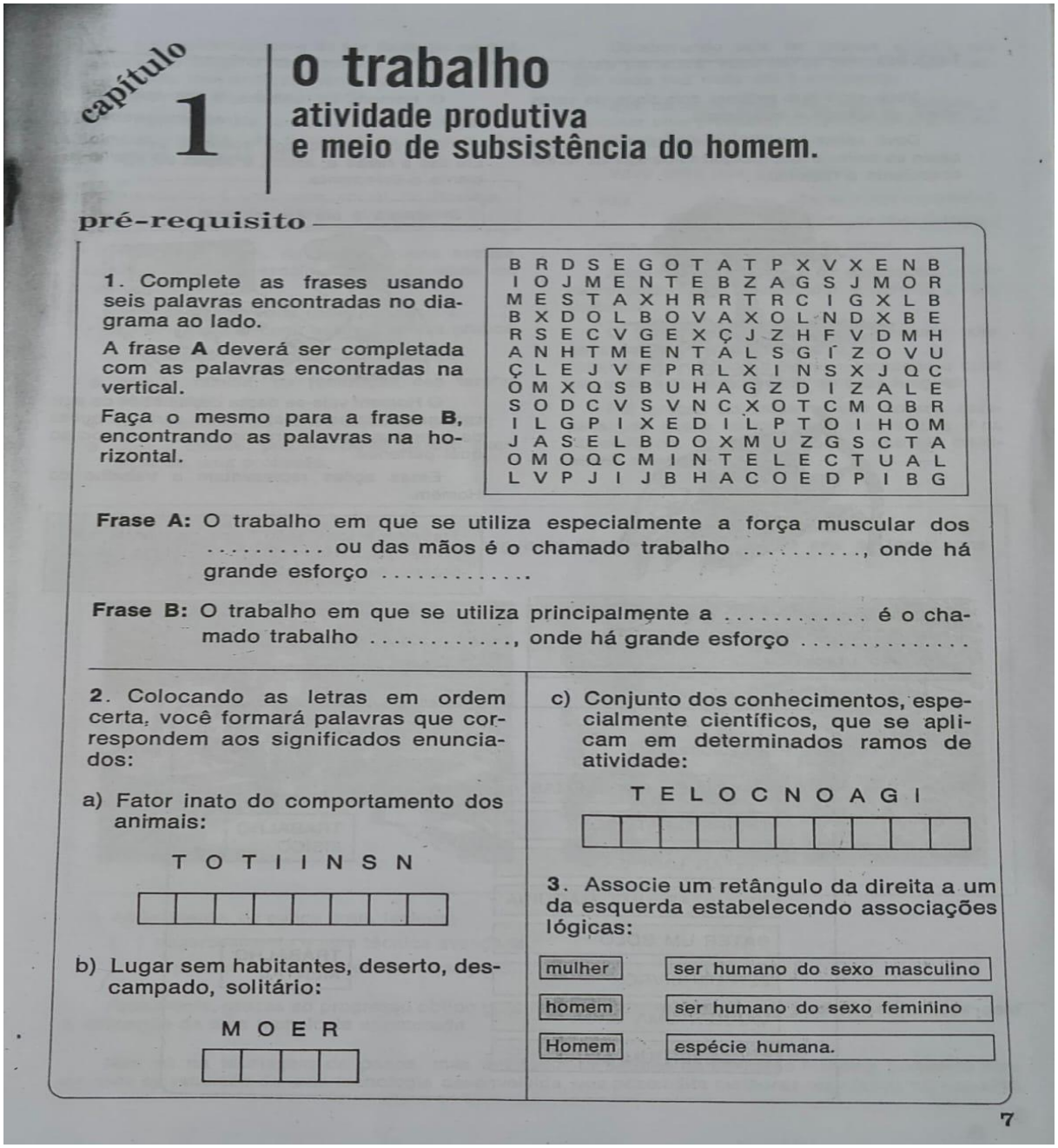
Como o objetivo desta seção é a análise do conteúdo dos dois livros-manuais, recorremos ao estudo baseado na divisão metodológica à qual eles foram submetidos, sendo elencados em cinco aspectos: *Pré-requisito*; Texto; *Atividades de Classe*; *Atividades de Campo* e Atividades de Verificação, a fim de produzir dados mais fidedignos para nossa pesquisa.

Nesse sentido, iniciamos o estudo do Capítulo 1 a partir do *Pré-requisito*, elemento já clarificado em momento anterior oportuno, que aparece modulado ao fazer uso de três exercícios que vinham no formato de ferramentas pedagógicas lúdicas denominadas de "sopa de letrinhas", também conhecida como caça-palavras (Tarefa 1), constituída por 17 colunas e 13 linhas e cujo intento era desenvolver nos alunos a capacidade de raciocínio rápido ao projetar em um quadro palavras-chaves que se encontravam embaralhadas em meio a letras sem

sequência lógica definida, que ao serem encontradas completariam o sentido de duas frases distintas.

As três palavras na posição vertical a serem descobertas seriam utilizadas na Frase A e as outras três no sentido horizontal, na Frase B. Os demais exercícios vinham na forma de completar palavras em tirinhas simples (Tarefa 2) e pela associação de vocábulos a frases (Tarefa 3), como é possível observar na Figura 7:

Figura 7 – *Pré-requisito*: Capítulo 1



capítulo 1

o trabalho

atividade produtiva e meio de subsistência do homem.

pré-requisito

1. Complete as frases usando seis palavras encontradas no diagrama ao lado.

A frase **A** deverá ser completada com as palavras encontradas na vertical.

Faça o mesmo para a frase **B**, encontrando as palavras na horizontal.

B	R	D	S	E	G	O	T	A	T	P	X	V	X	E	N	B
I	O	J	M	E	N	T	E	B	Z	A	G	S	J	M	O	R
M	E	S	T	A	X	H	R	R	T	R	C	I	G	X	L	B
B	X	D	O	L	B	O	V	A	X	O	L	N	D	X	B	E
R	S	E	C	V	G	E	X	Ç	J	Z	H	F	V	D	M	H
A	N	H	T	M	E	N	T	A	L	S	G	I	Z	O	V	U
Ç	L	E	J	V	F	P	R	L	X	I	N	S	X	J	Q	C
O	M	X	Q	S	B	U	H	A	G	Z	D	I	Z	A	L	E
S	O	D	C	V	S	V	N	C	X	O	T	C	M	Q	B	R
I	L	G	P	I	X	E	D	I	L	P	T	O	I	H	O	M
J	A	S	E	L	B	D	O	X	M	U	Z	G	S	C	T	A
O	M	O	Q	C	M	I	N	T	E	L	E	C	T	U	A	L
L	V	P	J	I	J	B	H	A	C	O	E	D	P	I	B	G

Frase A: O trabalho em que se utiliza especialmente a força muscular dos ..... ou das mãos é o chamado trabalho ....., onde há grande esforço .....

Frase B: O trabalho em que se utiliza principalmente a ..... é o chamado trabalho ....., onde há grande esforço .....

2. Colocando as letras em ordem certa, você formará palavras que correspondem aos significados enunciados:

a) Fator inato do comportamento dos animais:

T O T I I N S N

b) Lugar sem habitantes, deserto, descampado, solitário:

M O E R

c) Conjunto dos conhecimentos, especialmente científicos, que se aplicam em determinados ramos de atividade:

T E L O C N O A G I

3. Associe um retângulo da direita a um da esquerda estabelecendo associações lógicas:

mulher	ser humano do sexo masculino
homem	ser humano do sexo feminino
Homem	espécie humana.

7

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

A Figura 7 mostra o primeiro aspecto – o *Pré-requisito*. Este vem alinhado às práticas apresentadas em formatos diversos, como ratificado anteriormente. Nesse sentido, ao discutirmos as três tarefas contidas nesse ponto inicial, verificamos tônicas importantes a serem discutidas.

A tônica inicial faz referência à Tarefa 1, cuja intenção era formar duas frases distintas com as palavras a serem encontradas no caça-palavras. A frase A estava disposta da seguinte forma: *"*O trabalho em que se utiliza especialmente a força muscular dos ..... ou das mãos é o chamado trabalho ....., onde há grande esforço..... ....".

As palavras que completam e fornecem sentido são, respectivamente, *braços* (coluna 1), *braçal* (coluna 9) e *físico* (coluna 13), resultando em*: "O trabalho em que se utiliza especialmente a força muscular dos braços ou das mãos é chamado trabalho braçal, onde há grande esforço físico".*

Na Frase B, temos: *"*O trabalho em que se utiliza principalmente a ..... é o chamado trabalho ....., onde há grande esforço....." , tendo seu teor completado pelas palavras *mente* (linha 2), *intelectual* (linha 12) e *mental* (linha 6), implicando na sequência: *"O trabalho em que se utiliza principalmente a mente é o chamado trabalho intelectual, onde há grande esforço mental".*

Isto posto, podemos inferir que a partir daquilo que se depreende como a essência das frases arroladas dentro da Tarefa 1, que seu propósito era claro: suscitar nos alunos daquela faixa de ensino - 7ª série, conceitos acerca do ecossistema de trabalho, para que estes pudessem compreender as minúcias existentes entre seus tipos e assim, fixar o conteúdo da melhor forma possível.

Na Tarefa 2, a "missão" era completar uma tirinha alinhando as letras que formariam a resposta necessária a uma afirmação, na qual o aluno deveria possuir o mínimo de sapiência sobre a temática abordada, mas diferentemente da primeira, esta tarefa mesclava conhecimentos inerentes à parte comum do currículo, de forma a contemplar cátedras essenciais na formação do estudante, como Ciências, bem como da parte especial, inerente à disciplina Educação para o Trabalho, miscelânea esta que foi utilizada conforme os exemplos a seguir:

a) Fator inato do comportamento dos animais:

TOTIINSN

I	N	S	T	I	N	T	O

b) Conjunto dos conhecimentos, especialmente científicos, que se aplicam em determinados ramos de atividade:

TELOCNOAGI

T	E	C	N	O	L	O	G	I	A

c) Lugar sem habitantes, deserto, descampado, solitário:

MOER

E	R	M	O

Na Tarefa 3, seguia-se o mesmo silogismo da anterior, todavia, o professor, ao solicitar que o aluno fizesse associações de natureza aparentemente mais simples, como as dadas no exemplo apresentado na Figura 7, podemos perceber a sagacidade sutil de abordar a questão do gênero, ratificando a premissa de conservadorismo proeminente do período ao ter como respostas corretas a de que homem seria "um ser humano do sexo masculino" e a mulher "um ser humano do sexo feminino" entretanto, cabe aqui a ressalva de que, como o foco deste trabalho não se estende a discussões voltadas para o assunto em específico, nos detivemos a fazer apenas essa breve observação, para fins informativos.

Ao passo que seguimos com o estudo em questão, passamos para o exame do elemento 2: o Texto, que figura como ponto basilar da metodologia aplicada nos livros-manuais ao combinar uma obra que contemplava aspectos curriculares mistos (parte comum e especial) com atividades de fixação ao longo do seu corpo escrito, com o suporte de ilustrações que alicerçavam o conhecimento sobre os assuntos em relevo, trazendo de volta alguns pontos do *Pré-requisito*, com vistas a fazer com que o jovem pudesse compreender o sentido do trabalho e como ele estava inserido nos aspectos mais ordinários do cotidiano, tanto no que diz respeito ao ambiente escolar como fora dele, uma vez que era estimulado a levar para casa o conhecimento adquirido com as atividades propostas.

A atividade "Texto" é o elemento de ligação com os demais, pois mostra aspectos relevantes do trabalho, tais como: sua definição de acordo com o que versa a disciplina em sala de aula, a importância social, a sua tipologia mais simplificada – físico ou mental, por exemplo, seu valor, a relação do homem como ser social com os diversos grupos dos quais ele faz parte (família, escola, igreja, etc.), componente de aprimoramento pessoal, valores morais que são inerentes para que sejam bons em suas futuras profissões e fatores mais técnicos como a evolução do maquinário e, consequentemente, das condições laborais, como é vistos nas Figuras 8 e 9:

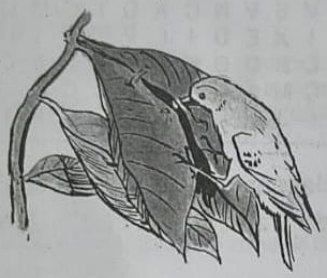
Figura 8 – Texto: Parte I, Capítulo 1

texto

Você sabe que existem dois tipos de seres vivos: as plantas e os animais.

Deve saber também que tanto as plantas como os animais são incapazes de agir de forma consciente e racional.





Os animais, embora possuindo sistema nervoso, agem somente por **instinto.**

Eles são irracionais.

O Homem, no entanto, é um animal diferente. Ele é ..... (racional/irracional).

O Homem não age somente por instinto. Ele usa a **razão** e, assim, é capaz de agir consciente e livremente.

O Homem é um ser racional.



O Homem vale-se dessa capacidade de agir racionalmente para realizar uma série de ações de interesse para si próprio e para o grupo ao qual pertence.

Essas ações representam o **trabalho** do Homem.

Trabalho é toda ação física ou mental realizada pelo Homem em benefício de si próprio ou da coletividade.

O trabalho pode ser de dois tipos:

- físico (braçal);
- mental (intelectual).

Relacione:

- RESOLVER PROBLEMAS
- CARREGAR TIJOLOS
- PINTAR UMA CASA
- PROJETAR UMA MÁQUINA
- BATER UM BOLO
- LER UM LIVRO
- VARRER UMA CASA
- ESCREVER UM LIVRO

TRABALHO FÍSICO

TRABALHO MENTAL

8

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 9 – Texto: Parte II, Capítulo 1

Independentemente de ser físico ou mental, o valor do trabalho não depende apenas de sua categoria, mas principalmente da perfeição e do carinho com que é executado.

Por meio do trabalho, todo Homem dá valiosa contribuição à sociedade em que vive e, assim, torna-se útil.

O trabalho é um dever social do Homem para com a sociedade da qual faz parte.

Você faz parte de vários grupos sociais, como a família, a escola e a cidade como um todo.

Sendo assim, você deve ..... (ignorar/colaborar com) esses diversos grupos.

Você pode colaborar, por exemplo:

- com a família: na realização das tarefas domésticas;
- com a escola: na conservação do prédio;
- com a cidade: preparando-se para o exercício de uma profissão.

Colaborando com os grupos sociais aos quais pertence, você vai se tornando um cidadão cada vez mais útil à sociedade.

Um de seus mais importantes deveres é escolher uma profissão útil e exercê-la com eficiência e honestidade.

Você sabe que o trabalho:

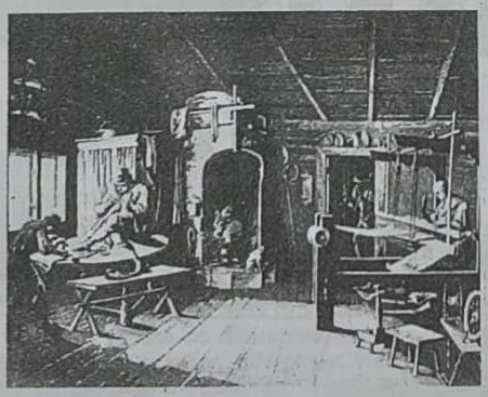
- traz ..... (benefícios/malefícios) e ..... (satisfação/insatisfação) para quem o executa com amor.

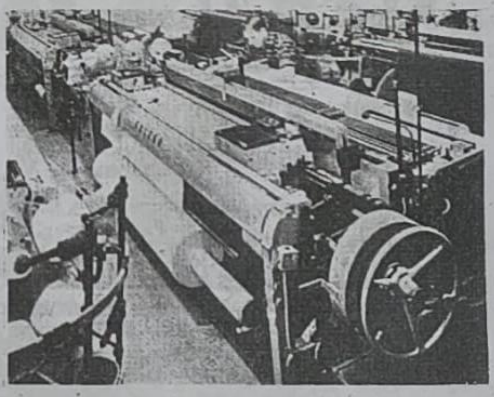
Além dos benefícios e da satisfação, o trabalho enobrece o trabalhador e permite o seu sustento.

O trabalho é, ainda, um importante fator de desenvolvimento pessoal, pois ..... (prejudica/aprimora) o Homem, tornando-o cada vez mais apto ao exercício de suas funções.

Foi graças ao trabalho dos nossos antepassados que a nossa Pátria progrediu e é na dependência do nosso trabalho que ela continuará a progredir.

A título de exemplo, as ilustrações seguintes mostram duas cenas da arte de tecer: uma antiga e uma atual.





Antigamente, os panos eram tecidos:

( ) vagarosamente e sem técnica avançada.

( ) rapidamente e com técnica avançada.

Atualmente, graças ao progresso obtido pelo esforço humano, os panos podem ser tecidos com a utilização de uma tecnologia aprimorada.

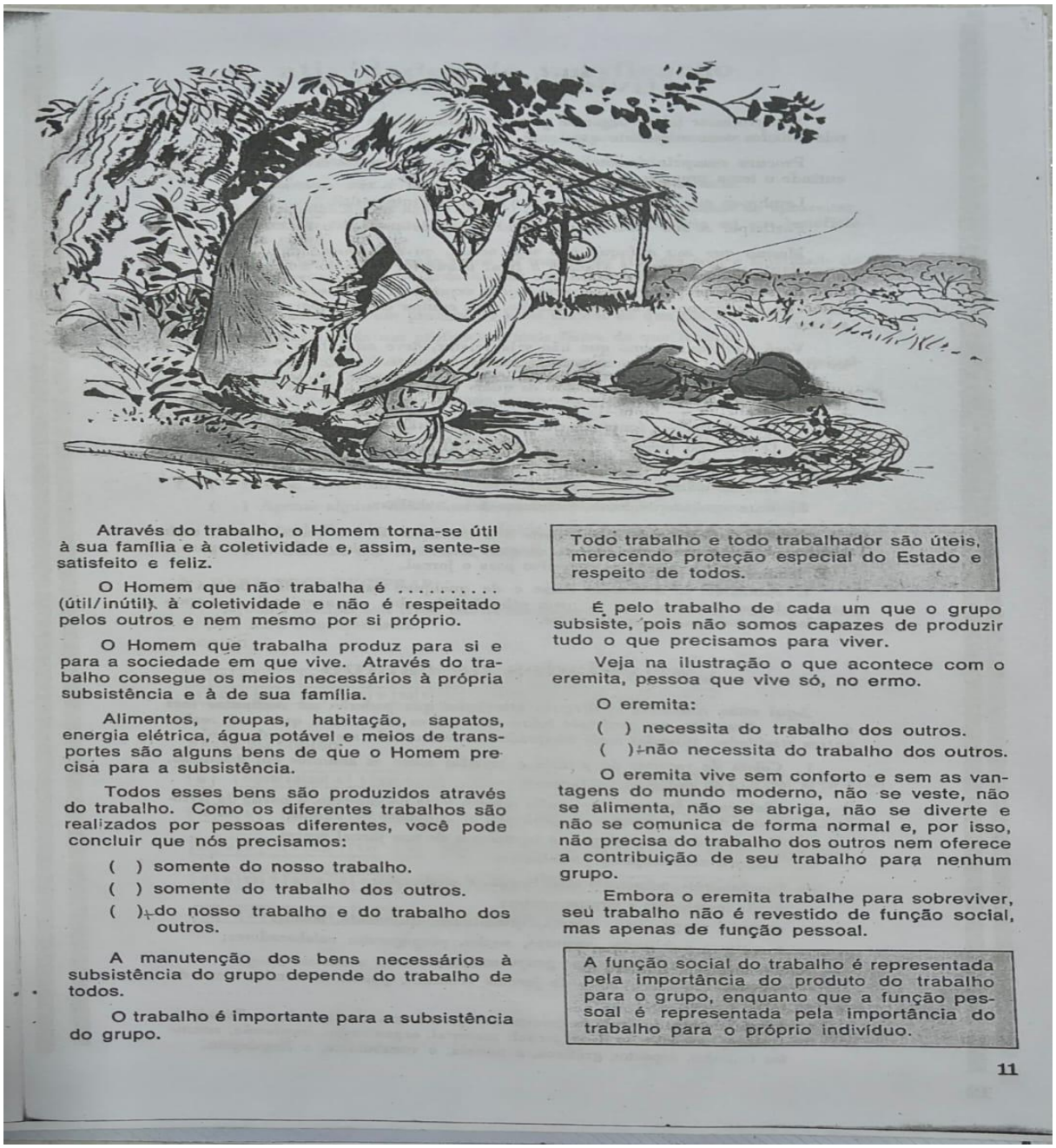
Não só na tecelagem de panos, mas em todos os setores da atividade humana, podemos contar com os recursos de uma tecnologia desenvolvida, que possibilita melhores resultados no trabalho.

9

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

O Texto é o elemento metodológico mais extenso dos livros-manuais, uma vez que serve como a base para o estudo da disciplina Educação para o Trabalho e ratifica a premissa de que o homem que não exerce uma ocupação é desnecessário à sociedade, ratificando o valor do labor para si e para o grupo social ao qual está inserido, sendo por meio da labuta que o ser humano consegue suprir suas necessidades básicas como a aquisição de bens duráveis - roupas e eletrodomésticos, por exemplo e não duráveis – o alimento, em prima, que figuram como itens precípuos à sua sobrevivência e manutenção do ciclo econômico, como é visto na Figura 10:

Figura 10 – Texto: Parte III, Capítulo 1



Através do trabalho, o Homem torna-se útil à sua família e à coletividade e, assim, sente-se satisfeito e feliz.

O Homem que não trabalha é ..... (útil/inútil) à coletividade e não é respeitado pelos outros e nem mesmo por si próprio.

O Homem que trabalha produz para si e para a sociedade em que vive. Através do trabalho consegue os meios necessários à própria subsistência e à de sua família.

Alimentos, roupas, habitação, sapatos, energia elétrica, água potável e meios de transportes são alguns bens de que o Homem precisa para a subsistência.

Todos esses bens são produzidos através do trabalho. Como os diferentes trabalhos são realizados por pessoas diferentes, você pode concluir que nós precisamos:

( ) somente do nosso trabalho.
( ) somente do trabalho dos outros.
( ) do nosso trabalho e do trabalho dos outros.

A manutenção dos bens necessários à subsistência do grupo depende do trabalho de todos.

O trabalho é importante para a subsistência do grupo.

Todo trabalho e todo trabalhador são úteis, merecendo proteção especial do Estado e respeito de todos.

É pelo trabalho de cada um que o grupo subsiste, pois não somos capazes de produzir tudo o que precisamos para viver.

Veja na ilustração o que acontece com o eremita, pessoa que vive só, no ermo.

O eremita:

( ) necessita do trabalho dos outros.
( ) não necessita do trabalho dos outros.

O eremita vive sem conforto e sem as vantagens do mundo moderno, não se veste, não se alimenta, não se abriga, não se diverte e não se comunica de forma normal e, por isso, não precisa do trabalho dos outros nem oferece a contribuição de seu trabalho para nenhum grupo.

Embora o eremita trabalhe para sobreviver, seu trabalho não é revestido de função social, mas apenas de função pessoal.

A função social do trabalho é representada pela importância do produto do trabalho para o grupo, enquanto que a função pessoal é representada pela importância do trabalho para o próprio indivíduo.

11

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

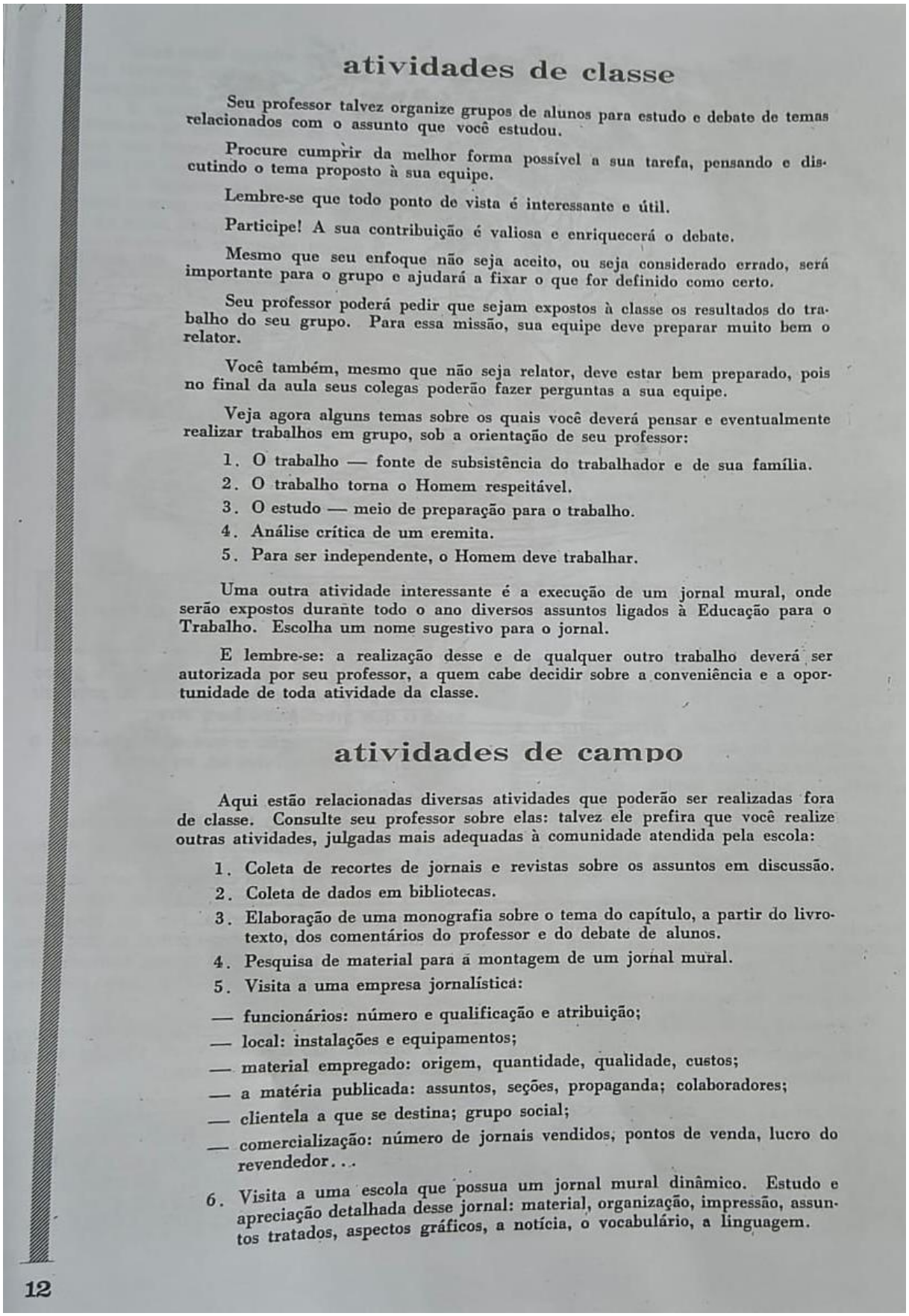
O homem é apresentado na Figura 10 com trajes em farrapos, evocando a imagem de um eremita, uma pessoa renegada pela sociedade, como a própria ilustração assevera, uma vez que o Texto o descreve como um ser humano que vive em condições precárias por não trabalhar e tampouco depender dos insumos advindos do labor alheio e é nesse ponto que se fala na função social do trabalho que segundo Bortoli (s.d., p. 11): "é representada pela importância do produto do trabalho para o grupo", fazendo uma breve distinção com outro conceito por ela estabelecido: a da função pessoal do trabalho, na qual continua: "é a importância do trabalho para o próprio indivíduo". Essas duas concepções unidas proporcionam a construção de um saber voltado para a infusão da consciência de que é por meio do trabalho que os jovens não se tornarão um fardo pesado tanto para si quanto para a coletividade.

Dando continuidade, passamos para a análise do elemento 3 – as *Atividades de Classe*, que são realizadas durante a aula pelos alunos de forma isolada ou em grupo como maneira de consolidar o conteúdo visto durante a aula, podendo ser conjugadas com as Atividades de Verificação, o elemento final da estrutura metodológica dos livros-manuais.

Quando observamos as semelhanças entre as atividades citadas, percebemos que ambas ajudam naquilo que tange à fixação do assunto abordado. Já as *Atividades de Campo*, o penúltimo elemento, nos mostra a relevância de o professor planejar aulas que não se limitem ao espaço útil no qual ele poderia estar acostumado a lecionar, como as dependências escolares (salas, corredores, pátio e afins), se expandindo para além dos muros institucionais, recorrendo à tarefas síncronas simples entre o aluno e sua família, podendo se estender para visitas externas à empresas da região – conhecidas com viagens de campo, estratégia pedagógica que associa teoria à prática, tendo como fito conhecer a realidade de determinada profissão, solidificando a importância da junção dos cinco elementos metodológicos contidos nos livros-manuais de Educação para o Trabalho para que o estudante pudesse vivenciar dentro e fora do ambiente educacional o conhecimento adquirido acerca da completude que compõe os saberes universais e satélites do trabalho.

Em suma, com vistas a finalizar a análise do Capítulo 1 do Livro A, veremos a seguir exemplos retirados deste exemplar acerca dos três últimos elementos – as Atividades acima mencionadas e evidenciadas pelas Figuras 11 e 12:

Figura 11 – Atividades de Classe e Atividades de Campo: Capítulo 1



atividades de classe

Seu professor talvez organize grupos de alunos para estudo e debate de temas relacionados com o assunto que você estudou.

Procure cumprir da melhor forma possível a sua tarefa, pensando e discutindo o tema proposto à sua equipe.

Lembre-se que todo ponto de vista é interessante e útil.

Participe! A sua contribuição é valiosa e enriquecerá o debate.

Mesmo que seu enfoque não seja aceito, ou seja considerado errado, será importante para o grupo e ajudará a fixar o que for definido como certo.

Seu professor poderá pedir que sejam expostos à classe os resultados do trabalho do seu grupo. Para essa missão, sua equipe deve preparar muito bem o relator.

Você também, mesmo que não seja relator, deve estar bem preparado, pois no final da aula seus colegas poderão fazer perguntas a sua equipe.

Veja agora alguns temas sobre os quais você deverá pensar e eventualmente realizar trabalhos em grupo, sob a orientação de seu professor:

1. O trabalho — fonte de subsistência do trabalhador e de sua família.
2. O trabalho torna o Homem respeitável.
3. O estudo — meio de preparação para o trabalho.
4. Análise crítica de um eremita.
5. Para ser independente, o Homem deve trabalhar.

Uma outra atividade interessante é a execução de um jornal mural, onde serão expostos durante todo o ano diversos assuntos ligados à Educação para o Trabalho. Escolha um nome sugestivo para o jornal.

E lembre-se: a realização desse e de qualquer outro trabalho deverá ser autorizada por seu professor, a quem cabe decidir sobre a conveniência e a oportunidade de toda atividade da classe.

atividades de campo

Aqui estão relacionadas diversas atividades que poderão ser realizadas fora de classe. Consulte seu professor sobre elas: talvez ele prefira que você realize outras atividades, julgadas mais adequadas à comunidade atendida pela escola:

1. Coleta de recortes de jornais e revistas sobre os assuntos em discussão.
2. Coleta de dados em bibliotecas.
3. Elaboração de uma monografia sobre o tema do capítulo, a partir do livro-texto, dos comentários do professor e do debate de alunos.
4. Pesquisa de material para a montagem de um jornal mural.
5. Visita a uma empresa jornalística:

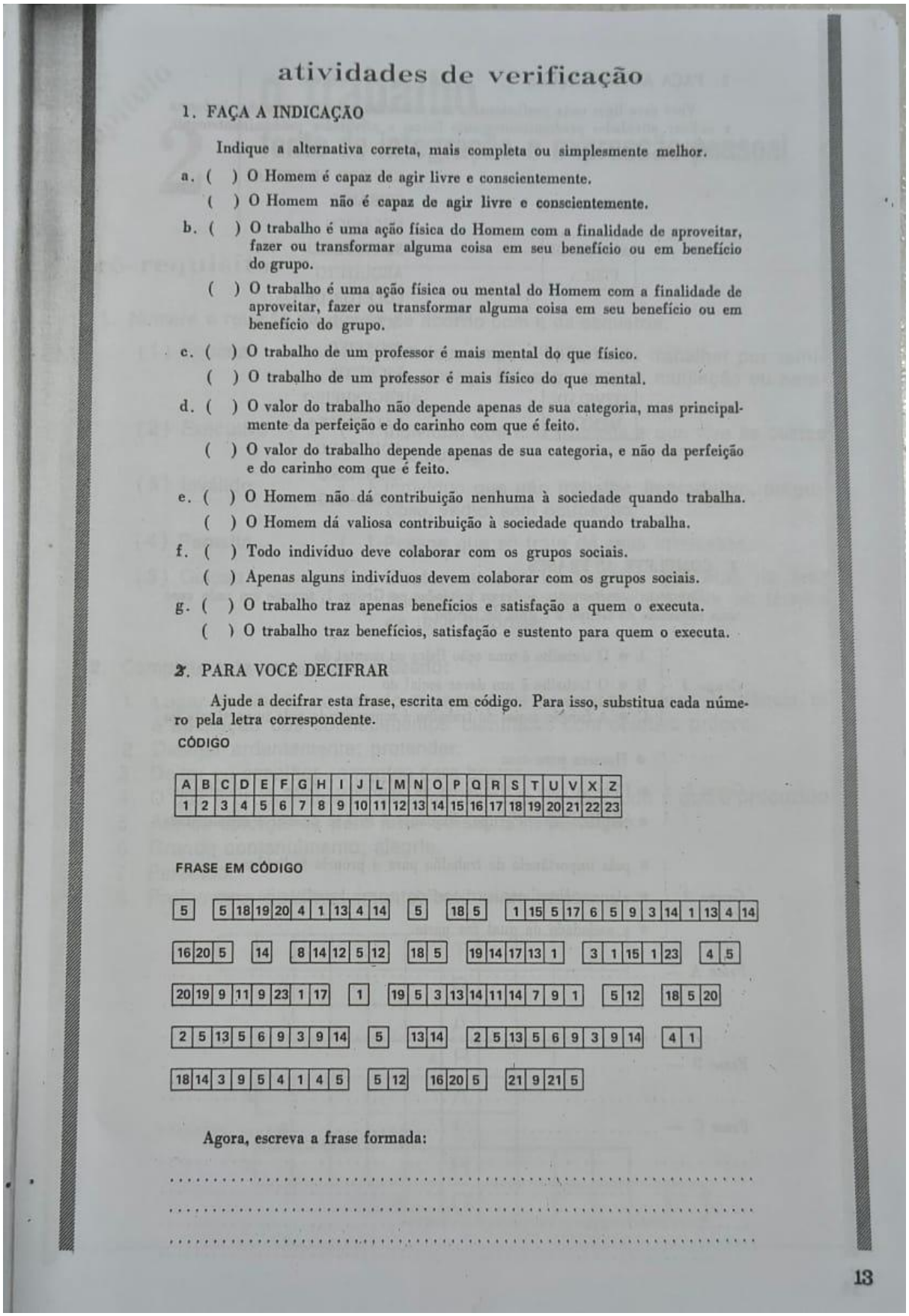
— funcionários: número e qualificação e atribuição;
— local: instalações e equipamentos;
— material empregado: origem, quantidade, qualidade, custos;
— a matéria publicada: assuntos, seções, propaganda; colaboradores;
— clientela a que se destina; grupo social;
— comercialização: número de jornais vendidos, pontos de venda, lucro do revendedor...

6. Visita a uma escola que possua um jornal mural dinâmico. Estudo e apreciação detalhada desse jornal: material, organização, impressão, assuntos tratados, aspectos gráficos, a notícia, o vocabulário, a linguagem.

12

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 12 – Exemplos de Atividades de Verificação



atividades de verificação

1. FAÇA A INDICAÇÃO

Indique a alternativa correta, mais completa ou simplesmente melhor.

a. ( ) O Homem é capaz de agir livre e conscientemente.
( ) O Homem não é capaz de agir livre e conscientemente.

b. ( ) O trabalho é uma ação física do Homem com a finalidade de aproveitar, fazer ou transformar alguma coisa em seu benefício ou em benefício do grupo.
( ) O trabalho é uma ação física ou mental do Homem com a finalidade de aproveitar, fazer ou transformar alguma coisa em seu benefício ou em benefício do grupo.

c. ( ) O trabalho de um professor é mais mental do que físico.
( ) O trabalho de um professor é mais físico do que mental.

d. ( ) O valor do trabalho não depende apenas de sua categoria, mas principalmente da perfeição e do carinho com que é feito.
( ) O valor do trabalho depende apenas de sua categoria, e não da perfeição e do carinho com que é feito.

e. ( ) O Homem não dá contribuição nenhuma à sociedade quando trabalha.
( ) O Homem dá valiosa contribuição à sociedade quando trabalha.

f. ( ) Todo indivíduo deve colaborar com os grupos sociais.
( ) Apenas alguns indivíduos devem colaborar com os grupos sociais.

g. ( ) O trabalho traz apenas benefícios e satisfação a quem o executa.
( ) O trabalho traz benefícios, satisfação e sustento para quem o executa.

2. PARA VOCÊ DECIFRAR

Ajude a decifrar esta frase, escrita em código. Para isso, substitua cada número pela letra correspondente.

CÓDIGO

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	X	Z
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23

FRASE EM CÓDIGO

5 | 5 18 19 20 4 1 13 4 14 | 5 | 18 5 | 1 15 5 17 6 5 9 3 14 1 13 4 14

16 20 5 | 14 | 8 14 12 5 12 | 18 5 | 19 14 17 13 1 | 3 1 15 1 23 | 4 5

20 19 9 11 9 23 1 17 | 1 | 19 5 3 13 14 11 14 7 9 1 | 5 12 | 18 5 20

2 5 13 5 6 9 3 9 14 | 5 | 13 14 | 2 5 13 5 6 9 3 9 14 | 4 1

18 14 3 9 5 4 1 4 5 | 5 12 | 16 20 5 | 21 9 21 5

Agora, escreva a frase formada:

.....

.....

.....

13

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Não obstante a isso, na construção do estudo do Livro A, notamos a necessidade de analisarmos dois capítulos, como já mencionado anteriormente. Assim, daremos prosseguimento ao estudarmos o Capítulo 3: “O Trabalho - fonte de desenvolvimento e realização pessoal”, também levando em consideração os cinco elementos metodológicos discutidos, que por se tratarem dos mesmos em toda extensão dos livros-manuais, optamos por fazer uma comparação entre os aspectos que estão dispostos no corpo do Capítulo 1 com o que está contido na parcela em tela.

Nesse diapasão, a partir da construção de uma análise comparativa no que tange ao teor intrínseco ao Capítulo 3, observamos que esse segmento versa sobre a formação para o trabalho por meio do ideário que nos permite afirmar que é mediante o labor que dar-se-á a origem da progressão do homem, bem como firmar nele a sensação de plenitude que se tem por possuir uma profissão reconhecida e que assim pode proporcionar o alcance de seus objetivos pessoais.

O *Pré-requisito* aqui examinado se utiliza de tarefas mais simples e diretas do que as vistas no Capítulo 1, uma vez que as três tarefas listadas requeriam certo entendimento do assunto apresentado por parte do alunado, pois para tanto, o professor tinha em seu domínio exercícios que pretendiam desenvolver nos jovens mais objetividade, visto que se esperava que nesse ponto, a matéria Educação para o Trabalho já fosse familiar à rotina dos estudantes, como é perceptível na concepção das Tarefas 1, 2 e 3.

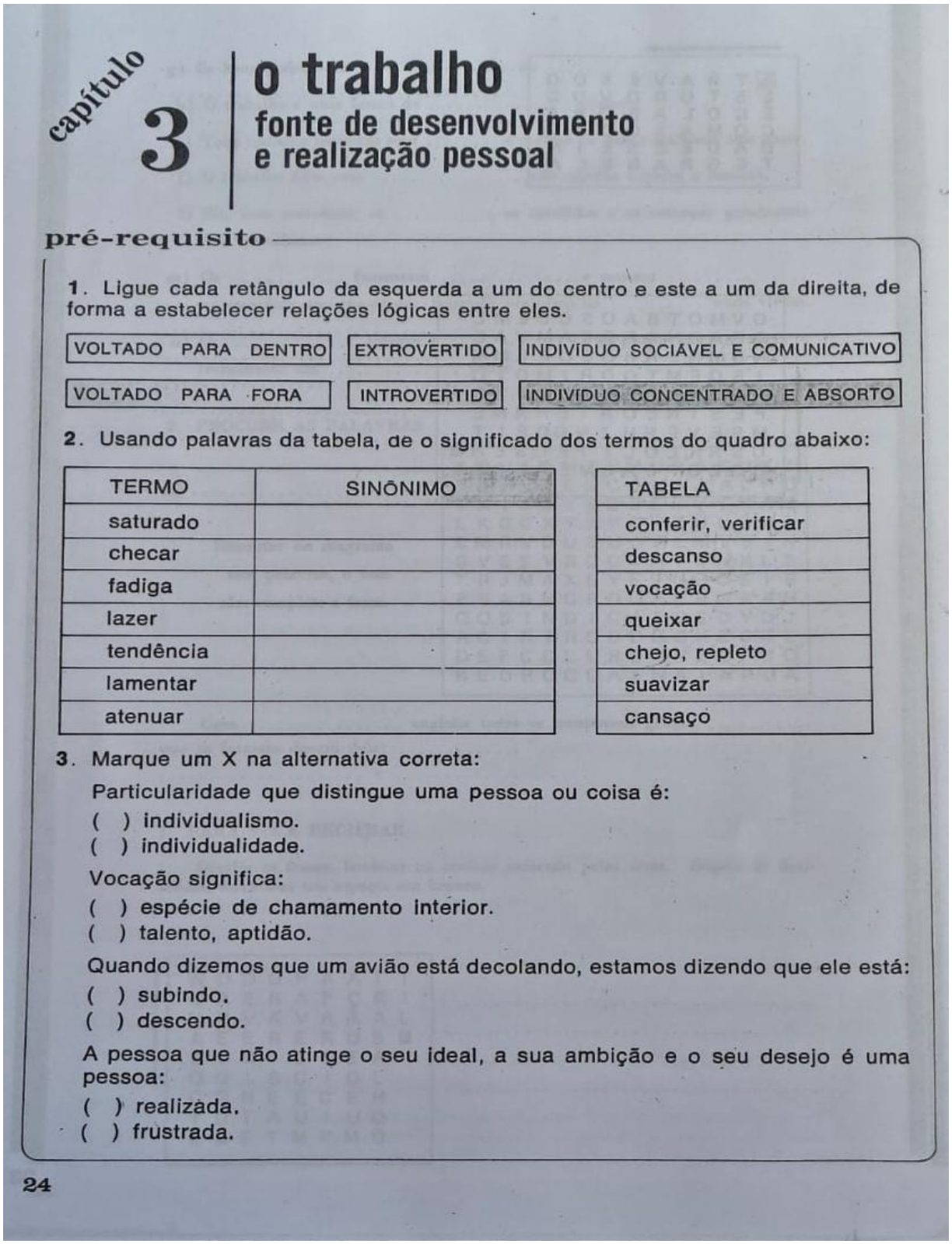
A Tarefa 1 é apresentada por meio de um “ligue-ligue”, que tinha como objetivo unir características intrínsecas a dois tipos de pessoas: a extrovertida e a introvertida. A partir disso, podemos compreender que a autora utilizava ferramentas pedagógicas menos rebuscadas para conseguir expandir nos alunos noções de atributos inerentes à formação da personalidade e comportamento do homem, este retratado como um ser humano dotado de singularidades, trabalhando dentro do contexto da própria disciplina noções de cunho antropológico.

A Tarefa 2 operava de forma a conjugar o ensino de Língua Portuguesa ao de Educação para o Trabalho por meio de vocábulos contidos em duas tabelas, as quais uma incluía palavras ligadas à temática referente ao trabalho e a outra suas respectivas expressões semelhantes, a fim de aumentar o léxico dos alunos em relação à matéria estudada, utilizando da interdisciplinaridade como abordagem que visava transformar informação num conhecimento aprofundado daquilo que se pretendia expressar em forma de conteúdo regular.

Finalizando o *Pré-requisito* e consequente trio de tarefas, nos é explicitada a de número 3. Esta foi concebida como uma instrução na qual era necessário marcar dentre duas alternativas a correta em relação a uma afirmação feita, fazendo uso mais uma vez de conceitos voltados ao

despertar vocacional, bem como trabalho e conceitos comuns ao estudo da Língua Portuguesa. As três tarefas podem ser observadas em sua totalidade na Figura 13:

Figura 13 – Pré-requisito: Capítulo 3



capítulo 3

o trabalho
fonte de desenvolvimento e realização pessoal

pré-requisito

1. Ligue cada retângulo da esquerda a um do centro e este a um da direita, de forma a estabelecer relações lógicas entre eles.

VOLTADO PARA DENTRO	EXTROVERTIDO	INDIVÍDUO SOCIÁVEL E COMUNICATIVO
VOLTADO PARA FORA	INTROVERTIDO	INDIVÍDUO CONCENTRADO E ABSORTO

2. Usando palavras da tabela, de o significado dos termos do quadro abaixo:

TERMO	SINÔNIMO
saturado	
checar	
fadiga	
lazer	
tendência	
lamentar	
atenuar	

TABELA
conferir, verificar
descanso
vocação
queixar
chejo, repleto
suavizar
cansaço

3. Marque um X na alternativa correta:

Particularidade que distingue uma pessoa ou coisa é:
( ) individualismo.
( ) individualidade.

Vocação significa:
( ) espécie de chamamento interior.
( ) talento, aptidão.

Quando dizemos que um avião está decolando, estamos dizendo que ele está:
( ) subindo.
( ) descendo.

A pessoa que não atinge o seu ideal, a sua ambição e o seu desejo é uma pessoa:
( ) realizada.
( ) frustrada.

24

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

O *Texto* referente ao Capítulo 3 detém um quarto do número de páginas totais do escrito (quatro de um montante de dezesseis), corroborando o que versamos sobre este elemento ser o mais extenso e de maior relevância dentre os cinco destacados.

O que nos despertou mais interesse em relação ao conteúdo do escrito estudado foi a maneira pela qual o mesmo trata questões mais profundas como a definição de personalidade, noção esta que acreditamos que foi elaborada de acordo com o conceito que os alunos da 7ª série deveriam entender como sendo o correto, mostrando como a Lei nº 5.692/1971 foi um dos muitos instrumentos de *brainwashing*[7] utilizados pela Ditadura Militar para introduzir, desde tenra idade, sua visão do que seria moralmente aceito.

Destarte, o Texto mostra a relevância do autoconhecimento que o jovem deve começar a desenvolver sobre si próprio, uma vez que ao se voltar para si mesmo, o escrito aduz que o estudante começa a trilhar o caminho da compreensão daquilo que ele deve seguir como jornada rumo à escolha da profissão que será o catalisador do seu futuro bem como da sua família.

Tornou-se evidente que a composição supracitada reafirma em vários pontos de sua parte inicial a importância de os jovens terem momentos de elucubração de modo a estes fazerem parte de suas rotinas para que a partir daí passassem a assimilar a essência das ideias que a disciplina Educação para o Trabalho queria inocular de forma progressiva, tais como:

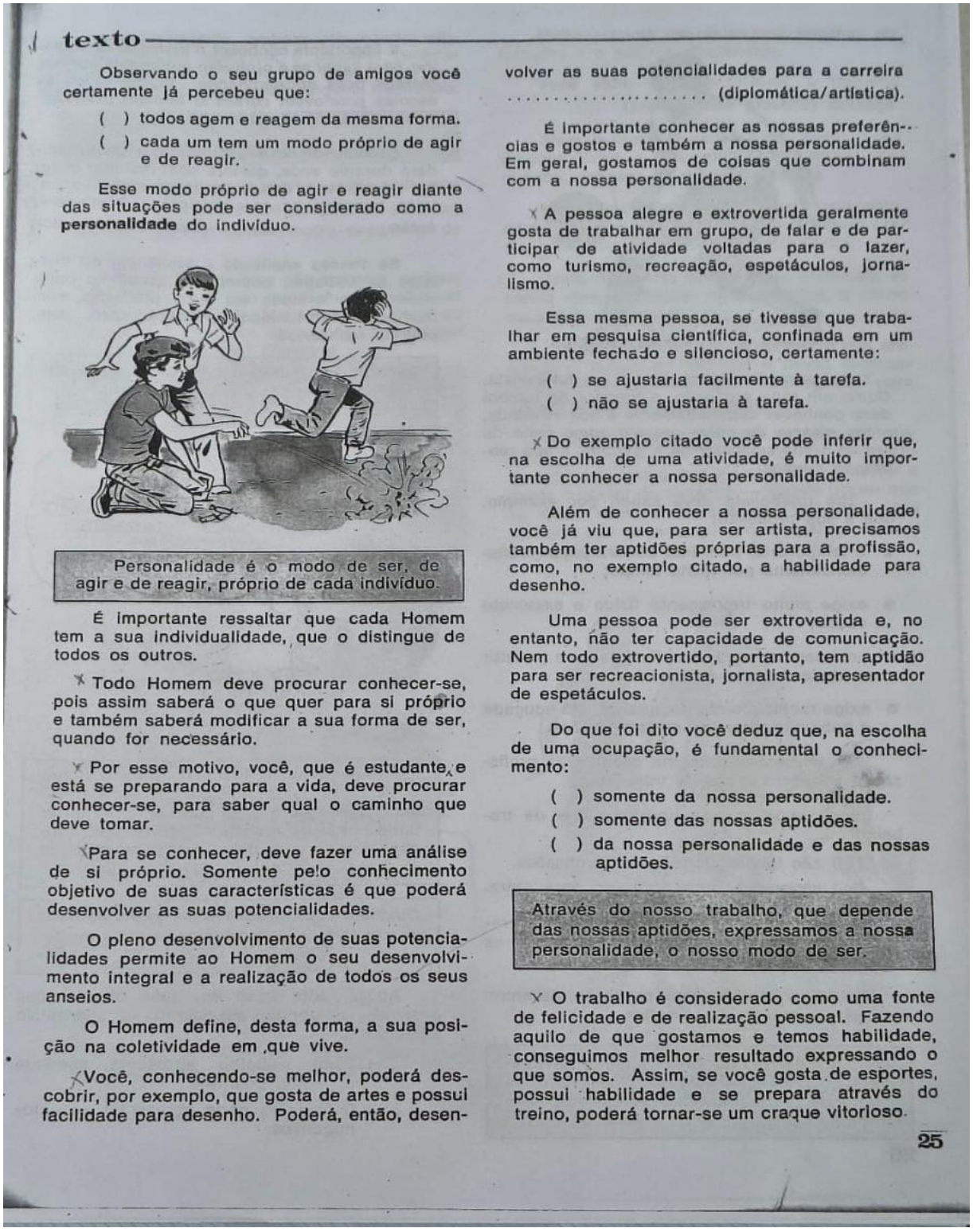
- A partir do trabalho é que se torna possível expressar a personalidade humana;
- O desenvolvimento integral das potencialidades do homem permite que este possa, de fato, evoluir em sua totalidade e, com isso, atingir o ápice no que concerne ao alcance de seus objetivos;
- Personalidade e aptidão funcionam como condições fundamentais para a escolha de uma profissão;
- Aspectos da personalidade como alegria e extroversão são características que, ao se juntarem com a habilidade inerente que o estudante deve possuir, tornam-se um fator determinante para que este desenvolva a inclinação para o trabalho em atividades que exijam, de certa forma, mais aptidão com comunicação: jornalismo, lazer e cultura, por exemplo.
- O despertar de uma possível vocação dar-se-á por meio das preferências que os jovens possuem;

[7] Termo em inglês utilizado para fazer referência ao método coercitivo de modificação de ideias e comportamentos, por meio de mecanismos como manipulação psicológica e que é conhecido de forma popular como “lavagem cerebral”.

- O trabalho é uma das razões para se encontrar a felicidade.

Desta maneira, podemos reiterar as inferências citadas anteriormente de acordo com aquilo que é retratado na Figura 14:

Figura 14 – Texto: Parte I, Capítulo 3



texto

Observando o seu grupo de amigos você certamente já percebeu que:

( ) todos agem e reagem da mesma forma.

( ) cada um tem um modo próprio de agir e de reagir.

Esse modo próprio de agir e reagir diante das situações pode ser considerado como a **personalidade** do indivíduo.

Personalidade é o modo de ser, de agir e de reagir, próprio de cada indivíduo.

É importante ressaltar que cada Homem tem a sua individualidade, que o distingue de todos os outros.

Todo Homem deve procurar conhecer-se, pois assim saberá o que quer para si próprio e também saberá modificar a sua forma de ser, quando for necessário.

Por esse motivo, você, que é estudante e está se preparando para a vida, deve procurar conhecer-se, para saber qual o caminho que deve tomar.

Para se conhecer, deve fazer uma análise de si próprio. Somente pelo conhecimento objetivo de suas características é que poderá desenvolver as suas potencialidades.

O pleno desenvolvimento de suas potencialidades permite ao Homem o seu desenvolvimento integral e a realização de todos os seus anseios.

O Homem define, desta forma, a sua posição na coletividade em que vive.

Você, conhecendo-se melhor, poderá descobrir, por exemplo, que gosta de artes e possui facilidade para desenho. Poderá, então, desenvolver as suas potencialidades para a carreira ..... (diplomática/artística).

É importante conhecer as nossas preferências e gostos e também a nossa personalidade. Em geral, gostamos de coisas que combinam com a nossa personalidade.

A pessoa alegre e extrovertida geralmente gosta de trabalhar em grupo, de falar e de participar de atividade voltadas para o lazer, como turismo, recreação, espetáculos, jornalismo.

Essa mesma pessoa, se tivesse que trabalhar em pesquisa científica, confinada em um ambiente fechado e silencioso, certamente:

( ) se ajustaria facilmente à tarefa.

( ) não se ajustaria à tarefa.

Do exemplo citado você pode inferir que, na escolha de uma atividade, é muito importante conhecer a nossa personalidade.

Além de conhecer a nossa personalidade, você já viu que, para ser artista, precisamos também ter aptidões próprias para a profissão, como, no exemplo citado, a habilidade para desenho.

Uma pessoa pode ser extrovertida e, no entanto, não ter capacidade de comunicação. Nem todo extrovertido, portanto, tem aptidão para ser recreacionista, jornalista, apresentador de espetáculos.

Do que foi dito você deduz que, na escolha de uma ocupação, é fundamental o conhecimento:

( ) somente da nossa personalidade.

( ) somente das nossas aptidões.

( ) da nossa personalidade e das nossas aptidões.

Através do nosso trabalho, que depende das nossas aptidões, expressamos a nossa personalidade, o nosso modo de ser.

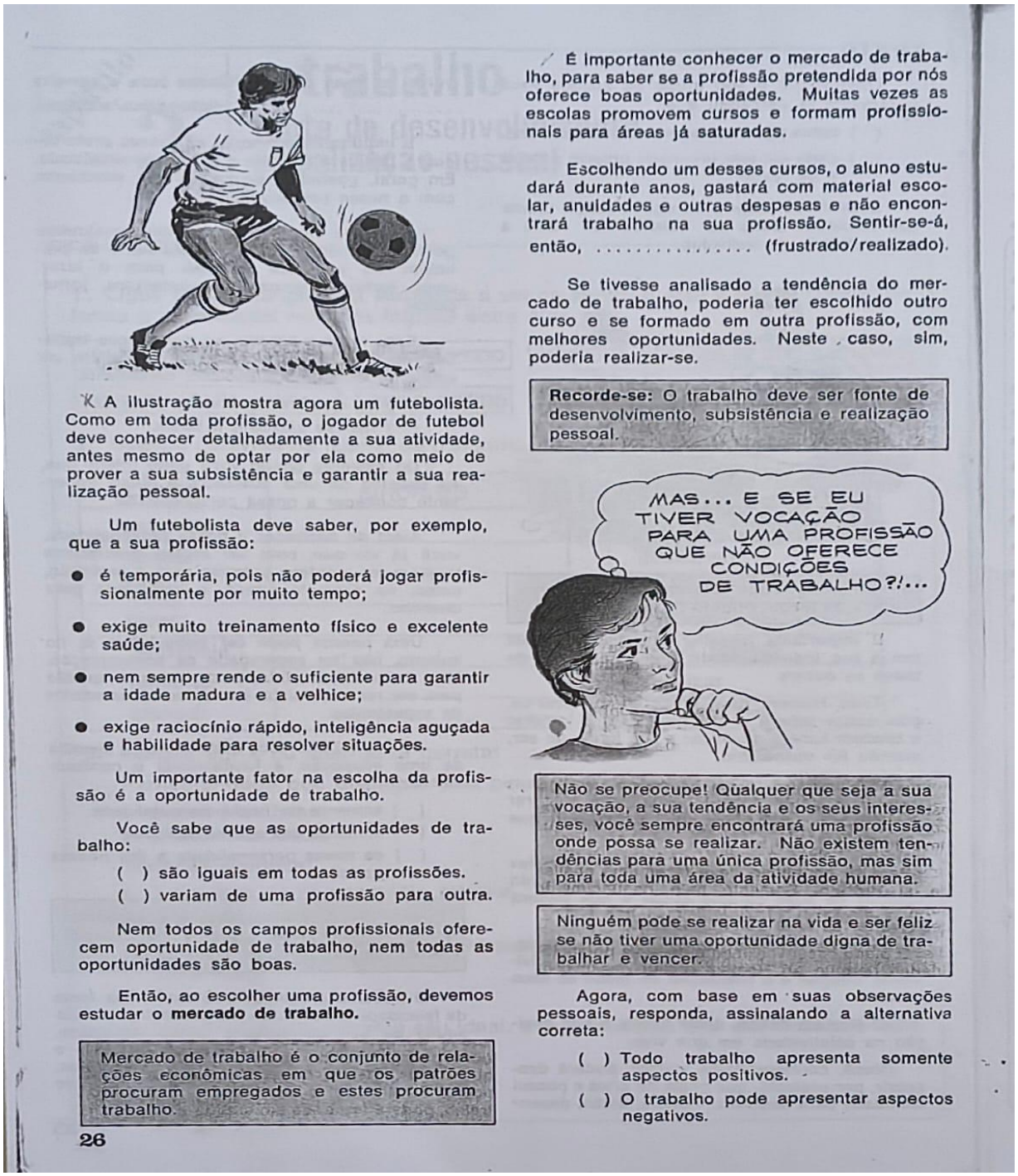
O trabalho é considerado como uma fonte de felicidade e de realização pessoal. Fazendo aquilo de que gostamos e temos habilidade, conseguimos melhor resultado expressando o que somos. Assim, se você gosta de esportes, possui habilidade e se prepara através do treino, poderá tornar-se um craque vitorioso.

25

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Em seu decurso, o escrito também aborda a questão do mercado de trabalho. Por tratar-se de um contexto setentista, o país se via diante do ufanismo do tricampeonato da Seleção Brasileira de Futebol. Este tricampeonato também foi usado no Livro 1 como maneira de atrair jovens ao utilizar a ilustração de um jogador como exemplo de profissão. O texto cita as vantagens e desvantagens da profissão, como é percebido na Figura 15:

Figura 15 – Texto: Parte II, Capítulo 3



A ilustração mostra agora um futebolista. Como em toda profissão, o jogador de futebol deve conhecer detalhadamente a sua atividade, antes mesmo de optar por ela como meio de prover a sua subsistência e garantir a sua realização pessoal.

Um futebolista deve saber, por exemplo, que a sua profissão:

- é temporária, pois não poderá jogar profissionalmente por muito tempo;
- exige muito treinamento físico e excelente saúde;
- nem sempre rende o suficiente para garantir a idade madura e a velhice;
- exige raciocínio rápido, inteligência aguçada e habilidade para resolver situações.

Um importante fator na escolha da profissão é a oportunidade de trabalho.

Você sabe que as oportunidades de trabalho:

( ) são iguais em todas as profissões.
( ) variam de uma profissão para outra.

Nem todos os campos profissionais oferecem oportunidade de trabalho, nem todas as oportunidades são boas.

Então, ao escolher uma profissão, devemos estudar o **mercado de trabalho.**

Mercado de trabalho é o conjunto de relações econômicas em que os patrões procuram empregados e estes procuram trabalho.

É importante conhecer o mercado de trabalho, para saber se a profissão pretendida por nós oferece boas oportunidades. Muitas vezes as escolas promovem cursos e formam profissionais para áreas já saturadas.

Escolhendo um desses cursos, o aluno estudará durante anos, gastará com material escolar, anuidades e outras despesas e não encontrará trabalho na sua profissão. Sentir-se-á, então, ... (frustrado/realizado).

Se tivesse analisado a tendência do mercado de trabalho, poderia ter escolhido outro curso e se formado em outra profissão, com melhores oportunidades. Neste caso, sim, poderia realizar-se.

Recorde-se: O trabalho deve ser fonte de desenvolvimento, subsistência e realização pessoal.

MAS... E SE EU TIVER VOCAÇÃO PARA UMA PROFISSÃO QUE NÃO OFERECE CONDIÇÕES DE TRABALHO?!...

Não se preocupe! Qualquer que seja a sua vocação, a sua tendência e os seus interesses, você sempre encontrará uma profissão onde possa se realizar. Não existem tendências para uma única profissão, mas sim para toda uma área da atividade humana.

Ninguém pode se realizar na vida e ser feliz se não tiver uma oportunidade digna de trabalhar e vencer.

Agora, com base em suas observações pessoais, responda, assinalando a alternativa correta:

( ) Todo trabalho apresenta somente aspectos positivos.
( ) O trabalho pode apresentar aspectos negativos.

26

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Ao retratar o mercado de trabalho tomando como exemplo a transitoriedade da carreira de um atleta do futebol, o *Texto* se refere a uma das características do campo laboral que deveria ser levada em consideração pelos jovens na escolha de uma profissão: a oportunidade, situação na qual além da vocação, também seriam necessários fatores mais abstratos e complexos – instáveis, que não estariam dispostos nos livros-manuais de Educação para o Trabalho, tais como a sorte e a sazonalidade, ilustrativamente, uma vez que existem as "profissões da moda", aquelas que possuem maior visibilidade em períodos pontuais do tempo, dentre outros.

Definindo mercado de trabalho como "conjunto de relações econômicas em que patrões procuram empregados e estes procuram trabalho" (Bortoli, s.d., p. 26), a autora delineia a ideia de que existe uma relação trabalhista horizontalizada, na qual todos são relativamente iguais naquilo que ofertam e recebem, o que não acontece na prática, ao partirmos do pressuposto de que as relações de trabalho e emprego são desiguais posto que é explícito o poder que o empregador possui na relação laboral. Enquanto o patrão (cujo termo mais coerente seria empregador, uma vez que a palavra utilizada no livro possui um cunho que o denota como "aquele que é o dono do dinheiro" ou o "sujeito que manda") angaria mão de obra que irá manter sua empresa funcionando e seus lucros em ascensão, os empregados por sua vez, obtém posto de trabalho no qual recebem proventos que, em tese, supririam suas necessidades básicas e os deixariam mais próximos de alcançarem seus objetivos de ordem pessoal.

Ainda discorrendo sobre o mercado de trabalho, o *Texto* nos informa sobre o fato de o jovem ter a sapiência de se inteirar sobre quais as profissões estão com maior demanda, visto que ao escolher futuramente um curso, ele pode estar optando por uma profissão cujo ecossistema já esteja em saturação, o que pode lhe causar grande frustração, além de aumentar as despesas oriundas à sua formação, quando a autora (*ibidem*) afirma que: " Escolhendo um desses cursos, o aluno estudará durante anos, gastará com material escolar, anuidade e outras despesas e não encontrará trabalho na sua profissão".

Dessa forma, é reforçada a seriedade com a qual deve ser encarada a escolha de um curso que possa garantir um emprego no futuro, dado que este é fonte basilar para a subsistência do homem na sociedade. Nesse sentido, o *Texto* trata de forma semelhante uma questão básica: e se a vocação desperta no estudante de 1º grau não gerar uma função que seja absorvida pelo mercado, o que fazer? Em específico, o professor é instruído pelo livro-manual para responder a essa pergunta de forma a não desestimular o aluno, haja vista que uma vocação pode resultar em um nicho de possibilidades, não se prendendo de forma particular a uma ou outra profissão.

Na formação para o trabalho, o Capítulo 3 ao longo do Texto elencado traz os pontos negativos, mas de forma a atenuá-los em detrimento à magnitude dada ao trabalho, como

percebemos na frase: “O trabalho é feito de muito prazer e um pouco de sofrimento” (*ibidem*), como vislumbramos na Figura 16:

Figura 16 – Texto: Parte III, Capítulo 3



Freqüentemente, embora oferecendo múltiplos aspectos positivos, o trabalho também pode ter aspectos negativos. Pode trazer realização pessoal, mas também alguma frustração.

O trabalho é feito de muito prazer e um pouco de sofrimento.

Um homem que trabalha o dia todo tem ..... (pouco/muito) tempo para passear, viajar ou fazer qualquer outro programa de lazer.

Por outro lado, quem não trabalha, embora tenha tempo, não tem condições econômicas para a sua subsistência e o seu lazer. Torna-se ocioso e cada vez mais incapaz de se organizar para exercer qualquer atividade útil.

O trabalho é uma das importantes coisas da vida. No entanto, todo cidadão deve organizar-se para, sem prejuízo de seu trabalho, planejar o seu lazer.

As leis trabalhistas, considerando a importância do descanso e do lazer para o ajustamento psicossocial do Homem, estabelecem a obrigatoriedade do descanso semanal e das férias anuais.

É isso mesmo! A voz do povo é a voz da verdade: o desocupado, o ocioso, nunca faz coisa alguma e não cumpre os seus compromissos. O Homem trabalhador realiza com empenho as suas tarefas e sempre cumpre os seus compromissos.

Outro aspecto aparentemente negativo do trabalho é o esforço despendido.

Você sabe que, geralmente, o trabalho ..... (provoca/não provoca) cansaço.

Além de provocar cansaço, o trabalho exige preparo físico e a formação de hábitos adequados, capazes de atenuar a fadiga.

Muitas vezes o trabalhador está indisposto, cansado, com problemas, com dores, mas precisa continuar até o final do expediente.

Além das horas de trabalho, o Homem se cansa com o trânsito, as conduções, a chuva ou o sol excessivos.

O avanço da tecnologia moderna tem atenuado a fadiga do trabalho e novas técnicas mais produtivas têm sido empregadas para poupar o esforço do Homem.

O aspecto aparentemente negativo do cansaço produzido pelo trabalho deixa de existir no momento em que o Homem chega ao lar e sente o prazer do cansaço — aquele prazer que só pode sentir a pessoa que trabalhou, que cumpriu seu dever e que pode, assim, oferecer segurança e felicidade à sua família.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

A sutileza com que são demonstradas as desvantagens de se ter um trabalho, como a falta de tempo de qualidade para o lazer, se contrapõe à ênfase que é ofertada aos benefícios

oriundos do trabalho, que logo preenchem todo o teor da Figura 16. Ora, se não ter um período satisfatório para praticar atividades que forneçam ao homem um pouco de felicidade, pior é não ter condições financeiras para aproveitar tais momentos. Esclarece também as garantias legais às quais os trabalhadores têm direito, como férias e descanso semanal remunerado.

Chamamos a atenção para uma ilustração contida na figura referenciada na qual um trabalhador de chapéu em campo aberto com um objeto que aqui livremente interpretamos como sendo uma ferramenta de esforço braçal, provavelmente uma enxada, fazendo a seguinte menção: "É moço! Se você tem pressa de um trabalho, entregue pra quem não tem tempo!...", logo abaixo vem a explicação: "É isso mesmo! A voz do povo é a voz da verdade: o desocupado, o ocioso, nunca faz coisa alguma e não cumpre os seus compromissos. O Homem trabalhador realiza com empenho as suas tarefas e sempre cumpre seus compromissos" (Bortoli, s.d., p. 27).

A partir de tal fato, podemos depreender que estamos diante da semântica intrínseca à obra analisada: a representação do labor por meio de um símbolo facilmente identificável – no caso em tela temos um trabalhador braçal, reiterando a premissa basilar do quanto o trabalho é valorizado por ser o meio que provê o sustento do homem e, consequentemente, da economia, fazendo um jogo com as palavras pressa e tempo, denotando respectivamente uma característica negativa, a qual deve ser evitada pelo empregado e a segunda, positiva e que deve ser exaltada, pois, enquanto a pressa é associada a quem não executa de forma eficiente as tarefas delegadas, o tempo é ligado à quem exerce suas funções de forma exímia. Por fim, aqueles que não trabalham são relegados a adjetivos depreciativos como os especificados na própria imagem.

Não obstante, o *Texto* em sua parte final disserta sobre os processos inerentes à rotina e organização das funções, fornecendo subsídios ao jovem para a compreensão de que um ambiente onde as tarefas são bem distribuídas, o trabalho se torna menos cansativo e, por conseguinte, aumenta os níveis de produção, podendo isto ser um fator de forte influência para um salário proporcionalmente maior.

Na Figura 17, temos representações de profissões diversas, no entanto, inseridas em ambientes nos quais existem organização e padronização no que diz respeito às tarefas executadas e também espaços onde não se acham tais características, revelando que, quando os critérios elaborados de ordem e práticas de trabalho são respeitados, os custos diminuem, os erros no processo produtivo são minimizados e o faturamento aumenta, o que gera a possibilidade de expansão nos negócios, favorecendo a economia local e do país.

Figura 17 – Texto: Parte IV, Capítulo 3

Algumas vezes o trabalho precisa se desenvolver dentro de uma determinada rotina e, por isso, gera alguma monotonia.

Compare, por exemplo, um mesmo trabalho realizado dentro de uma rotina, com ordem e disciplina, e um trabalho realizado sem ordem, onde cada um faz o que quer:

A)



B)



Casos como os das ilustrações são exemplos onde a rotina no trabalho é ..... (importante/desnecessária).

Não fossem a rotina, a ordem e a disciplina, muitos trabalhos não ofereceriam rendimento satisfatório.



Em muitos casos, a rotina representa segurança e tranqüilidade. É o que acontece, por exemplo, na vistoria dos aviões e na inspeção feita pelo técnico antes da decolagem: seguindo uma ordem preestabelecida, tudo será examinado, não havendo riscos de esquecimentos.

A ordem e a disciplina representam fatores de aumento de produção nas indústrias e, assim, concorrem para ..... (melhorar/piorar) a situação do trabalhador.

Aumentando a produção, aumentam os lucros da empresa e, conseqüentemente, os salários dos trabalhadores devem ser ..... (diminuídos/aumentados).

Trabalhar com ordem e disciplina torna-se compensador, pois conseguem-se segurança, satisfação e melhores salários.

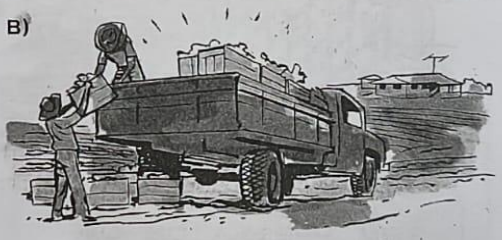
O trabalho disciplinado e eficiente é uma forma de melhorar o nível de vida da sociedade.

Compare agora os dois casos mostrados nas ilustrações abaixo. Em **A** aparece um fazendeiro que produz apenas o necessário para a subsistência de sua família; em **B** vê-se um fazendeiro que produz muito mais do que o necessário à sua subsistência.

A)



B)



O fazendeiro do caso **A** ..... (tem/não tem) o que vender e, assim, ... (pode/não pode) melhorar seu padrão de vida.

O fazendeiro do caso **B** pode vender o excesso de sua produção e, assim, ... (regredir/prosperar): pode adquirir novas propriedades, investir na educação de seus filhos, ter mais conforto.

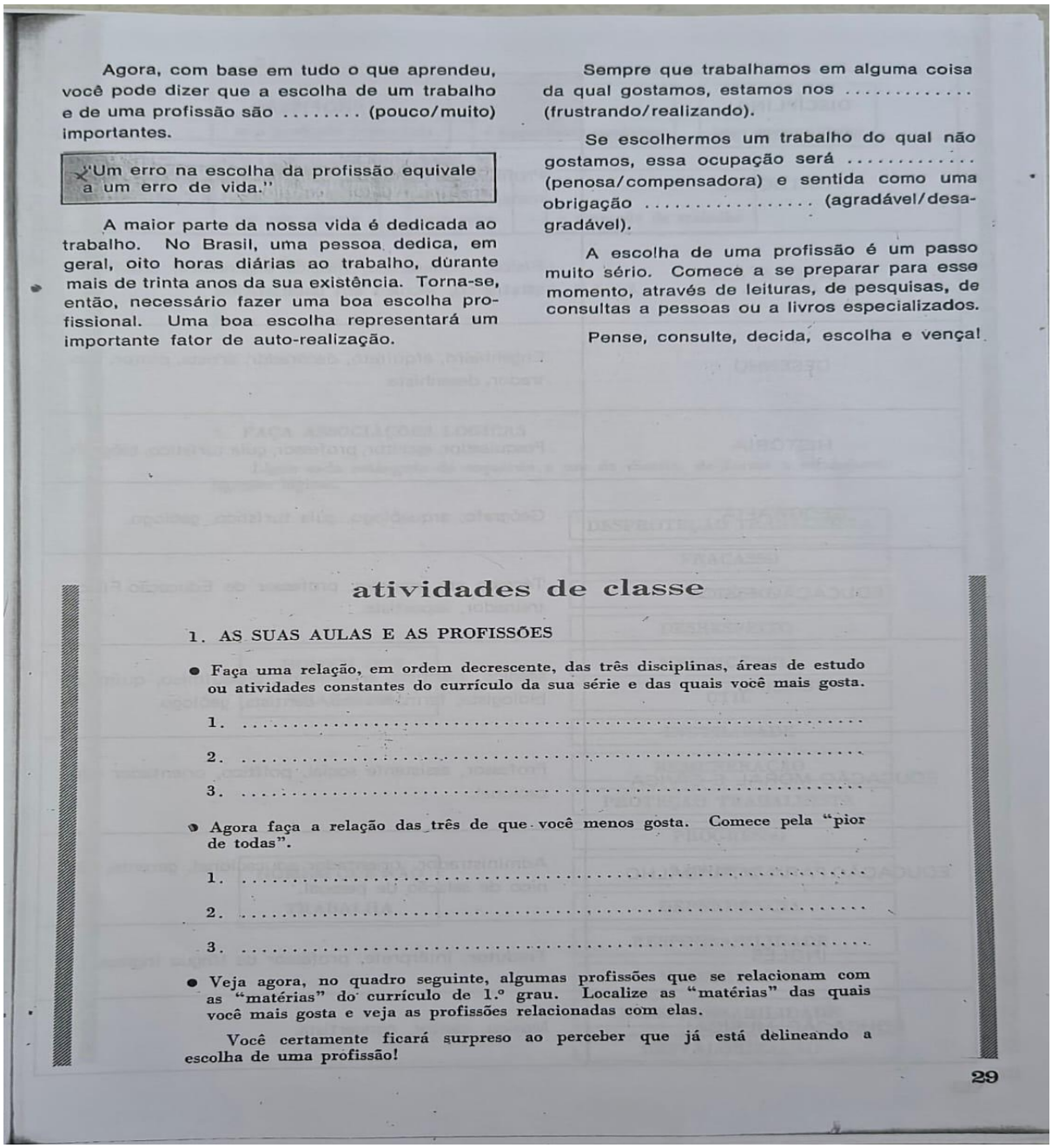
28

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Concluindo o capítulo, temos as *Atividades de Classe* que aqui se mostram como as únicas tarefas, sem referência da autora às demais tipologias: Atividade de Campo e Atividades

de Verificação, deixando a critério do professor a elaboração destas, contemplando o assunto abordado. Tendo em vista as ausências relatadas, notamos que as *Atividades de Classe* propostas são desenvolvidas de forma expandida, com o auxílio de questões que permitem ao docente maneiras diversificadas de estabelecer com seus alunos a consolidação do conhecimento adquirido por meio de listagens (Figura 18) e atividades que relacionam disciplinas afetas à matriz curricular do ensino de 1º Grau com suas respectivas profissões (Figura 19):

Figura 18 – Atividades de Classe I, Capítulo 3



Agora, com base em tudo o que aprendeu, você pode dizer que a escolha de um trabalho e de uma profissão são ..... (pouco/muito) importantes.

"Um erro na escolha da profissão equivale a um erro de vida."

A maior parte da nossa vida é dedicada ao trabalho. No Brasil, uma pessoa dedica, em geral, oito horas diárias ao trabalho, durante mais de trinta anos da sua existência. Torna-se, então, necessário fazer uma boa escolha profissional. Uma boa escolha representará um importante fator de auto-realização.

Sempre que trabalhamos em alguma coisa da qual gostamos, estamos nos ..... (frustrando/realizando).

Se escolhermos um trabalho do qual não gostamos, essa ocupação será ..... (penosa/compensadora) e sentida como uma obrigação ..... (agradável/desagradável).

A escolha de uma profissão é um passo muito sério. Comece a se preparar para esse momento, através de leituras, de pesquisas, de consultas a pessoas ou a livros especializados.

Pense, consulte, decida, escolha e vença!

atividades de classe

1. AS SUAS AULAS E AS PROFISSÕES

- Faça uma relação, em ordem decrescente, das três disciplinas, áreas de estudo ou atividades constantes do currículo da sua série e das quais você mais gosta.

1. .....
2. .....
3. .....

- Agora faça a relação das três de que você menos gosta. Comece pela "pior de todas".

1. .....
2. .....
3. .....

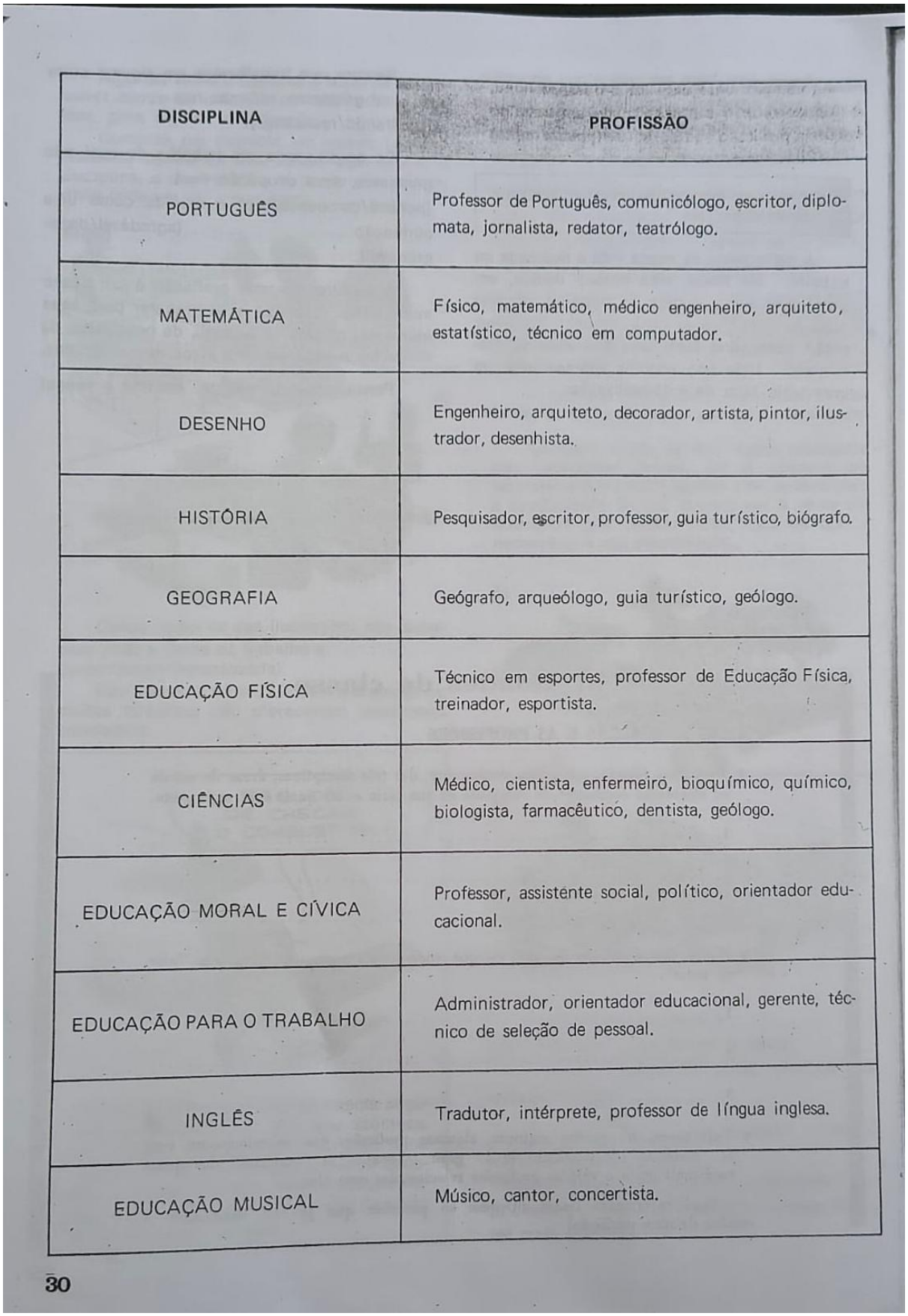
- Veja agora, no quadro seguinte, algumas profissões que se relacionam com as "matérias" do currículo de 1.º grau. Localize as "matérias" das quais você mais gosta e veja as profissões relacionadas com elas.

Você certamente ficará surpreso ao perceber que já está delineando a escolha de uma profissão!

29

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 19 – *Atividades de Classe* II, Capítulo 3



DISCIPLINA	PROFISSÃO
PORTUGUÊS	Professor de Português, comunicólogo, escritor, diplomata, jornalista, redator, teatrólogo.
MATEMÁTICA	Físico, matemático, médico engenheiro, arquiteto, estatístico, técnico em computador.
DESENHO	Engenheiro, arquiteto, decorador, artista, pintor, ilustrador, desenhista.
HISTÓRIA	Pesquisador, escritor, professor, guia turístico, biógrafo.
GEOGRAFIA	Geógrafo, arqueólogo, guia turístico, geólogo.
EDUCAÇÃO FÍSICA	Técnico em esportes, professor de Educação Física, treinador, esportista.
CIÊNCIAS	Médico, cientista, enfermeiro, bioquímico, químico, biologista, farmacêutico, dentista, geólogo.
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	Professor, assistente social, político, orientador educacional.
EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO	Administrador, orientador educacional, gerente, técnico de seleção de pessoal.
INGLÊS	Tradutor, intérprete, professor de língua inglesa.
EDUCAÇÃO MUSICAL	Músico, cantor, concertista.

30

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Torna-se conclusa, a partir da análise realizada no Livro 1 por meio da amostra definida pelos Capítulos 1 e 3, que a ideia balizadora referente à formação para o trabalho na 7ª série estava firmada na disposição de informações que fizessem com que os jovens se inteirassem acerca do mercado laboral, suas rotinas e processos, benefícios e possíveis desvantagens, bem como sobre o valor do trabalho e de que forma o professor poderia instigar o aluno a descobrir tendências que o conduzissem a escolha de uma profissão por meio de um curso profissionalizante no grau de ensino seguinte. Neste ponto, o Livro 1 tem como principal função proporcionar, recorrendo ao seu conteúdo, o despertar vocacional do estudante.

4.2.2 Análise de Conteúdo – Livro 2

Ao introduzir o leitor ao tópico do exame do conteúdo do Livro 2, elaborado para os alunos da 8ª série, nos deparamos com o limiar da pesquisa, pois trataremos do ensino aplicado no último ano do 1º grau, evidenciando o teor da disciplina Educação para o Trabalho no material e atentando-se ao limite imposto pelo nosso objeto de estudo.

É interessante ressaltar que, enquanto no Livro 1º conteúdo se concentrava mais em um preâmbulo das primeiras noções sobre trabalho e no estímulo dos interesses dos jovens, para que eles pudessem entender como isso poderia contribuir para a escolha de um provável ofício, o Livro 2 tinha como premissa a escolha da profissão e seus impactos, que serão detalhados a seguir.

Como mencionado no subitem anterior, os dois livros-manuais possuem os mesmos elementos presentes em sua divisão metodológica (*Pré-requisito; Texto; Atividades de Classe; Atividades de Campo e Atividades de Verificação*), bem como seus fins. Dessa forma, começaremos com o exame dos Objetivo Geral e Objetivos Específicos da obra em tela.

O *Objetivo Geral* do Livro 2 é concentrado em uma imposição: a de que o estudante já consiga demonstrar algum entendimento sobre suas habilidades e como estas o levarão à escolha de sua profissão por meio de um curso profissionalizante, como é possível constatar em sua definição: “O aluno deverá demonstrar o domínio e o desenvolvimento de habilidades e atitudes exigidas no processo de decisão relativo à sua continuidade dos estudos e posterior ingresso no mundo do trabalho” (Bortoli, s.d., p. 6).

Isto posto, os *Objetivos Específicos* estão divididos em cinco pontos que elencam os requisitos essenciais para que o aluno possa, ao fim da 8ª série, estar minimamente preparado para a seleção do curso ao adentrar no 2º grau e com isso obter sucesso na profissão escolhida:

> O aluno será capaz de:
>
> 1. Reconhecer que a participação do indivíduo no mundo do trabalho se dá através do exercício de uma profissão ou ocupação definida pelas características das suas atividades.
> 2. Identificar as ocupações existentes na região.
> 2.1 Ligadas a recursos naturais.
> 2.2 Ligadas à transformação de matérias-primas.
> 2.3 Ligadas à comercialização e prestação de serviços.
> 3. Inferir que o exercício de uma ocupação apresenta exigências quanto às características de personalidade e de preparação específica.
> 3.1 Reconhecer a necessidade da análise das características das ocupações, no processo de escolha profissional.
> 3.2 Reconhecer a necessidade de exploração das características individuais, no processo de escolha profissional.
> 4. Relacionar as oportunidades ocupacionais existentes na região e no Estado.
> 4.1 Discriminar os fatores que provocam alterações no mercado de trabalho.
> 4.2 Analisar as perspectivas do mercado de trabalho.
> 5. Relacionar as oportunidades educacionais de preparação para o trabalho existente na região e no Estado (Bortoli, s.d., p. 6).

Na subdivisão acima descrita, notamos que os pontos elencados são voltados para o alcance de metas necessárias para que os estudantes maturassem em suas mentes qual curso seria a escolha feita, uma vez que estariam a poucos passos do ensino de 2º Grau, no qual já deveriam cursar a formação profissionalizante desejada de acordo com todo o arcabouço de conhecimento ofertado durante os dois últimos anos do 1º Grau.

No grupo 1, mais sucinto ao compararmos com o da 7ª série, observamos que trata da relevância do reconhecimento de que é por meio da inserção do jovem com um trabalho reconhecido que ele é incorporado ao universo laboral.

No grupo 2, o foco é a identificação que o jovem deve fazer acerca das profissões presentes em sua região, corroborando a importância de conhecer o mercado e, com isso, saber as tendências deste mesmo mercado. Aproveitá-las de acordo com aquilo que é oferecido em forma de ocupações que utilizem recursos naturais e outras formas de trabalho setoriais.

No grupo 3 observamos a característica mais importante naquilo que tange ao "despertar de vocações", aqui concebido com mais objetividade, dada à necessidade latente da decisão pelo jovem: a de compreender que o estudante deve escolher um curso de acordo com os atributos inerentes à sua formação como pessoa, bem como a capacidade técnica de exercer dado ofício, tomando como exemplo simples: um aluno que tem facilidade em disciplinas como matemática, pode ser um profissional em áreas que exijam tal tipo de proficiência, mas também é imprescindível levar em consideração fatores como aptidão, pois nem sempre que um determinado "dom" é reconhecido em um jovem, isso significa que este estará capacitado a

exercê-lo numa profissão. Torna-se impreterível que a vocação esteja alinhada ao *savoir-faire*, ou perícia de fazer o que determinado trabalho impõe.

Nos grupos 4 e 5 existem relações entre a análise que o jovem deve fazer com vistas a entender como funcionam as oportunidades do mercado de trabalho local com o regional e do regional com o global. O objetivo é o alcance de conhecimento sobre fatores que incidem diretamente nas oscilações inerentes ao fluxo de algumas profissões, como a sazonalidade e a saturação de determinadas funções e setores. Com isso, deve-se fornecer mais suporte naquilo que tange à escolha do curso e, posteriormente, ajudá-lo com maiores chances de empregabilidade.

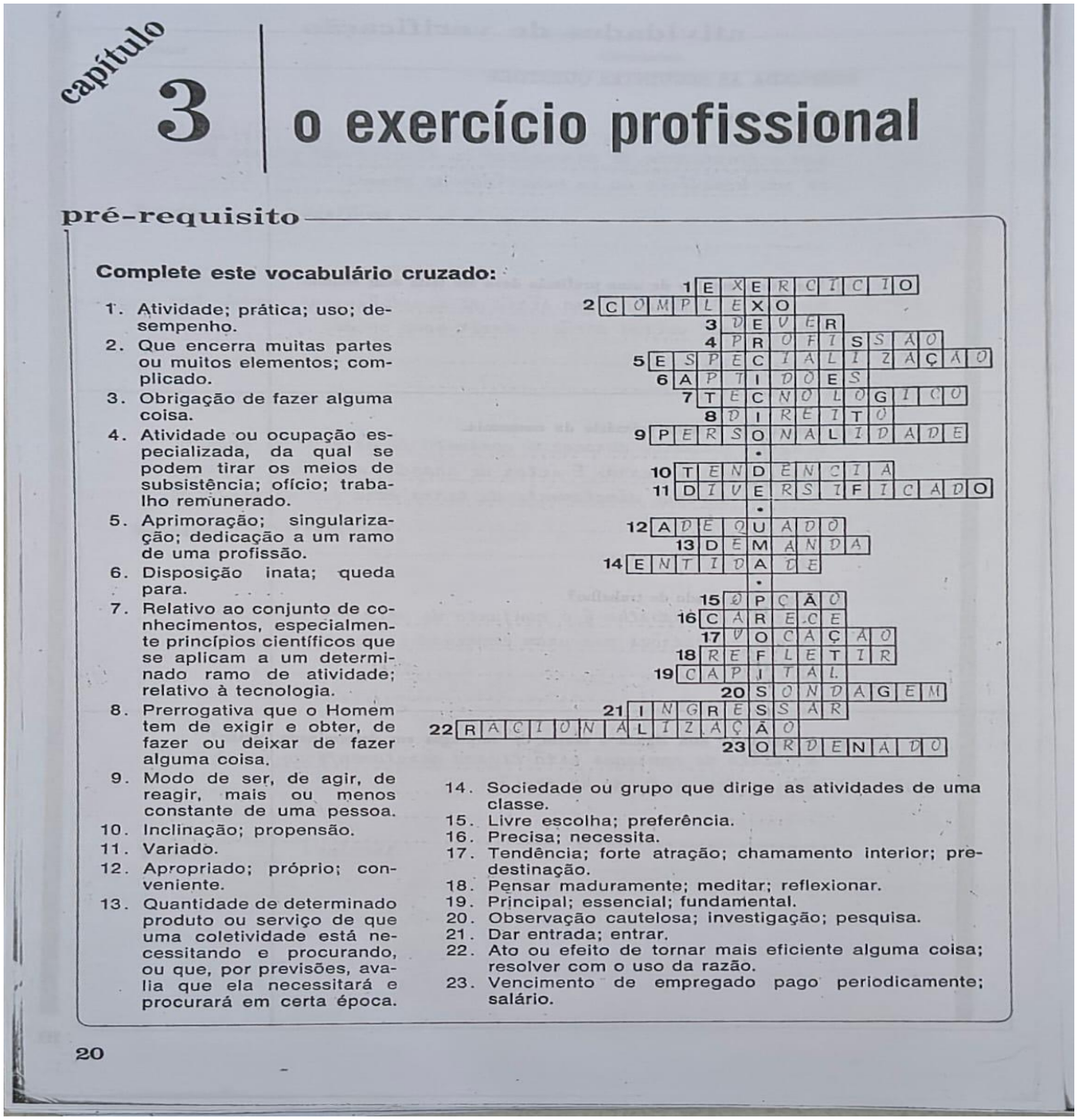
Dando prosseguimento, daremos continuidade à análise do objeto limitando-o a dois capítulos do Livro 2, sendo estes: Capítulo 3: "O exercício profissional" e o Capítulo 6: "Fatores determinantes da escolha profissional (aptidão e preparação específica)", com o intuito de mantermos a padronização do exame no que concerne ao conteúdo dos livros-manuais, ratificando a ideia proposta de desenvolver da melhor maneira o estudo em tela.

Certa feita, partimos para o exame do *Pré-requisito* do Capítulo 3, que trata sobre o exercício profissional, que também intitula a parte em estudo. O elemento citado é composto por um jogo de palavras cruzadas que tinha como eixo central a locução "exercício de uma profissão" e cujos vocábulos que preenchiam as lacunas faziam referência a aspectos relacionados à prática da atividade laboral, sendo um total de 23 itens que, ao completarem todos os quadros, apresentariam ao aluno um panorama dos elementos que faziam parte do ecossistema relativo ao desempenho fático de uma profissão, como podemos perceber nos itens retirados da tarefa contida no elemento disposto:

> 6. Obrigação de fazer alguma coisa.
> 4. Atividade ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistência; ofício; trabalho remunerado.
> [...]
> 6. Disposição inata; queda para.
> 7. Relativo ao conjunto de conhecimentos específicos científicos que se aplica a um determinado ramo de atividade; relativo à tecnologia.
> 8. Prerrogativa que o homem tem de exigir e obter, de fazer ou deixar de fazer alguma coisa.
> [...]
> 13. Quantidade de determinado produto ou serviço de que uma coletividade está necessitando e procurando, ou que, por previsões, avalia que ela necessitará e procurará em certa época.
> 17. Tendência; forte atração; chamamento interior; predestinação.
> (Bortoli, s.d., p. 20).

Para tornar o entendimento acerca da tarefa acima contida no *Pré-requisito*, trazemos a Figura 20, que carrega consigo a particularidade de ter sido preenchida, provavelmente por um(a) professor(a), que de igual forma encontramos no decorrer do conteúdo deste livro manual:

Figura 20 - *Pré-requisito*: Capítulo 3, Livro 2



capítulo 3 | o exercício profissional

pré-requisito

Complete este vocabulário cruzado:

1. Atividade; prática; uso; desempenho.
2. Que encerra muitas partes ou muitos elementos; complicado.
3. Obrigação de fazer alguma coisa.
4. Atividade ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistência; ofício; trabalho remunerado.
5. Aprimoração; singularização; dedicação a um ramo de uma profissão.
6. Disposição inata; queda para.
7. Relativo ao conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos que se aplicam a um determinado ramo de atividade; relativo à tecnologia.
8. Prerrogativa que o Homem tem de exigir e obter, de fazer ou deixar de fazer alguma coisa.
9. Modo de ser, de agir, de reagir, mais ou menos constante de uma pessoa.
10. Inclinação; propensão.
11. Variado.
12. Apropriado; próprio; conveniente.
13. Quantidade de determinado produto ou serviço de que uma coletividade está necessitando e procurando, ou que, por previsões, avalia que ela necessitará e procurará em certa época.
14. Sociedade ou grupo que dirige as atividades de uma classe.
15. Livre escolha; preferência.
16. Precisa; necessita.
17. Tendência; forte atração; chamamento interior; predestinação.
18. Pensar maduramente; meditar; reflexionar.
19. Principal; essencial; fundamental.
20. Observação cautelosa; investigação; pesquisa.
21. Dar entrada; entrar.
22. Ato ou efeito de tornar mais eficiente alguma coisa; resolver com o uso da razão.
23. Vencimento de empregado pago periodicamente; salário.

1 EXERCÍCIO
2 COMPLEXO
3 DEVER
4 PROFISSÃO
5 ESPECIALIZAÇÃO
6 APTIDÃO
7 TECNOLÓGICO
8 DIREITO
9 PERSONALIDADE
10 TENDÊNCIA
11 DIVERSIFICADO
12 ADEQUADO
13 DEMANDA
14 ENTIDADE
15 OPÇÃO
16 CARECE
17 VOCAÇÃO
18 REFLETIR
19 CAPITAL
20 SONDAGEM
21 INGRESSAR
22 RACIONALIZAÇÃO
23 ORDENADO

20

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Tornou-se possível, por meio da percepção que tivemos a partir da correspondência das palavras inseridas na cruzada, que existia a tendência de “acelerar” a compreensão dos jovens acerca do que era intrínseco à prática de um ofício, incentivando-os por meio de atividades

como a supracitada, a absorver a culminância do conhecimento repassado sobre o assunto. Em contexto mais amplo, reafirmamos a condição da disciplina Educação para o Trabalho na 8ª série como fomento de estímulo para o estudante no que diz respeito à escolha de sua futura profissão.

Dessa forma, ao prosseguirmos com a análise do *Texto,* segundo elemento de sua segmentação metodológica, o mesmo se mostra como um guia sistematizado do que o jovem precisa ter para escolher a melhor ocupação para ele por meio de um curso profissionalizante no grau de ensino posterior, tais como: "aptidão necessária, características de personalidade adequadas, cursos que formam o profissional e tendências do mercado de trabalho" (Bortoli, s.d., p. 21). É a partir de tal lógica que dar-se-á o tônus da composição.

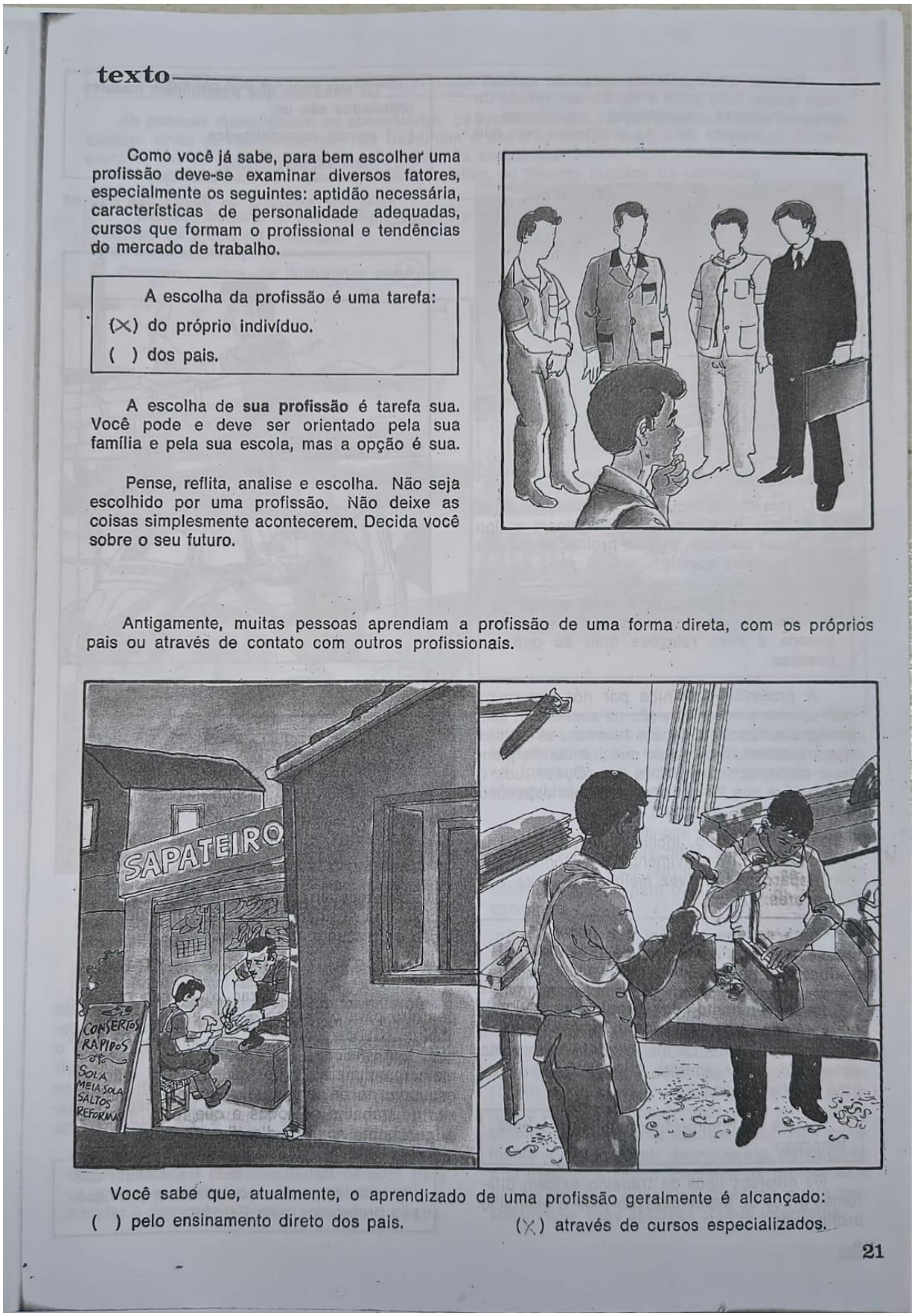
Faz-se mister a reflexão que o *Texto* traz em seu início: os pais e a escola devem orientar mas não podem escolher a profissão que o estudante seguirá, deixando explícita a mensagem de que a predileção do jovem por determinada atividade laboral em detrimento de outra que possa, por exemplo, ser a de preferência dos pais, é o que realmente importa, como se vê num retângulo expositivo no qual se tem a seguinte assertiva, (*ibidem*):

> A escolha da profissão é uma tarefa:
> ( ) do próprio indivíduo.
> ( ) dos pais.

A ênfase dada pelo *Texto* à responsabilidade integral acerca da escolha feita pelo jovem por este ser o detentor uno daquela que será a sua futura profissão mostra, de certa forma, o quão importante era ser cercado por conhecimento sobre os aspectos basilares acima mencionados para que a escolha fosse o passo inicial para adentrar no mercado de trabalho encadeado por mais oportunidades de trabalho e, consequentemente, ascensão na carreira e em seu grupo social, uma vez que são nos grupos aos quais o homem mantém estreitas relações (família, escola, igreja etc.) que o trabalho é visto como um catalisador de realidades.

O *Texto,* da mesma forma, aduz à ideia de que a sociedade evolui e, com isso, costumes relacionados ao trabalho, antes tidos como a única forma de se obter uma profissão, são aqui tratados como defasados, dando relevo à profissionalização lograda por meio do ensino no 2º Grau, como veremos na Figura 21:

Figura 21 – Texto: Parte I, Capítulo 3, Livro 2



texto

Como você já sabe, para bem escolher uma profissão deve-se examinar diversos fatores, especialmente os seguintes: aptidão necessária, características de personalidade adequadas, cursos que formam o profissional e tendências do mercado de trabalho.

A escolha da profissão é uma tarefa:
(X) do próprio indivíduo.
( ) dos pais.

A escolha de **sua profissão** é tarefa sua. Você pode e deve ser orientado pela sua família e pela sua escola, mas a opção é sua.

Pense, reflita, analise e escolha. Não seja escolhido por uma profissão. Não deixe as coisas simplesmente acontecerem. Decida você sobre o seu futuro.

Antigamente, muitas pessoas aprendiam a profissão de uma forma direta, com os próprios pais ou através de contato com outros profissionais.

Você sabe que, atualmente, o aprendizado de uma profissão geralmente é alcançado:
( ) pelo ensinamento direto dos pais.
(X) através de cursos especializados.

21

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

O aprendizado direto – aquele que é repassado de forma geracional, tal qual aquele que o pai carpinteiro ensina ao filho seu ofício, segundo o que versa o Texto, ocupa uma parcela ainda que pequena do mercado de trabalho, mostrando-se de pouca relevância. Todavia, o escrito delineia o destaque para as profissões resultantes de cursos especializados, reafirmando tal axioma ao passo que impõe de forma implícita a afirmação de que "o tipo de trabalho que escolhemos é um dos principais fatores que determinam o tipo de vida que levamos, pois as profissões influem no nosso status social" (Bortoli, s.d., p. 22), que vem a ratificar a ideia de que é por meio de trabalho que escolhemos como a nossa vida será moldada: boas escolhas refletem um futuro socialmente promissor; escolhas mal planejadas, sem organização e conhecimento, resultam num horizonte com perspectivas limitadas.

À esta parte do *Texto*, de forma mais específica, podemos constatar que é proporcionada maior atenção à situação social do indivíduo que escolhe por uma profissão reconhecida por um curso habilitado, ressaltando o contexto socioeconômico em que o país estava inserido, isto é, um mercado laboral em ascensão. Dessa forma, elencamos as principais concepções que depreendemos desta segmentação, para que assim o entendimento acerca do tema seja vislumbrado com maior clareza:

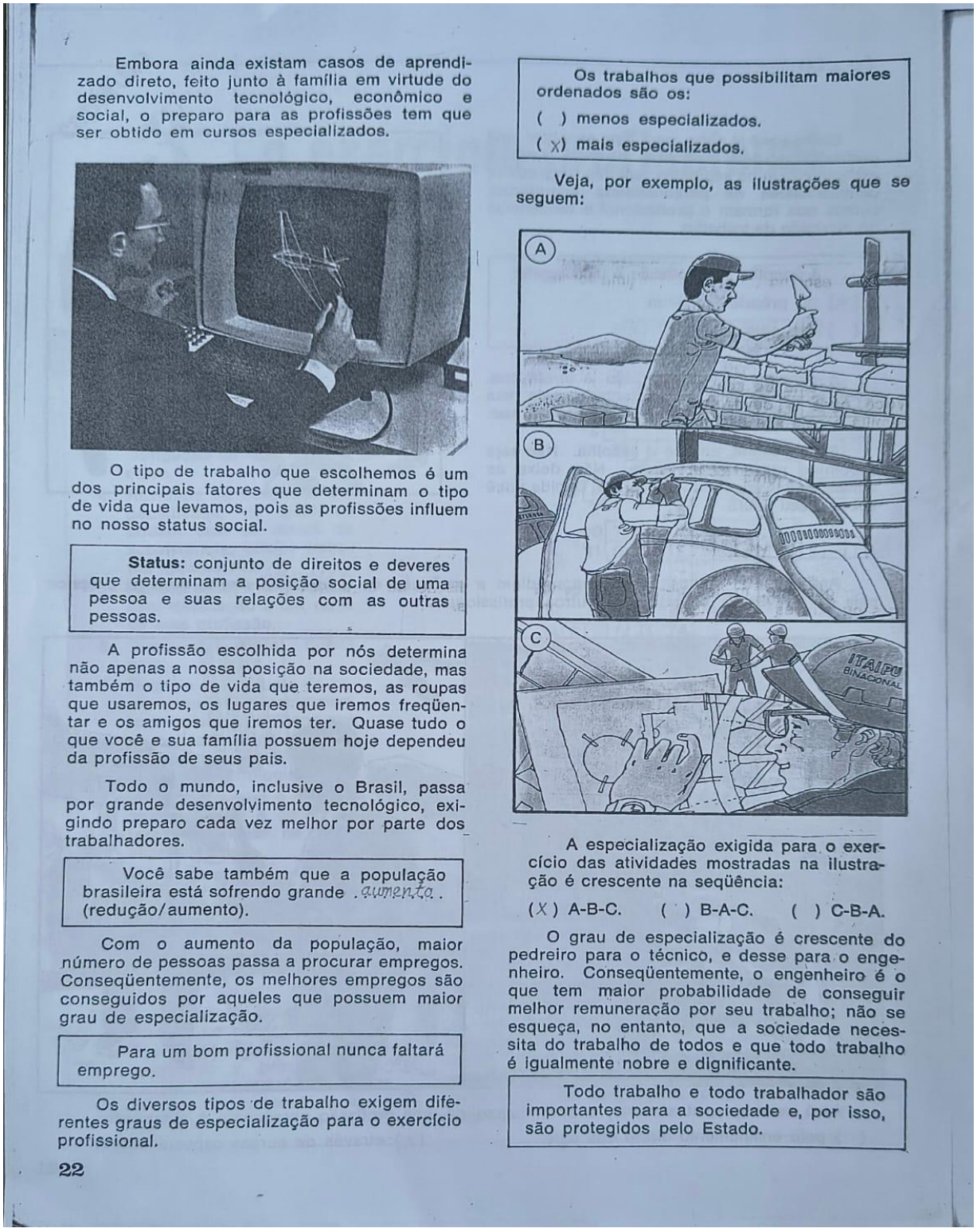
- É por meio da escolha da profissão que o futuro pode ser determinado;
- Profissões advindas de cursos especializados são as que mais elevam a significância social do indivíduo em seus grupos;
- Ocupações que não precisam de qualificação estão desaparecendo em detrimento à procura do mercado por mão de obra técnica.
- O aumento da população gera uma maior procura por emprego e isso faz com que os melhores cargos sejam destinados a quem tem mais capacidade técnica.

A escritora assevera em certo ponto que "para um bom profissional nunca faltará emprego" (*ibidem*), expressando a concepção de que o mercado absorverá a mão de obra que possuir um nível maior de qualificação técnica em detrimento daqueles que não a possuem, estes que proporcionalmente ganharão um salário menor, pois qual mais especializado for o trabalhador, maior serão suas verbas, como é visto no retângulo expositivo a seguir, (*ibidem*):

Os trabalhos que possibilitam maiores ordenados são: ( ) menos especializados (x) mais especializados.

Na Figura 22, além dos exemplos elencados, podemos ver uma ilustração que faz menção à profissão numa escala que vai da que necessita de menos capacitação para a que mais se faz necessário o rigor técnico advindo da especialização:

Figura 22 - Texto: Parte II, Capítulo 3, Livro 2



Embora ainda existam casos de aprendizado direto, feito junto à família em virtude do desenvolvimento tecnológico, econômico e social, o preparo para as profissões tem que ser obtido em cursos especializados.

O tipo de trabalho que escolhemos é um dos principais fatores que determinam o tipo de vida que levamos, pois as profissões influem no nosso status social.

Status: conjunto de direitos e deveres que determinam a posição social de uma pessoa e suas relações com as outras pessoas.

A profissão escolhida por nós determina não apenas a nossa posição na sociedade, mas também o tipo de vida que teremos, as roupas que usaremos, os lugares que iremos freqüentar e os amigos que iremos ter. Quase tudo o que você e sua família possuem hoje dependeu da profissão de seus pais.

Todo o mundo, inclusive o Brasil, passa por grande desenvolvimento tecnológico, exigindo preparo cada vez melhor por parte dos trabalhadores.

Você sabe também que a população brasileira está sofrendo grande .aumento. (redução/aumento).

Com o aumento da população, maior número de pessoas passa a procurar empregos. Conseqüentemente, os melhores empregos são conseguidos por aqueles que possuem maior grau de especialização.

Para um bom profissional nunca faltará emprego.

Os diversos tipos de trabalho exigem diferentes graus de especialização para o exercício profissional.

22

Os trabalhos que possibilitam maiores ordenados são os:

( ) menos especializados.

(X) mais especializados.

Veja, por exemplo, as ilustrações que se seguem:

A

B

C

A especialização exigida para o exercício das atividades mostradas na ilustração é crescente na seqüência:

(X) A-B-C. ( ) B-A-C. ( ) C-B-A.

O grau de especialização é crescente do pedreiro para o técnico, e desse para o engenheiro. Conseqüentemente, o engenheiro é o que tem maior probabilidade de conseguir melhor remuneração por seu trabalho; não se esqueça, no entanto, que a sociedade necessita do trabalho de todos e que todo trabalho é igualmente nobre e dignificante.

Todo trabalho e todo trabalhador são importantes para a sociedade e, por isso, são protegidos pelo Estado.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

No fim da página 22, observamos uma gravura que mostra os níveis de especialização de um ofício de um trabalhador que labuta num ambiente de construção. Na primeira parte (A) temos um pedreiro, na segunda temos um técnico (B), possivelmente, e por último, um engenheiro (C). O que podemos extrair dessa gravura: a crescente especialização no trabalho, ratificada pela colocação dada logo após, na qual se pede para marcar o grau de especialização crescente das atividades laborais com três alternativas, sendo a alternativa marcada a que mostrava a sequência A-B-C.

Tal fato é explicado porque, no decorrer das três funções, o grau de especialização aumenta, o que demonstra que, como dissemos em momento anterior, quão maior for o nível de especialização, em tese, maior seria o salário, deixando claro que a sociedade precisa do trabalho de todos, pois todos tem a sua parcela de contribuição para com o crescimento da sociedade.

O fim do elemento *Texto,* nesse capítulo traz um apanhado sobre profissões cujos insumos advêm da natureza, trazendo como exemplo um pescador em seu barco em alto-mar. Já nas últimas linhas, o escrito traz uma mensagem sobre a importância de o estudante conhecer seus pontos fortes (aptidões), para ajudá-lo a escolher a melhor profissão, como podemos ver na nota extraída:

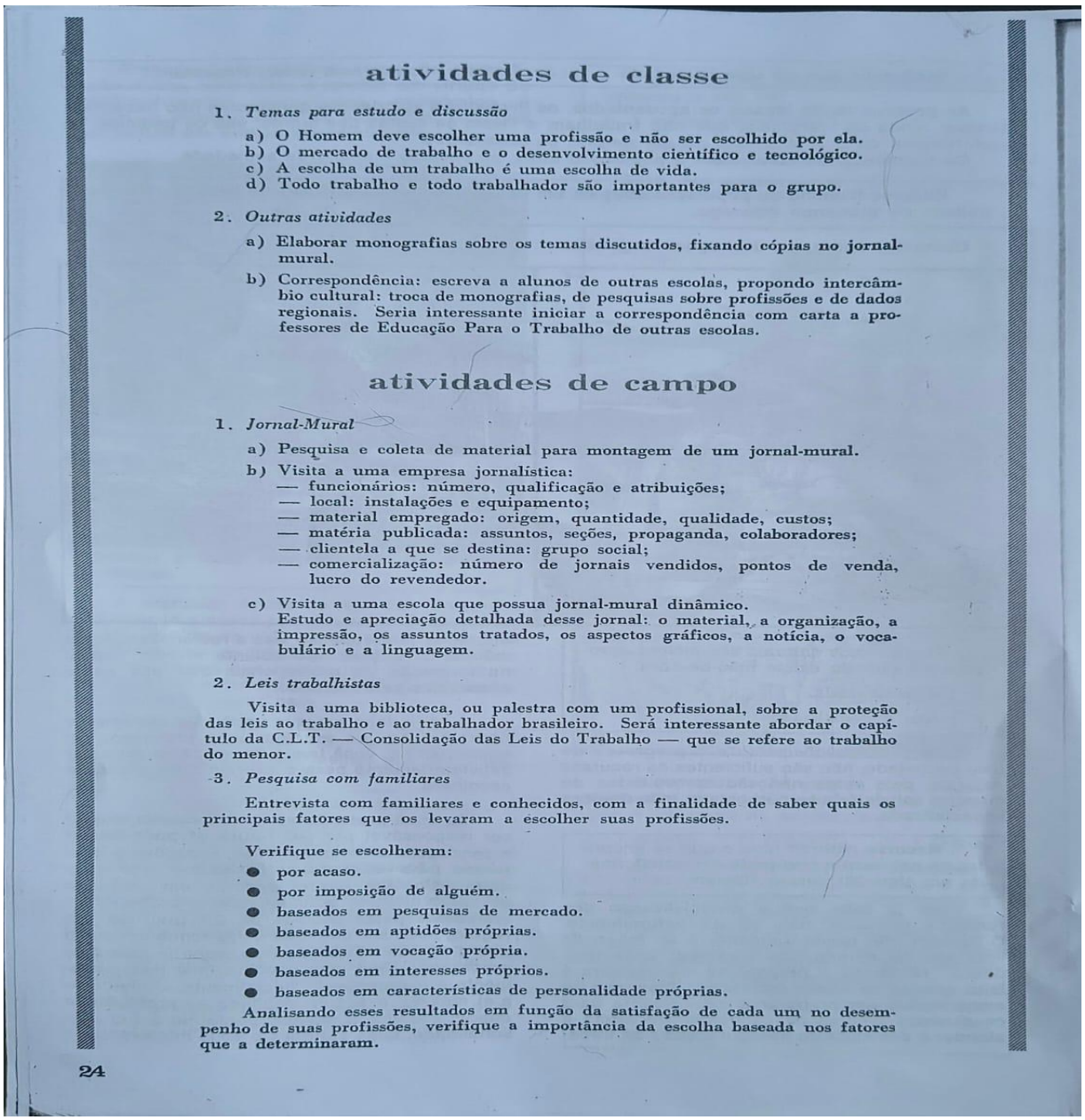
> Se você pretende ser independente e quer ser responsável pelo seu futuro, já pode iniciar a sondagem de suas aptidões, vocações e interesses, para ver qual a profissão que pode agradá-lo. Comece interessando-se em conhecer as oportunidades educacionais e profissionais oferecidas pelas escolas de 2º Grau de sua região; pode ser que uma delas tenha um curso que o agrade. Fazendo isso, você já estará se preparando para uma escolha final mais consciente e responsável. Inicialmente, conheça-se a si mesmo; a seguir, conheça as profissões e depois escolha a melhor, conforme a sua personalidade, suas aptidões e seus interesses (Bortoli, s.d., p. 23).

Nesse diapasão, podemos ratificar diante de tudo que já foi aventado neste capítulo sobre a necessidade que o jovem tem de conhecer seus possíveis dons (aqui tratados como aptidões), a sua personalidade e seus interesses para que a escolha da sua futura profissão seja feita com vistas a proporcionar ao estudante do 1º Grau que este já consiga ter conhecimento suficiente para, ao chegarem no nível de ensino seguinte, saber qual curso mais se encaixa com a tríade aqui citada, evitando assim, que o aluno faça determinada escolha que resulte numa profissão que esteja em decadência ou em saturação no mercado de trabalho.

Passando para o elemento seguinte, temos as *Atividades de Classe* e as *Atividades de Campo*. A *Atividade de Campo* do capítulo 3 do Livro 2, se apresenta em dois pontos específicos: o primeiro trata sobre alguns temas para os alunos elaborarem uma discussão e

todos os temas são voltados para a relação entre o Homem e o Mercado de Trabalho. O segundo ponto dividido em dois subgêneros é de complexidade mediana, com o primeiro sendo a elaboração de uma monografia sobre o que foi discutido em sala, fixando cópias num mural, que deve estar, provavelmente, na sala de aula. O segundo revela-se como uma tarefa na qual os alunos devem escrever cartas para alunos de outras escolas, oferecendo uma troca de pesquisas e atividades sobre profissões. Ao final, a autora sugere que o ideal seria começar a atividade enviando cartas para os professores da disciplina educação para o trabalho, como é visto na Figura 23:

Figura 23 – Atividades de Classe e Atividades de Campo: Capítulo 3, Livro 2



atividades de classe

1. *Temas para estudo e discussão*

a) O Homem deve escolher uma profissão e não ser escolhido por ela.
b) O mercado de trabalho e o desenvolvimento científico e tecnológico.
c) A escolha de um trabalho é uma escolha de vida.
d) Todo trabalho e todo trabalhador são importantes para o grupo.

2. *Outras atividades*

a) Elaborar monografias sobre os temas discutidos, fixando cópias no jornal-mural.

b) Correspondência: escreva a alunos de outras escolas, propondo intercâmbio cultural: troca de monografias, de pesquisas sobre profissões e de dados regionais. Seria interessante iniciar a correspondência com carta a professores de Educação Para o Trabalho de outras escolas.

atividades de campo

1. *Jornal-Mural*

a) Pesquisa e coleta de material para montagem de um jornal-mural.

b) Visita a uma empresa jornalística:
— funcionários: número, qualificação e atribuições;
— local: instalações e equipamento;
— material empregado: origem, quantidade, qualidade, custos;
— matéria publicada: assuntos, seções, propaganda, colaboradores;
— clientela a que se destina: grupo social;
— comercialização: número de jornais vendidos, pontos de venda, lucro do revendedor.

c) Visita a uma escola que possua jornal-mural dinâmico.
Estudo e apreciação detalhada desse jornal: o material, a organização, a impressão, os assuntos tratados, os aspectos gráficos, a notícia, o vocabulário e a linguagem.

2. *Leis trabalhistas*

Visita a uma biblioteca, ou palestra com um profissional, sobre a proteção das leis ao trabalho e ao trabalhador brasileiro. Será interessante abordar o capítulo da C.L.T. — Consolidação das Leis do Trabalho — que se refere ao trabalho do menor.

3. *Pesquisa com familiares*

Entrevista com familiares e conhecidos, com a finalidade de saber quais os principais fatores que os levaram a escolher suas profissões.

Verifique se escolheram:

- por acaso.
- por imposição de alguém.
- baseados em pesquisas de mercado.
- baseados em aptidões próprias.
- baseados em vocação própria.
- baseados em interesses próprios.
- baseados em características de personalidade próprias.

Analisando esses resultados em função da satisfação de cada um no desempenho de suas profissões, verifique a importância da escolha baseada nos fatores que a determinaram.

24

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

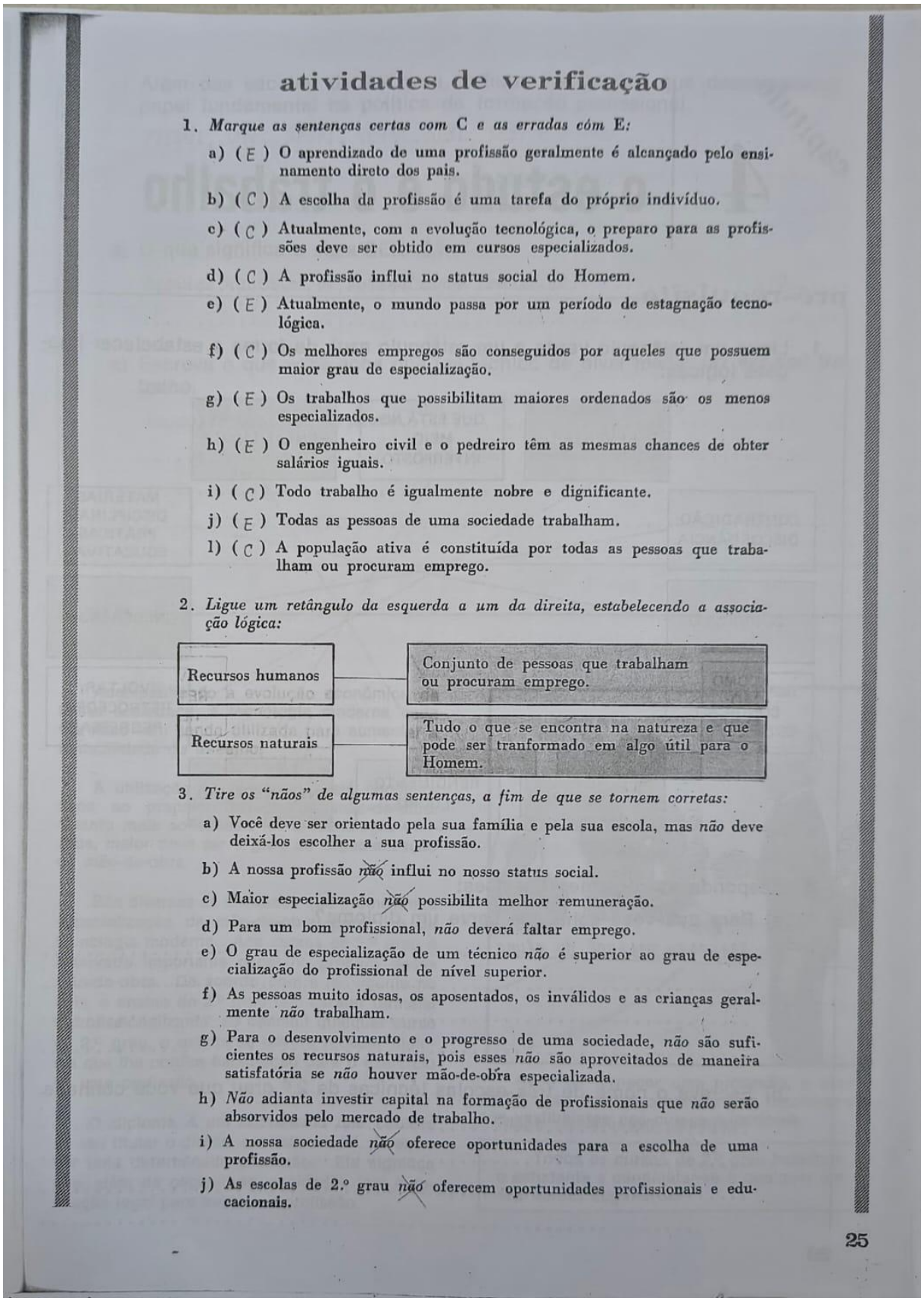
A *Atividade de Campo*, pela sua estrutura e definição, é desenvolvida com o intuito de ultrapassar os limites das dependências das instituições escolares, mostrando uma nova forma de transmitir o conhecimento repassado ao longo das aulas. A atividade referente ao capítulo analisado é dividida em dois exercícios: o primeiro consiste na realização de um jornal-mural, que deve ser efetivado por meio de uma visita a uma empresa jornalística. O segundo se apresenta como um estudo a ser realizado na biblioteca ou outra fonte de conhecimento (o enunciado cita a palestra com um profissional especialista em leis trabalhistas), e por último, o exercício que finaliza a atividade é voltado para uma entrevista com os familiares dos alunos, objetivando saber quais foram os fatores que os influenciaram a escolherem a profissão que detinham.

Tudo isso acaba por ressaltar a maneira pela qual os livros-manuais passaram a ser instrumentos pedagógicos de extrema relevância para que os professores da disciplina de Educação para o Trabalho ajudassem os jovens que se encontravam no fim do ensino de 1º Grau a conhecerem e se conectarem com o universo do trabalho e, com isso, fomentar melhor a decisão por um curso que mais tivesse afinidade.

Finalizando o capítulo, temos as *Atividades de Verificação*, que serviam como última fase do conteúdo apresentado, para que este fosse fixado pelos alunos e também como forma de avaliar os alunos para acompanhar a sua evolução. A atividade mencionada era composta por três itens: o primeiro era para marcar as alternativas certas com a letra C e as erradas com a letra E. O segundo era evidenciado por um "ligue-ligue", no qual, em uma ponta tinha dois tipos de recursos: os humanos e os naturais e seriam ligados aos conceitos que faziam ligação a eles. O terceiro era o mais simples: retirar a palavra NÃO para que as frases ficassem em conformidade com aquilo que se esperava.

Ao todo eram 11 sentenças e todas mantinham relação em algum grau com o assunto contido no capítulo, a fim de solidificar o que foi estudado no decorrer do capítulo. Podemos perceber na Figura 24 que todos os exercícios que compunham a Atividade de Verificação estão respondidos, como mencionado anteriormente:

Figura 24 - Atividades de Verificação: Capítulo 3, Livro 2



atividades de verificação

1. *Marque as sentenças certas com* C *e as erradas com* E:

a) (E) O aprendizado de uma profissão geralmente é alcançado pelo ensinamento direto dos pais.

b) (C) A escolha da profissão é uma tarefa do próprio indivíduo.

c) (C) Atualmente, com a evolução tecnológica, o preparo para as profissões deve ser obtido em cursos especializados.

d) (C) A profissão influi no status social do Homem.

e) (E) Atualmente, o mundo passa por um período de estagnação tecnológica.

f) (C) Os melhores empregos são conseguidos por aqueles que possuem maior grau de especialização.

g) (E) Os trabalhos que possibilitam maiores ordenados são os menos especializados.

h) (E) O engenheiro civil e o pedreiro têm as mesmas chances de obter salários iguais.

i) (C) Todo trabalho é igualmente nobre e dignificante.

j) (E) Todas as pessoas de uma sociedade trabalham.

l) (C) A população ativa é constituída por todas as pessoas que trabalham ou procuram emprego.

2. *Ligue um retângulo da esquerda a um da direita, estabelecendo a associação lógica:*

Recursos humanos	Conjunto de pessoas que trabalham ou procuram emprego.
Recursos naturais	Tudo o que se encontra na natureza e que pode ser tranformado em algo útil para o Homem.

3. *Tire os "nãos" de algumas sentenças, a fim de que se tornem corretas:*

a) Você deve ser orientado pela sua família e pela sua escola, mas *não* deve deixá-los escolher a sua profissão.

b) A nossa profissão ~~não~~ influi no nosso status social.

c) Maior especialização ~~não~~ possibilita melhor remuneração.

d) Para um bom profissional, *não* deverá faltar emprego.

e) O grau de especialização de um técnico *não* é superior ao grau de especialização do profissional de nível superior.

f) As pessoas muito idosas, os aposentados, os inválidos e as crianças geralmente *não* trabalham.

g) Para o desenvolvimento e o progresso de uma sociedade, *não* são suficientes os recursos naturais, pois esses *não* são aproveitados de maneira satisfatória se *não* houver mão-de-obra especializada.

h) *Não* adianta investir capital na formação de profissionais que *não* serão absorvidos pelo mercado de trabalho.

i) A nossa sociedade ~~não~~ oferece oportunidades para a escolha de uma profissão.

j) As escolas de 2.º grau ~~não~~ oferecem oportunidades profissionais e educacionais.

25

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Não obstante, ao adentrarmos no estudo do Capítulo 6: “Fatores determinantes da escolha profissional (aptidão e preparação específica)”, nos deparamos com um título autoexplicativo: aqui trabalharemos com a análise dos motivos que levam os jovens a escolherem uma profissão em detrimento de outra, levando em consideração suas aptidões e as preparações específicas.

Com o passar dos seus nove capítulos, o Livro 2 mostrou-se mais objetivo, contudo, não menos intenso em relação aos conteúdos prontos a serem desenvolvidos na disciplina Educação para o Trabalho. A análise da seção 6 pode nos mostrar aspectos interessantes, tais como: o *Pré-requisito* maior, bem como o Texto. Temos as *Atividades de Classe* e de Verificação e também uma avaliação, o que demonstra como se daria a aplicabilidade prática e direta aos alunos do assunto ministrado nas aulas.

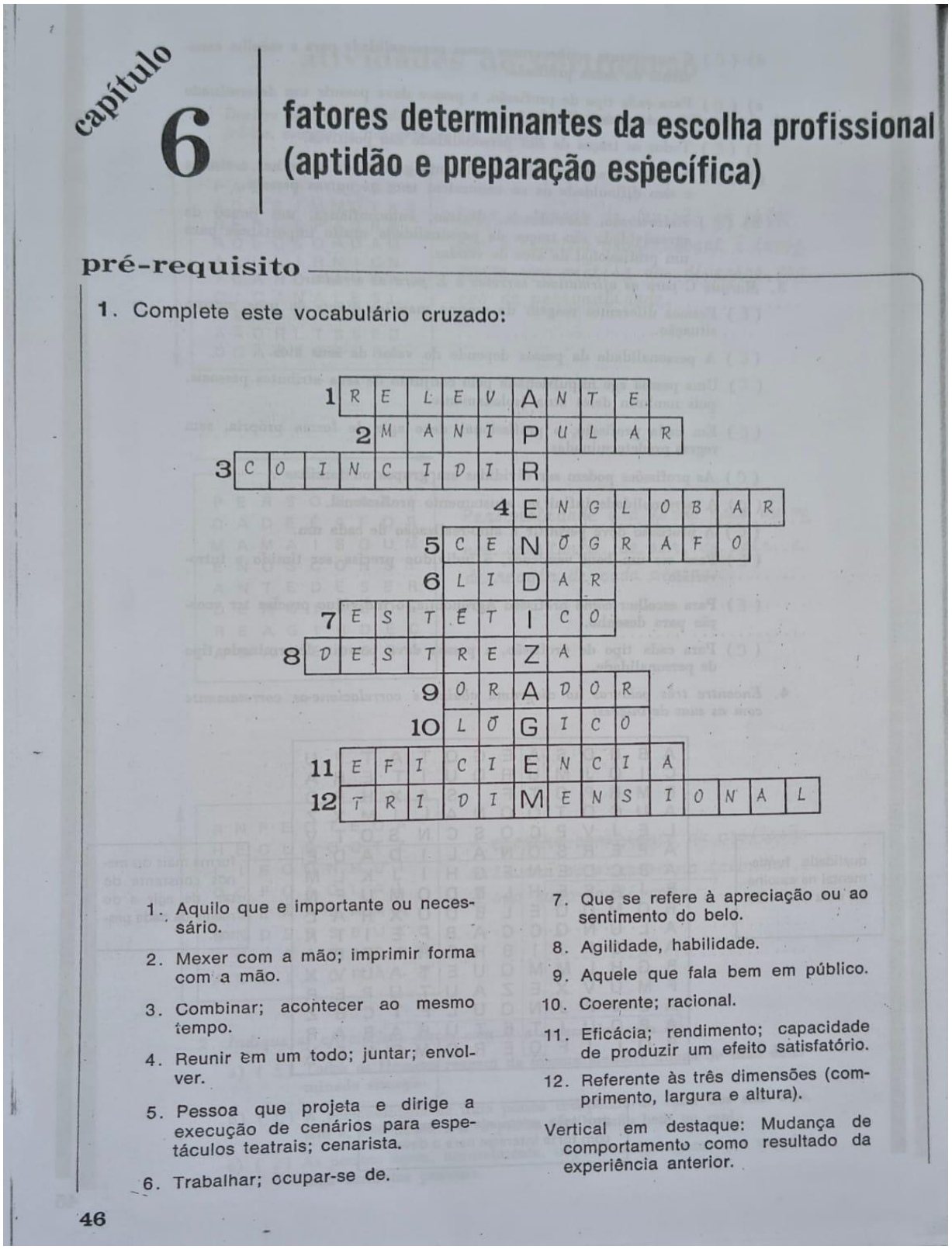
No *Pré-requisito* apresentado, nos são expostas duas tarefas: a Tarefa A e a Tarefa B. Na A, nos deparamos novamente com um jogo de palavras cruzadas, cujo termo central era “aprendizagem”. Nesse ínterim, o que podemos depreender é que todas as palavras que completavam os nichos tinham relação com o universo da aprendizagem e do trabalho, como algumas profissões e características necessárias, sendo formado por 12 charadas, cujas respostas ao ocuparem todos os campos, proporcionariam aos alunos de uma forma mais lúdica, o pleno exercício sobre o tema, e, consequentemente, uma melhor fixação sobre o assunto, tal qual é perceptível em alguns dos pontos extraídos da tarefa pela qual o elemento em tela se refere:

> 5. Pessoa que projeta e dirige a execução de cenários para espetáculos teatrais; cenaristas.
> 6. Trabalhar; ocupar-se de.
> 9. Aquele que fala bem em público.
> 11. Eficácia; rendimento; capacidade de produzir um efeito satisfatório.
> (Bortoli, s.d., p. 46).

A Tarefa B é também de cunho lúdico, revelando-se como um jogo de cruzamento de palavras que devem ser ligadas a locuções que a elas fazem referência. O professor, nesse ponto, é um componente do capital humano das instituições de ensino que tem um papel fundamental: não só o de ensinar aos jovens sobre o conhecimento necessário para que estes fizessem a melhor escolha em relação à sua futura profissão, mas também ser um instrumento de mudança na vida de seus alunos, uma vez que era por meio dos livros-manuais voltados para os docentes que eles podiam usar da sua criatividade, na medida do possível, para tornar as aulas mais

produtivas. Com efeito, trazemos as Figuras 25 e 26 que nos mostram o conteúdo do *Pré-requisito* do Capítulo 6:

Figura 25 – Pré-requisito, parte I: Capítulo 6, Livro 2



capítulo 6

fatores determinantes da escolha profissional (aptidão e preparação específica)

pré-requisito

1. Complete este vocabulário cruzado:

1	R	E	L	E	V	A	N	T	E				
2			M	A	N	I	P	U	L	A	R		
3	C	O	I	N	C	I	D	I	R				
4						E	N	G	L	O	B	A	R
5					C	E	N	O	G	R	A	F	O
6					L	I	D	A	R				
7			E	S	T	E	T	I	C	O			
8	D	E	S	T	R	E	Z	A					
9					O	R	A	D	O	R			
10					L	O	G	I	C	O			
11		E	F	I	C	I	E	N	C	I	A		
12	T	R	I	D	I	M	E	N	S	I	O	N	A	L

1. Aquilo que e importante ou necessário.
2. Mexer com a mão; imprimir forma com a mão.
3. Combinar; acontecer ao mesmo tempo.
4. Reunir em um todo; juntar; envolver.
5. Pessoa que projeta e dirige a execução de cenários para espetáculos teatrais; cenarista.
6. Trabalhar; ocupar-se de.
7. Que se refere à apreciação ou ao sentimento do belo.
8. Agilidade, habilidade.
9. Aquele que fala bem em público.
10. Coerente; racional.
11. Eficácia; rendimento; capacidade de produzir um efeito satisfatório.
12. Referente às três dimensões (comprimento, largura e altura).

Vertical em destaque: Mudança de comportamento como resultado da experiência anterior.

46

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 26 - Pré-requisito, parte II e Texto parte I: Capítulo 6, Livro 2

2. Marque corretamente o cruzamento, estabelecendo associações lógicas:

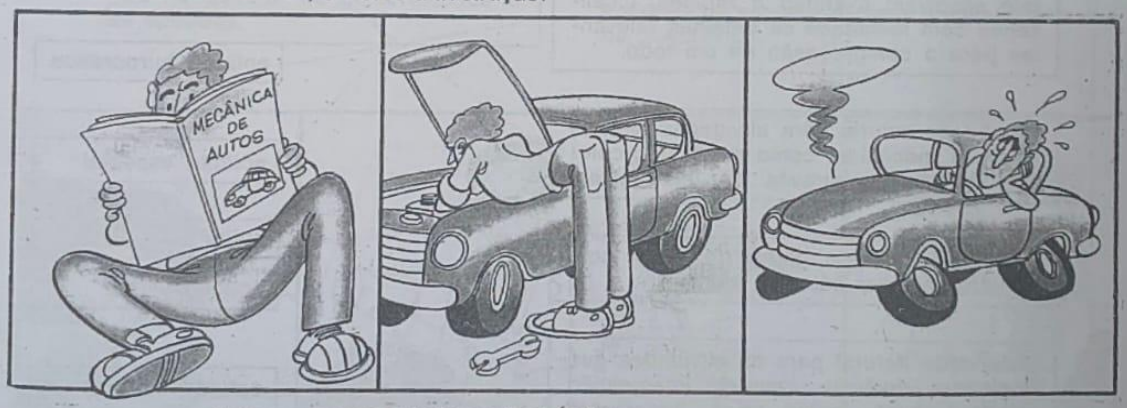
	desempenho	adequada	atividade	habilidade	específico	verbal	capacidade
trabalho			X				
resultado	X						
próprio; exclusivo; especial					X		
ajustada; apropriada		X					
referente à palavra escrita e falada						X	
algo que se aprende a fazer depois do treino							X
facilidade natural para realizar alguma coisa				X			

texto

Você já estudou a importância do conhecimento das características da personalidade na escolha profissional. Agora, vai estudar a importância da **aptidão** e da **preparação específica.**

Observando o desempenho de certos profissionais, você deve ter constatado que alguns, embora tenham as características da personalidade adequadas à profissão, nem sempre possuem aptidão e preparo específico para a mesma.

Para entender melhor, observe a ilustração:



O jovem representado na ilustração:

a. (X) gosta de mecânica de automóveis.
( ) não gosta de mecânica de automóveis.

b. ( ) possui a preparação específica para mecânica.
(X) não possui a preparação específica para mecânica.

47

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Ao final da página 47, dá-se o início do Texto do Capítulo 3 que enfatiza a importância de dois componentes essenciais para que o jovem esteja, de fato, preparado para a escolha de sua profissão: a aptidão e a preparação de cunho específico. O recurso da ilustração - aqui apresentado na forma de uma tirinha, é utilizada amplamente pela escritora no Livro 2 e exemplifica de uma maneira mais acessível o novo assunto ao aluno.

Na primeira parte da ilustração, há um jovem sentado lendo um livro sobre mecânica de autos; em seguida, o vemos mexendo em um carro e por fim, ao tentar dirigi-lo, o veículo falha. Isso demonstra quem nem sempre o fato de o aluno gostar de algo e estudá-lo significa que na prática, ele será um bom mecânico, utilizando-se aqui o exemplo ilustrado. Em seguida, num rápido exercício, o professor tem duas questões que podem ser trabalhadas em sala para enfatizar a questão da preparação específica para seus alunos (*ibidem*):

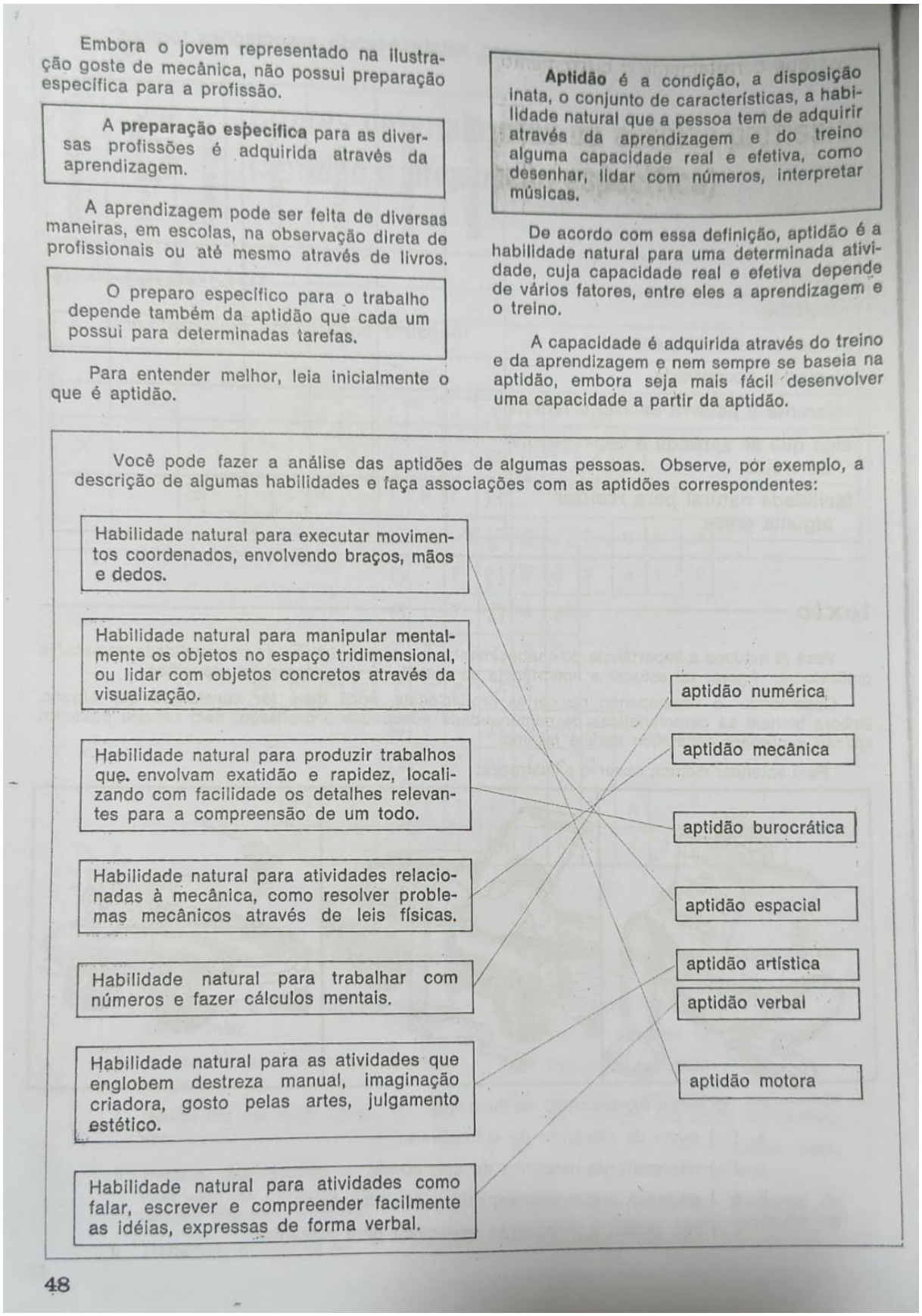
> O jovem representado na ilustração:
> a. (x) gosta de mecânica de automóveis.
> ( ) não gosta de mecânica de automóveis.
> b. ( ) possui preparação específica para a mecânica.
> (x) não possui a preparação específica para a mecânica

Na segunda parte do *Texto,* a discussão sobre a preparação específica que o aluno deve ter é enfatizada, sendo conceituada como: "A preparação específica para as diversas profissões é adquirida através da aprendizagem" (Bortoli, s.d., p. 48), no qual compreendemos que esse tipo de preparação se dá de diversas formas, seja no ambiente escolar, com áreas destinadas exclusivamente para este fim, seja por meio da observação direta de um profissional que executa a tarefa à qual incumbe a sua função ou ao fazer uso de material didático adequado como livros e cartilhas.

Mas para se ter o preparo necessário para exercer dada ocupação, também deve ser considerada a aptidão que o jovem possui para, de forma efetiva, praticá-la. Para Bortoli (*ibidem*): "Aptidão é a condição, disposição inata, o conjunto de características, a habilidade natural que a pessoa tem de adquirir através da aprendizagem e do treino alguma capacidade real e efetiva, como desenhar, lidar com números, interpretar músicas".

Dessa forma, podemos compreender que aptidão é uma capacidade natural que alguém possui para fazer uma função pré-estabelecida. Na Figura 27, o Texto traz uma lição que consiste em fazer ligações entre temas que estão em duas colunas distintas: uma possui o conceito de um tipo de aptidão e a outra sua correspondência:

Figura 27 – Texto: Parte II, Capítulo 6, Livro 2



Embora o jovem representado na ilustração goste de mecânica, não possui preparação específica para a profissão.

A **preparação específica** para as diversas profissões é adquirida através da aprendizagem.

A aprendizagem pode ser feita de diversas maneiras, em escolas, na observação direta de profissionais ou até mesmo através de livros.

O preparo específico para o trabalho depende também da aptidão que cada um possui para determinadas tarefas.

Para entender melhor, leia inicialmente o que é aptidão.

Aptidão é a condição, a disposição inata, o conjunto de características, a habilidade natural que a pessoa tem de adquirir através da aprendizagem e do treino alguma capacidade real e efetiva, como desenhar, lidar com números, interpretar músicas.

De acordo com essa definição, aptidão é a habilidade natural para uma determinada atividade, cuja capacidade real e efetiva depende de vários fatores, entre eles a aprendizagem e o treino.

A capacidade é adquirida através do treino e da aprendizagem e nem sempre se baseia na aptidão, embora seja mais fácil desenvolver uma capacidade a partir da aptidão.

Você pode fazer a análise das aptidões de algumas pessoas. Observe, por exemplo, a descrição de algumas habilidades e faça associações com as aptidões correspondentes:

Habilidade natural para executar movimentos coordenados, envolvendo braços, mãos e dedos.

Habilidade natural para manipular mentalmente os objetos no espaço tridimensional, ou lidar com objetos concretos através da visualização.

Habilidade natural para produzir trabalhos que envolvam exatidão e rapidez, localizando com facilidade os detalhes relevantes para a compreensão de um todo.

Habilidade natural para atividades relacionadas à mecânica, como resolver problemas mecânicos através de leis físicas.

Habilidade natural para trabalhar com números e fazer cálculos mentais.

Habilidade natural para as atividades que englobem destreza manual, imaginação criadora, gosto pelas artes, julgamento estético.

Habilidade natural para atividades como falar, escrever e compreender facilmente as idéias, expressas de forma verbal.

aptidão numérica

aptidão mecânica

aptidão burocrática

aptidão espacial

aptidão artística

aptidão verbal

aptidão motora

48

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Concluindo o *Texto*, o professor possui neste instrumento pedagógico várias opções de microtarefas que podem ser usadas no decorrer da aula para fazer com que os alunos interajam e, com isso, consolidar o aprendizado sobre o trabalho e os assuntos que orbitam em torno dele, como é visto no exemplo a seguir extraído da seção em tela (Bortoli, s.d., p. 49):

> Analisando amigos seus, você deve ter percebido que:
> ( ) todos possuem aptidões bem definidas.
> (x) alguns possuem aptidões bem definidas.

Essas microtarefas servem como pontos de fixação e percepção do conteúdo ministrado, ressaltando que a partir delas surgem alguns pontos que podemos transformá-los em inferências, tais como: pela falta de possibilidades, alguns jovens acabam por desenvolver suas aptidões tardiamente, enquanto outros já a fazem por possuir toda uma conjuntura favorável para tal. Isso acaba por reforçar a afirmação de que "nem todos possuem as mesmas chances". Em alguns casos, o jovem possui habilidades que podem ser notadas desde cedo, como maior desenvoltura para trabalhos manuais, por exemplo, todavia, não detém a viabilidade para realizá-los.

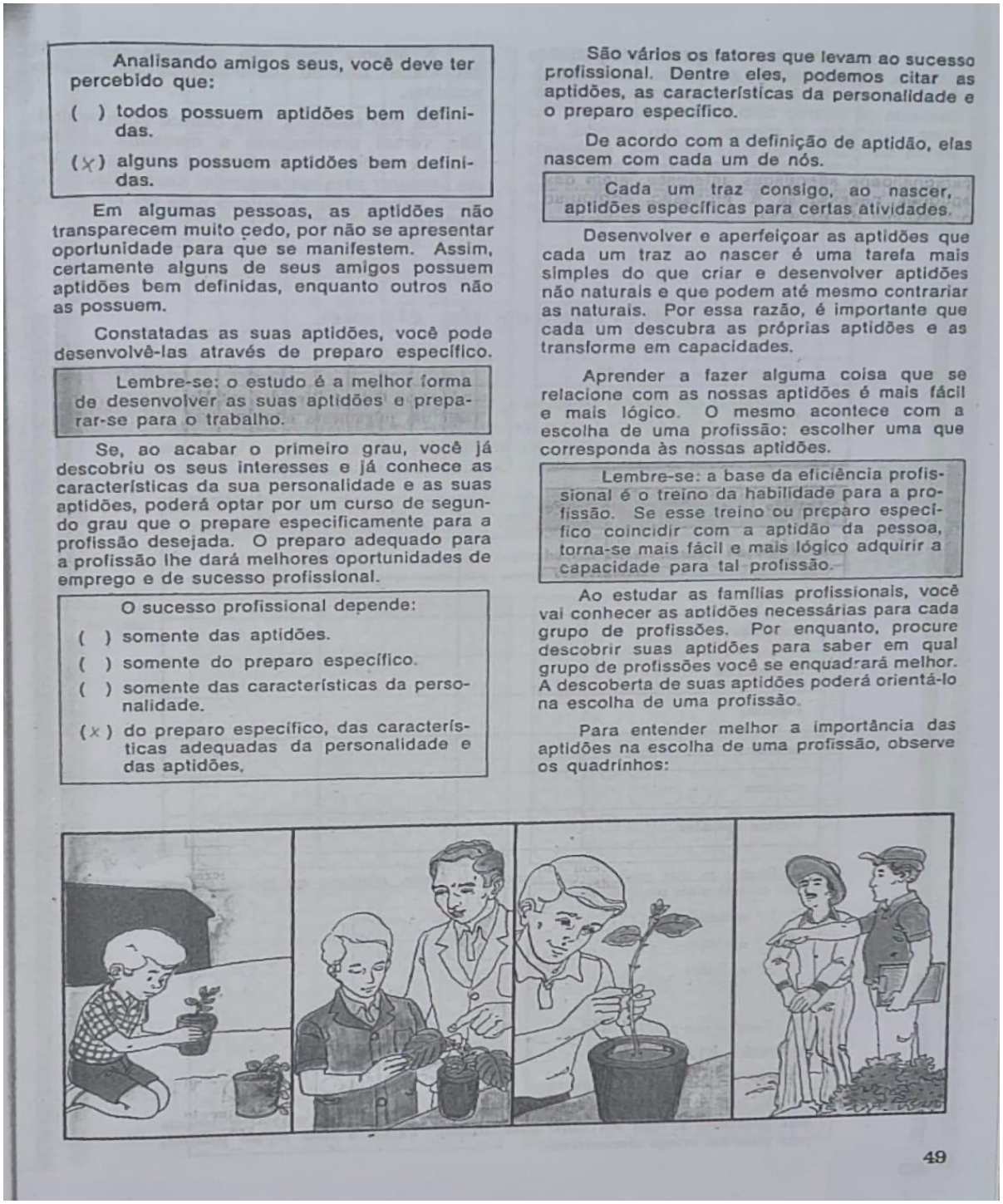
O *Texto* ainda enfatiza que é por meio do estudo formal que as aptidões são desenvolvidas da melhor forma, preparando o estudante para o mercado de trabalho com mais qualidade, deixando expresso que ao ser constatado que o jovem possui alguma aptidão, é o professor que tem a alcunha de aprimorá-la por meio do processo de preparação específica.

Nesse ponto, podemos constatar a ênfase que é dada ao papel do professor como catalisador no processo de aperfeiçoamento das aptidões. É a ele que se atribui o encargo de ajudar o aluno nesse quesito. O estudante, ao conseguir identificar com clareza as suas predileções, habilidades e agregando a esses dois fatores a preparação específica ofertada pela escola, toma como modelo o oferecimento de disciplinas como Educação para o Trabalho. Como objeto de estudo por meio da análise de dois livros-manuais, observamos o esforço manual analisado em ensejar no jovem os elementos necessários para a escolha de uma profissão que possua mais afinidade e que, consequentemente, seja a que também ofereça uma conjuntura mais vantajosa no que diz respeito à empregabilidade.

Como forma de demonstrar por meio de representações gráficas e informações, fizemos uso da Figura 28, que nela traz parte do arcabouço teórico supracitado e de igual forma uma ilustração que mostra a evolução do desenvolvimento da habilidade de um jovem desde tenra

idade até a sua fase adulta, já em pleno exercício da profissão resultante de seu aperfeiçoamento específico amparado por meio do auxílio fornecido pelo Estado, muito bem representado pelo professor, que é um componente fundamental para que esse percurso tenha um final exitoso, como veremos:

Figura 28 - Texto: Parte II, Capítulo 6, Livro 2



Analisando amigos seus, você deve ter percebido que:

( ) todos possuem aptidões bem definidas.

(X) alguns possuem aptidões bem definidas.

Em algumas pessoas, as aptidões não transparecem muito cedo, por não se apresentar oportunidade para que se manifestem. Assim, certamente alguns de seus amigos possuem aptidões bem definidas, enquanto outros não as possuem.

Constatadas as suas aptidões, você pode desenvolvê-las através de preparo específico.

Lembre-se: o estudo é a melhor forma de desenvolver as suas aptidões e preparar-se para o trabalho.

Se, ao acabar o primeiro grau, você já descobriu os seus interesses e já conhece as características da sua personalidade e as suas aptidões, poderá optar por um curso de segundo grau que o prepare especificamente para a profissão desejada. O preparo adequado para a profissão lhe dará melhores oportunidades de emprego e de sucesso profissional.

O sucesso profissional depende:

( ) somente das aptidões.

( ) somente do preparo específico.

( ) somente das características da personalidade.

(x) do preparo específico, das características adequadas da personalidade e das aptidões.

São vários os fatores que levam ao sucesso profissional. Dentre eles, podemos citar as aptidões, as características da personalidade e o preparo específico.

De acordo com a definição de aptidão, elas nascem com cada um de nós.

Cada um traz consigo, ao nascer, aptidões específicas para certas atividades.

Desenvolver e aperfeiçoar as aptidões que cada um traz ao nascer é uma tarefa mais simples do que criar e desenvolver aptidões não naturais e que podem até mesmo contrariar as naturais. Por essa razão, é importante que cada um descubra as próprias aptidões e as transforme em capacidades.

Aprender a fazer alguma coisa que se relacione com as nossas aptidões é mais fácil e mais lógico. O mesmo acontece com a escolha de uma profissão: escolher uma que corresponda às nossas aptidões.

Lembre-se: a base da eficiência profissional é o treino da habilidade para a profissão. Se esse treino ou preparo específico coincidir com a aptidão da pessoa, torna-se mais fácil e mais lógico adquirir a capacidade para tal profissão.

Ao estudar as famílias profissionais, você vai conhecer as aptidões necessárias para cada grupo de profissões. Por enquanto, procure descobrir suas aptidões para saber em qual grupo de profissões você se enquadrará melhor. A descoberta de suas aptidões poderá orientá-lo na escolha de uma profissão.

Para entender melhor a importância das aptidões na escolha de uma profissão, observe os quadrinhos:

49

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Não obstante, traremos os três últimos elementos didáticos: *Atividades de Classe*, *Atividades de Campo e Atividades de Verificação.* Ressaltamos que, ao contrário do que foi observado e analisado no Livro 1, neste exemplar percebemos que a avaliação é explicitada, isto é, é parte nominal da Atividade de Classe. Nesse sentido, quando esta última foi desenvolvida, foi feita uma divisão na qual a primeira parte estava voltada para um exercício no qual o aluno tinha uma tabela com quatro colunas, na qual a primeira era composta por um rol exemplificativo de aptidões e as demais colunas tinham os nomes "Forte", "Médio" e "Fraco" e serviam como medida para saber em quais áreas os alunos tinham mais afinidade, e ao final, o jovem deve elencar em ordem crescente de interesse as três aptidões as quais mais possui familiaridade.

Tal atividade tinha como objetivo ajudar a delinear o perfil do jovem em relação a(s) qual(ais) habilidade(s) poderiam ser trabalhadas pelo professor para prepará-lo de forma a escolher a profissão que mais se aproxima de sua vocação, alicerçada por um alinhamento específico.

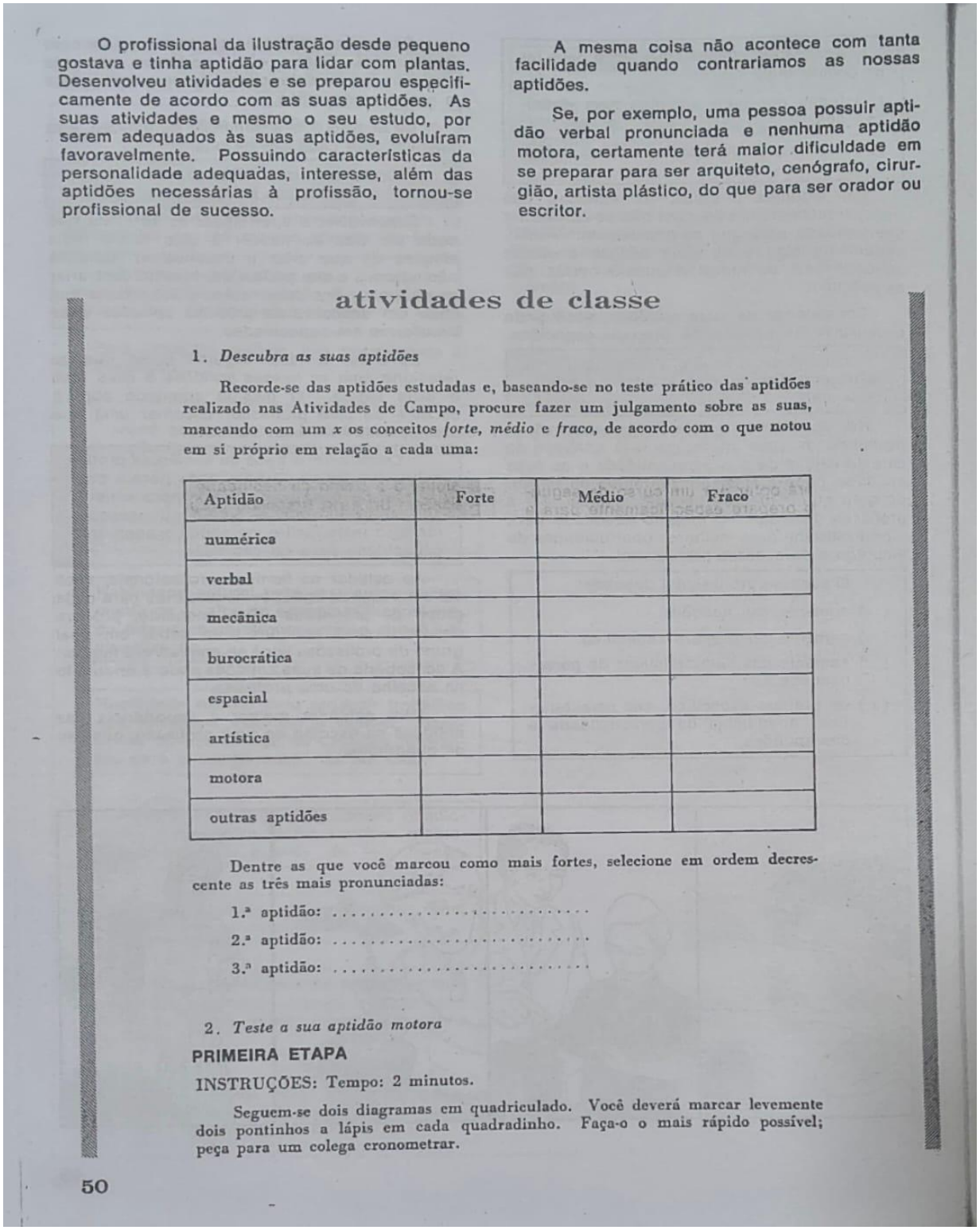
A segunda etapa se desdobra em duas tarefas com cunho avaliativo, referindo-se a um teste de aptidão motora, no qual os alunos da primeira etapa são apresentados a dois esquemas, cada um com dez colunas e quinze linhas, onde o jovem deve marcar o máximo de pontos dentro dos quadrados em dois minutos.

Na segunda tarefa da avaliação, temos a apresentação de cinco quadrados compostos por vinte e cinco quadradinhos que possuem quatro círculos cada. A missão aqui é marcar mais círculos em tempo pré-determinado pelo professor, que no caso seriam três minutos, dada a maior complexidade exigida.

Ao fim, são dadas as devidas instruções para que o professor corrija as avaliações e consiga compreender o nivelamento de forma individual e em grupo do conteúdo ministrado, concedendo a pontuação condizente com o grau de dificuldade dada a cada tarefa: a primeira, para cada marcação feita, o aluno ganhava um ponto e a segunda, dois pontos que, ao serem somados, projetavam um resultado baseado em índices que vão do "Superior", que interpretamos aqui como aquele dado à parcela que atingiu um escore acima do esperado; "Bom": faria referência àqueles que conseguiram uma contagem um pouco menor que o "Superior", mas que ainda estavam dentro de um patamar de excelência; "Regular": englobam os alunos que tiveram um desempenho limite, isto é, precisam de um olhar mais atento do professor a fim de entender quais motivos culminaram nesse resultado e, por fim, o último nível de aferição: "Fraco", termo utilizado para aqueles que obtiveram resultado aquém do esperado. Logo, para auxiliar na interpretação do que foi relatado até este ponto, elencamos a

apresentação das Figuras 29, 30 e 31, que simultaneamente mostram a *Atividades de Classe*, as etapas da avaliação e o método que fornece as bases para quantificar os níveis de aprendizado dos alunos:

Figura 29 – Atividades de Classe: Parte I, Capítulo 6, Livro 2



O profissional da ilustração desde pequeno gostava e tinha aptidão para lidar com plantas. Desenvolveu atividades e se preparou especificamente de acordo com as suas aptidões. As suas atividades e mesmo o seu estudo, por serem adequados às suas aptidões, evoluíram favoravelmente. Possuindo características da personalidade adequadas, interesse, além das aptidões necessárias à profissão, tornou-se profissional de sucesso.

A mesma coisa não acontece com tanta facilidade quando contrariamos as nossas aptidões.

Se, por exemplo, uma pessoa possuir aptidão verbal pronunciada e nenhuma aptidão motora, certamente terá maior dificuldade em se preparar para ser arquiteto, cenógrafo, cirurgião, artista plástico, do que para ser orador ou escritor.

atividades de classe

1. *Descubra as suas aptidões*

Recorde-se das aptidões estudadas e, baseando-se no teste prático das aptidões realizado nas Atividades de Campo, procure fazer um julgamento sobre as suas, marcando com um *x* os conceitos *forte*, *médio* e *fraco*, de acordo com o que notou em si próprio em relação a cada uma:

Aptidão	Forte	Médio	Fraco
numérica			
verbal			
mecânica			
burocrática			
espacial			
artística			
motora			
outras aptidões			

Dentre as que você marcou como mais fortes, selecione em ordem decrescente as três mais pronunciadas:

1.ª aptidão: .....

2.ª aptidão: .....

3.ª aptidão: .....

2. *Teste a sua aptidão motora*

PRIMEIRA ETAPA

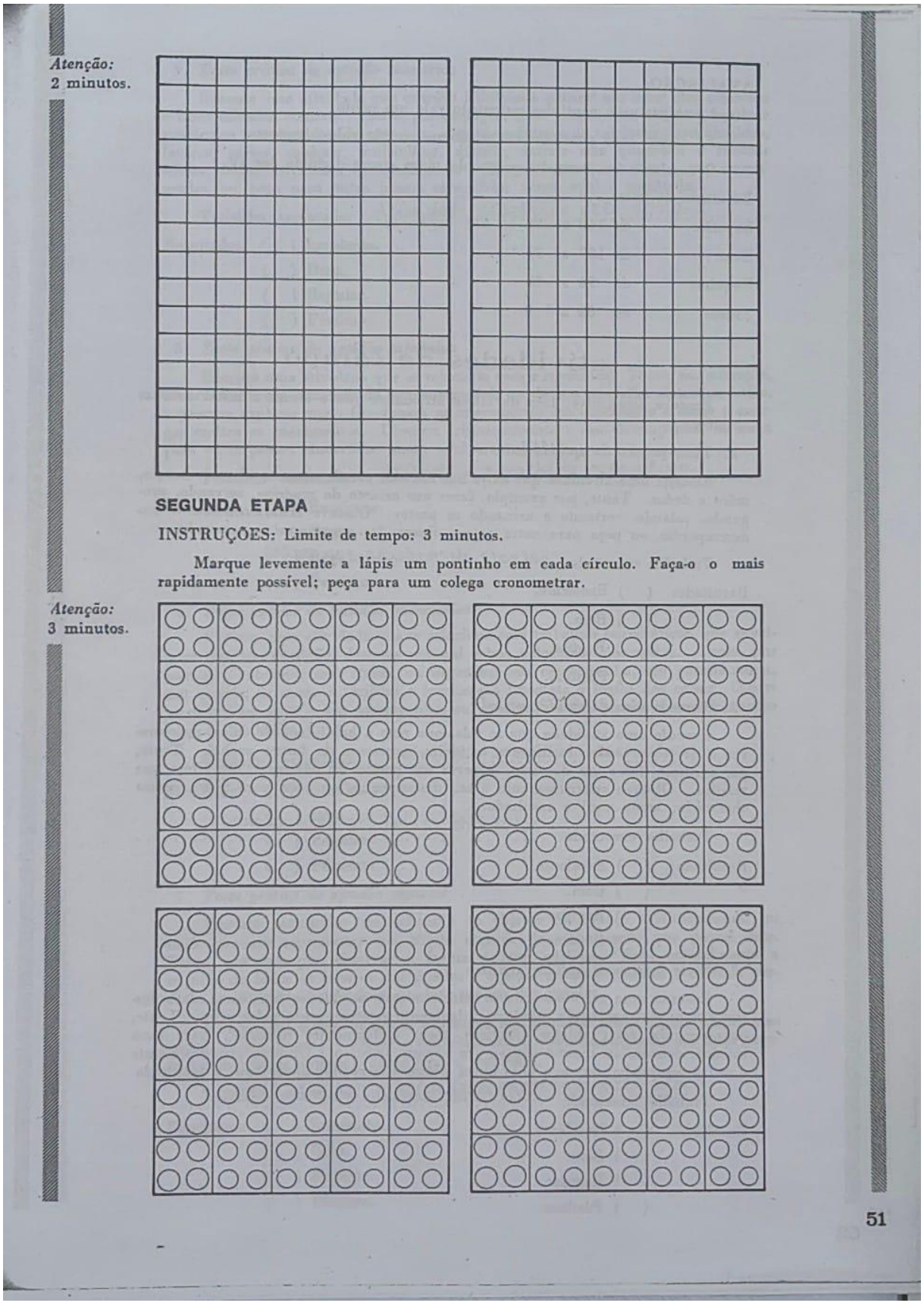
INSTRUÇÕES: Tempo: 2 minutos.

Seguem-se dois diagramas em quadriculado. Você deverá marcar levemente dois pontinhos a lápis em cada quadradinho. Faça-o o mais rápido possível; peça para um colega cronometrar.

50

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 30 – Atividades de Classe: Parte II – Avaliação, Capítulo 6, Livro 2



Atenção:
2 minutos.

SEGUNDA ETAPA

INSTRUÇÕES: Limite de tempo: 3 minutos.

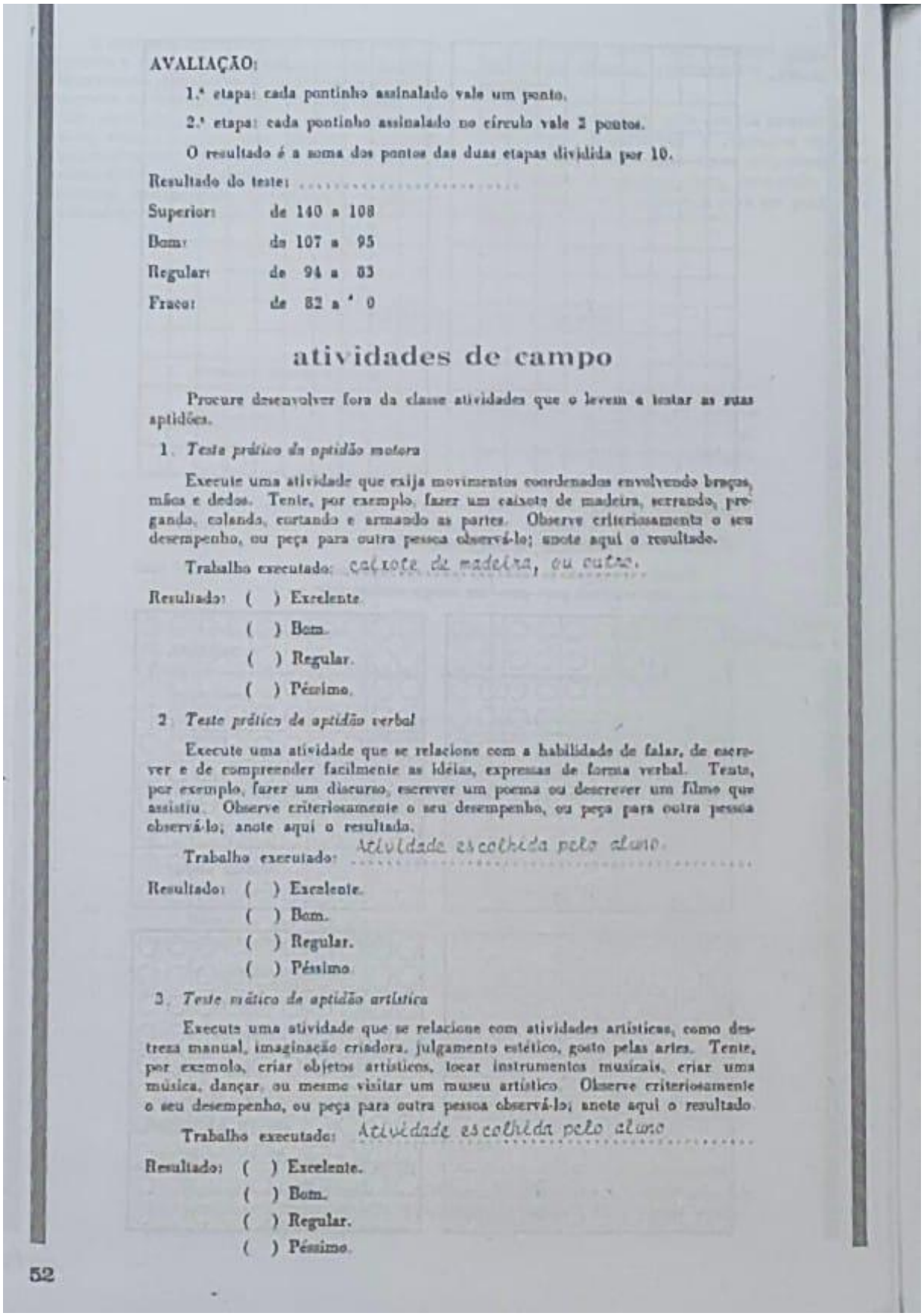
Marque levemente a lápis um pontinho em cada círculo. Faça-o o mais rapidamente possível; peça para um colega cronometrar.

Atenção:
3 minutos.

51

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 31 – Método de quantificação e Atividade de Campo, Capítulo 6, Livro 2



AVALIAÇÃO:

1.ª etapa: cada pontinho assinalado vale um ponto.

2.ª etapa: cada pontinho assinalado no círculo vale 2 pontos.

O resultado é a soma dos pontos das duas etapas dividida por 10.

Resultado do teste: .....

Superior:	de 140 a 108
Bom:	de 107 a 95
Regular:	de 94 a 83
Fraco:	de 82 a 0

atividades de campo

Procure desenvolver fora da classe atividades que o levem a testar as suas aptidões.

1. *Teste prático de aptidão motora*

Execute uma atividade que exija movimentos coordenados envolvendo braços, mãos e dedos. Tente, por exemplo, fazer um caixote de madeira, serrando, pregando, colando, cortando e armando as partes. Observe criteriosamente o seu desempenho, ou peça para outra pessoa observá-lo; anote aqui o resultado.

Trabalho executado: caixote de madeira, ou outro.

Resultado: ( ) Excelente.
( ) Bom.
( ) Regular.
( ) Péssimo.

2. *Teste prático de aptidão verbal*

Execute uma atividade que se relacione com a habilidade de falar, de escrever e de compreender facilmente as idéias, expressas de forma verbal. Tente, por exemplo, fazer um discurso, escrever um poema ou descrever um filme que assistiu. Observe criteriosamente o seu desempenho, ou peça para outra pessoa observá-lo; anote aqui o resultado.

Trabalho executado: Atividade escolhida pelo aluno.

Resultado: ( ) Excelente.
( ) Bom.
( ) Regular.
( ) Péssimo.

3. *Teste prático de aptidão artística*

Execute uma atividade que se relacione com atividades artísticas, como destreza manual, imaginação criadora, julgamento estético, gosto pelas artes. Tente, por exemplo, criar objetos artísticos, tocar instrumentos musicais, criar uma música, dançar, ou mesmo visitar um museu artístico. Observe criteriosamente o seu desempenho, ou peça para outra pessoa observá-lo; anote aqui o resultado.

Trabalho executado: Atividade escolhida pelo aluno

Resultado: ( ) Excelente.
( ) Bom.
( ) Regular.
( ) Péssimo.

52

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

O próximo elemento analisado foi a *Atividade de Campo*, conforme visto na Figura 31, sendo composta por atividades que propõem-se atestar e verificar alguns tipos de aptidões dos alunos, proporcionando uma visão holística acerca de quais habilidades os alunos têm preferência e proficiência em realizá-las. Isso se daria por meio da execução de atividades que testavam a desenvoltura em diversas áreas: motora, verbal e artística. Nos exemplos práticos mencionados, ficou evidente a liberdade dada aos alunos pelo professor em relação à escolha das tarefas que necessitariam de realização, o que nos mostra que tal arbítrio poderia ser visto como uma predileção do estudante por determinada área.

A partir de cada teste, era realizada uma atividade em que se tinha uma avaliação feita pelo professor a partir do resultado obtido que ia do "Excelente" ao "Péssimo", ajudando na produção de um cenário que ajudaria as instituições de ensino a observar como se dava o ensino da disciplina Educação para o Trabalho e com isso entender quais pontos podiam ser melhorados e os que deveriam ser mantidos.

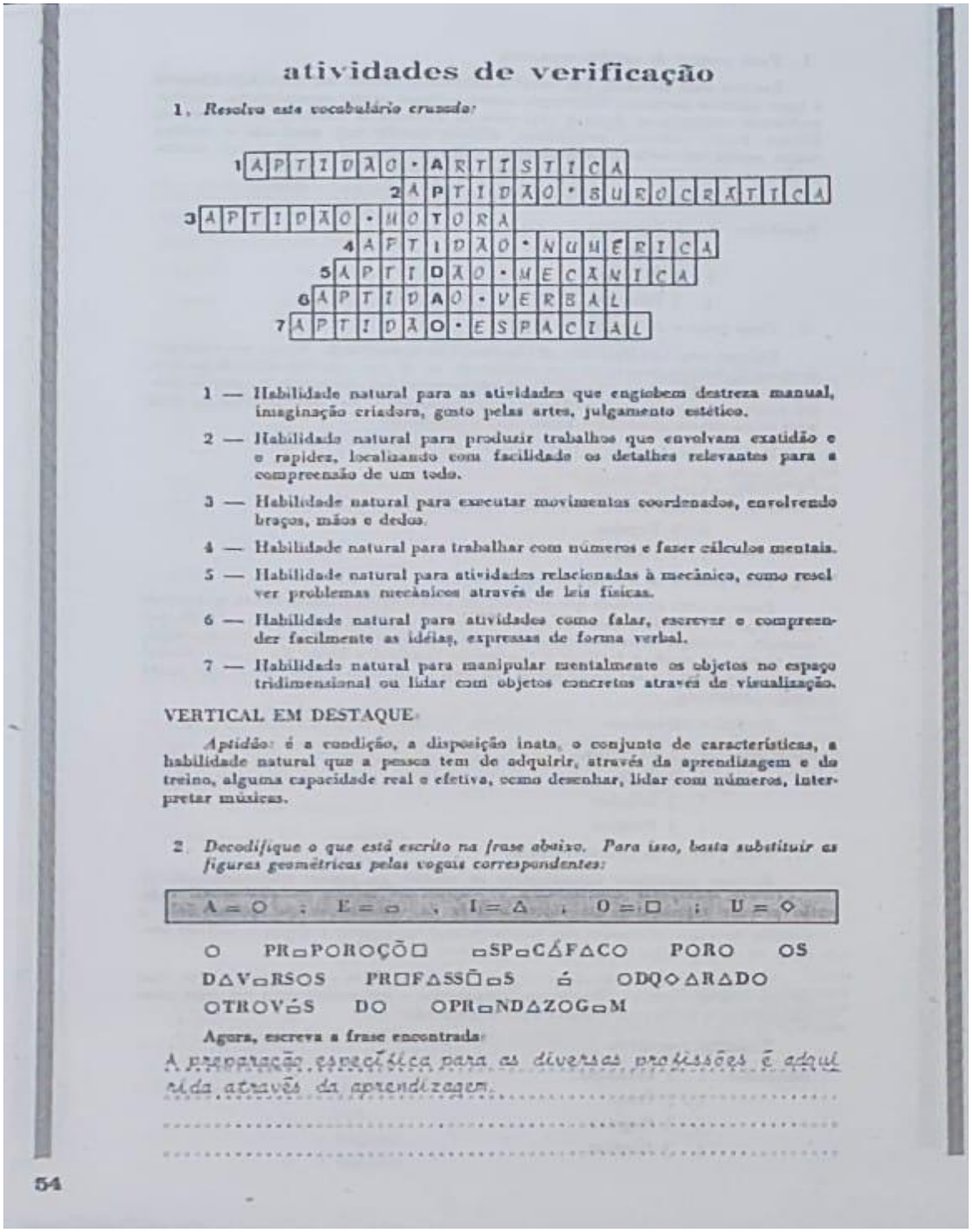
Concluindo o Capítulo 6, temos a *Atividades de Verificação* que aqui consistia em um jogo de palavras cruzadas, comumente visto nas seções analisadas, tendo como célula central a palavra que define o capítulo: aptidão, sendo composta ainda por sete linhas que tinham palavras que forneciam significado às afirmações propostas. Todas as respostas eram tipos de aptidão, como a numérica, verbal e espacial, assim como podemos verificar nas locuções extraídas da tarefa proposta:

> 4. Habilidade natural para trabalhar com números e fazer cálculos mentais.
> [...]
> 6. Habilidade natural para atividades como falar, escrever e compreender facilmente as ideias expressas de forma verbal.
> 7. Habilidade natural para manipular mentalmente os objetos no espaço tridimensional ou lidar com objetos concretos através de visualização.
> (Bortoli, s.d., p. 54).

Na segunda tarefa, encontramos um desafio de decodificação, no qual o jovem era instigado a decifrar as palavras com letras cifradas e cada vogal do alfabeto correspondia a um símbolo distinto, para com isso formar uma frase que fazia associação direta ao que a Atividade de Verificação preconizava. A resposta para esta questão era a seguinte: "A preparação específica para as diversas profissões é adquirida através da aprendizagem" (*ibidem*), restando demonstrado que as atividades elencadas funcionavam como base de nivelamento do conteúdo repassado em sala, sendo cruciais para o alcance do objetivo principal do Livro 2, que é o aluno comprovar que detém as competências necessárias para que as suas habilidades sejam

desenvolvidas com o auxílio de suporte específico, a fim de que ao final da oitava série do ensino fundamental, os alunos possuíssem uma base de conhecimento sólida para que pudessem escolher com segurança a sua futura profissão no grau seguinte.

Figura 32 – Atividade de Verificação, Capítulo 6, Livro 2



atividades de verificação

1. *Resolva este vocabulário cruzado:*

1 APTIDÃO · ARTÍSTICA
2 APTIDÃO · SURDOCRÁTICA
3 APTIDÃO · MOTORA
4 APTIDÃO · NUMÉRICA
5 APTIDÃO · MECÂNICA
6 APTIDÃO · VERBAL
7 APTIDÃO · ESPACIAL

1 — Habilidade natural para as atividades que englobem destreza manual, imaginação criadora, gosto pelas artes, julgamento estético.

2 — Habilidade natural para produzir trabalhos que envolvam exatidão e e rapidez, localizando com facilidade os detalhes relevantes para a compreensão de um todo.

3 — Habilidade natural para executar movimentos coordenados, envolvendo braços, mãos e dedos.

4 — Habilidade natural para trabalhar com números e fazer cálculos mentais.

5 — Habilidade natural para atividades relacionadas à mecânica, como resolver problemas mecânicos através de leis físicas.

6 — Habilidade natural para atividades como falar, escrever e compreender facilmente as idéias, expressas de forma verbal.

7 — Habilidade natural para manipular mentalmente os objetos no espaço tridimensional ou lidar com objetos concretos através de visualização.

VERTICAL EM DESTAQUE:

Aptidão: é a condição, a disposição inata, o conjunto de características, a habilidade natural que a pessoa tem de adquirir, através da aprendizagem e do treino, alguma capacidade real e efetiva, como desenhar, lidar com números, interpretar músicas.

2. *Decodifique o que está escrito na frase abaixo. Para isso, basta substituir as figuras geométricas pelas vogais correspondentes:*

A = ○ ; E = □ ; I = △ ; O = □ ; U = ◇

○ PR□POR○ÇÕ□ □SP□CÁF△C○ POR○ OS D△V□RSOS PR□F△SSÕ□S Á ○DQ◇△R△DO ○TR○VÁS DO ○PR□ND△ZOG□M

Agora, escreva a frase encontrada:

A preparação específica para as diversas profissões é adquirida através da aprendizagem.

54

Fonte: Elaborada pelo autora (2026).

Podemos concluir, portanto, a partir da análise realizada no livro 2, com base na amostra dos Capítulos 3 e 6, que o ponto central está relacionado à necessidade latente de que o jovem possua conhecimento, além de características de sua personalidade e aptidões desenvolvidas por meio de uma preparação específica, para que consiga ter êxito na escolha de sua futura profissão por meio de cursos profissionalizantes no próximo nível de estudo.

O tão falado "despertar de vocações" que ajudaria os jovens a escolher uma profissão que garantisse tanto o reconhecimento social quanto o financeiro, por meio de um bom salário e com isso garantir o alcance de seus objetivos financeiros e pessoais, funcionava como o início do seu processo de profissionalização. Logo, podemos afirmar que o Livro 2 tem como fulcro auxiliar os alunos naquilo que tange à absorção de conhecimento relevante para que estes possam decidir da melhor forma acerca da profissão que definirá o seu futuro e de sua família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto no supracitado trabalho dissertativo, podemos constatar que para sustentar a fachada criada de que "o país estava em franca ascensão" e com isso continuar recebendo capital estrangeiro por meio de vantagens advindas dos Acordos MEC/USAID, muitas empresas multinacionais se instalaram em território brasileiro, o que gerou a necessidade de mão de obra qualificada para o labor e com isso ascende o nosso objeto de estudo – A Lei nª 5.692 de 11 de agosto de 1971, que tinha como bases o "despertar vocacional" nos últimos dois anos do 1º Grau (sétima e oitava séries) e a compulsoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau.

Isto posto, quando falamos acerca da Lei nº 5692/1971, tornou-se importante demonstrar a relevância dos Pareceres Técnicos de nº 45/1972 e nº 76/1975, emitidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), pois estes foram de impacto mister para o referido cânone normativo estudado. O primeiro, instituído menos de seis meses após a promulgação da lei, trazia no texto a ratificação de sua pertinência, uma vez que esta já era alvo de diversos ataques. Certa feita, também tinha como essência o destaque para o "despertar de vocações" inerente aos alunos de 1ª Grau. Já a segunda peça técnica trouxe mudanças mais pontuais, como a criação das primeiras Habilitações Básicas e profissionais que faziam parte de um rol taxativo que continham formações como: Habilitação Básica em Mecânica, Eletrotécnica, Saúde dentre outras, corroborando a prerrogativa de que os alunos do 2º Grau já teriam, ao final deste ciclo de ensino uma profissão reconhecida, o que geraria vultosas chances de empregabilidade, em teoria.

Concomitantemente, constatamos que a Lei nº 5.692/1971 trouxe uma mudança para o ensino de 1º Grau que perdura até hoje: a amálgama do antigo Ensino Primário (1ª a 4ª séries) com o Ensino Ginasial (5ª a 8ª série), que formaria o que conhecemos como Ensino Fundamental. Na mesma observância, ocorreu a extinção do Exame de Admissão para o Ginásio.

Todavia, é digno de ressalte que, a lei durante todo seu período de eficácia normativa sofreu severas críticas, principalmente naquilo que se refere à sua aplicabilidade rápida pelas instituições de ensino em todo o país, uma vez que estas tiveram um prazo deveras diminuto para implementar mudanças não só em suas matrizes curriculares, mas em suas estruturas físicas e corpo docente para atenderem ao que preconizava a norma. Não obstante, os insumos que os centros educacionais careciam para tornar a teoria contida na Lei nº 5.692/1971 em prática eram insuficientes, tanto do ponto de vista financeiro, pois o repasse de recursos advindos do Estado era inferior ao necessário.

Em que pese, foi possível observar que houve adequações no que tange à nova realidade experienciada pelo país com o advento do processo de reabertura política e perda gradativa do poder pelos militares: a instituição de um novo instrumento legal - a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, que tinha como intento substituir partes da Lei nº 5.692/1971, tomando como exemplo o fim da compulsoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau, flexibilizando-o, uma vez que os custos para manter a obrigatoriedade do ensino nessa faixa educacional eram altos, o que favoreceu o escol empresarial que atuava no nicho da educação: as instituições privadas lograram êxito mais uma vez, pois antes eram compelidas a oferecerem cursos profissionalizantes, agora com o novo bojo jurídico vigente, poderiam disponibilizar os mesmos na modalidade subsequente, ou seja, os interessados conseguiriam se matricular em qualquer período depois de concluído o grau de ensino necessário, tornando o que era obrigação em poder de escolha, o que resultaria num sistema de expensas bem mais atrativo.

Ao nos debruçarmos no cerne da pesquisa em tela: a análise dos conteúdos de dois livros-manuais da disciplina Educação para o Trabalho, destinados aos professores da 7ª e 8ª séries, nos deparamos com uma volta ao passado, um mergulho na história do ensino profissionalizante brasileiro.

Certa feita, denominamos os mesmos de Livro 1 e Livro 2, intitulados na sequência: "Sondagem de Aptidões" e "Escolha Profissional". Para fins de amostragem, escolhemos dois capítulos em cada livro, visto que dessa maneira conseguiríamos potencializar o estudo pretendido. No Livro 1, os capítulos analisados foram o 1 e o 3: "O Trabalho - atividade produtiva e meio de subsistência do homem" e "O Trabalho - fonte de desenvolvimento e realização pessoal", em sequência. Já no Livro 2, nos debruçamos nos capítulos 3 e 6: "O exercício profissional" e "Fatores determinantes da escolha profissional (aptidão e preparação específica)", respectivamente.

Ressaltamos que demos ênfase a uma análise minuciosa, na qual teve seu início com o estudo dos aspectos pré-textuais como Capa e Prefácio, pois estes se mostraram como arcabouço importante para corroborar o estudo e elementos didático-pedagógicos que foram decompostos em cinco seções: *Pré-requisito*; Texto; *Atividades de Classe*; *Atividades de Campo* e Atividades de Verificação, que tinham como fomento o alcance dos objetivos estabelecidos para cada Livro.

Depreende-se da análise das atividades contidas em cada livro que a categoria "trabalho" era representada como fonte de ascensão social e fomento para a sobrevivência do homem, fornecendo a ele dignidade e sentimento de pertença aos grupos aos quais fazia parte, como família, igreja e amigos. Um homem sem trabalho era considerado um fardo para si e para a sociedade.

No que tange ao método de ensino utilizado pela autora nos dois livros-manuais, notamos a utilização de ferramentas pedagógicas lúdicas como “palavras cruzadas” e “ligue-ligue” como recursos com os quais o professor poderia trabalhar de forma mais eficiente o assunto em sala.

Nesse ínterim, no decorrer da análise dos dois capítulos do Livro 1, conseguimos depreender também que a noção que fornece o centro naquilo que compreende à formação para o labor dirigida aos alunos da 7ª série estava intrinsecamente ligada à estrutura das informações que auxiliavam os jovens a se manterem inteirados sobre o universo laboral, tais como os fundamentos inerentes ao mercado de trabalho, seus processos, benesses e prováveis detrimentos, da mesma forma versava sobre o valor do trabalho e a função preponderante do professor de estimular o aluno a encontrar habilidades que o levassem à escolha de uma profissão no grau seguinte de ensino. Entendemos que a principal incumbência do Livro 1 foi o estímulo direto ao despertar vocacional dos estudantes por meio de seu conteúdo.

Ao darmos continuidade a análise, nos debruçamos no teor do Livro 2 desenvolvido para ser trabalhado em consonância com os alunos da 8ª série, a partir da amostra citada em momento anterior, fomos de encontro ao prelúdio da nossa pesquisa, uma vez que tratamos do papel da disciplina Educação para o Trabalho na última série do 1º Grau, já compreendendo que, nesse ponto, era esperado que os jovens tivessem uma base sólida de conhecimento sobre o ecossistema do labor e suas ramificações.

O trabalho surge no Livro 2 com delineamento voltado para especialização, evidenciando que ofício geracional, aquele que passa do pai para o filho, por exemplo, continua tendo seu valor reconhecido, todavia, ocupa uma porção cada vez menor no mercado de trabalho em detrimento a profissões que advém do estudo profissionalizante.

No decorrer do inteiro teor referente ao Livro 2, evidenciamos o uso de ferramentas pedagógicas que denominamos de “micro tarefas”, que tinham como objetivo a memorização do conteúdo, uma vez que no livro em questão se faz referência a uma tríade fundamental que os alunos da 8ª série deveriam possuir: aptidão, afinidade pessoal com a função pretendida e preparação específica, esta última era de responsabilidade do professor da disciplina e da conjuntura escolar, pois os três elos citados poderiam diminuir as chances de escolher uma profissão que não fosse absorvida pelo mercado.

Conseguimos compreender a vultosa contribuição da disciplina Educação para o Trabalho para o desenvolvimento das habilidades necessárias para que os alunos do 1º Grau pudessem entender o funcionamento do mercado de trabalho e com isso fazer a melhor escolha e assim conseguir uma profissão que lhe proporcionasse sucessos financeiro e social.

Assim, entendemos que o trabalho em tela conseguiu referenciar, naquilo que tange ao trabalho e processo de profissionalização, as ideologias pertinentes ao assunto diante do contexto da Ditadura Militar, no qual o trabalho era visto como uma ferramenta dirigida aos jovens para que estes, por sua vez, estivessem qualificados para o labor, tendo em vista que a qualificação profissional foi um dos mais importantes instrumentos de difusão propagandista do regime de exceção.

Diante do exposto, restou comprovado o reconhecimento acerca da existência de uma pedagogia - aqui compreendida como processo de ensino, que apresentava o trabalho como componente imprescindível para o desenvolvimento do homem. Logo, ratificamos que, em face do que foi analisado, logo, ratificamos que, em face do que foi analisado, a relevância do ensino profissionalizante ascende já nos anos finais do 1º Grau, com o "despertar vocacional". Destarte, destacamos a importância deste trabalho como fonte perene de pesquisas sobre o ensino profissionalizante, servindo como base para que as presente e futura gerações conheçam e explorem a História da educação brasileira, com fulcro na lei nº 5.692/1971, principalmente no que tange aos seus impactos no 1º grau.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os Despossuídos:** crescimento e pobreza no país do Milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

BARROS. José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão - SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Acesso em: Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006/11329. Acesso em: 23 abr. 2025.

BEAL, Sophia. Obras públicas monumentais, ficção e o regime militar no Brasil (1964-1985). **Escritos:** Revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 259-280, 2010. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero04/sophia.pdf Acesso em: 22 abr. 2025.

BORTOLI, Lurdes de. **A Educação para o Trabalho:** a escolha profissional. São Paulo: Ibep, [s.d.], 118 p.

BORTOLI, Lurdes de. **A Educação para o Trabalho:** sondagem de aptidões. São Paulo: Ibep, [s.d.], 144 p.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/del5452.htm. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.** Regula a ação popular. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4717.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º Graus, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l5692.htm. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 45, de 12 de janeiro de 1972.** A qualificação para o trabalho no ensino de 2º Grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Brasília, DF, 1972. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/Parecer_n.45-1972_a_qualificacao_para_o_trabalho_no_ensino_de_2o._grau.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 76, de 18 de outubro de 1975.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º Grau. Brasília, DF, p. 24-44, 1975. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/Parecer_76 1975_o_ensino_de_2o_grau_na_Lei_5.692-71.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º Grau. Brasília, DF. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/Lei/1980- 1987/Lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico Brasileiro**. 28. ed. Petrópolis: Vozes/ Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

BUARQUE, Chico. **Apesar de Você.** Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 1978. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LZJ6QGSpVSk. Acesso em: 27 mar. 2025.

BUARQUE, Chico. **Construção.** Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 1971. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wBfVsucRe1w&list=RDwBfVsucRe1w&start_radio=1. Acesso em: 01 jul. 2025.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; MENESES, Raquel Marinho; MEDEIROS NETA, Olívia. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. **Revista Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 09, n. 10, p. 25. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9181. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9181/8057. Acesso em: 17 jul. 2025.

CARRIELO, Rafael. O Chefe: de czar da economia na ditadura à amizade com Lula, como Delfim Netto exerceu superpoderes e cultivou lealdades. **Revista Piauí**, ed. 96, set. 2014. Disponível em: https://thaleszp.com/files/O_chefe-Revista_Piaui.pdf Acesso em: 20 jun. 2025.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado.** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3 ed. Vozes: Petrópolis-RJ, 1981. 814 p.

FOLHA DE S. PAULO. **Banco de dados.** São Paulo, [*s. d.*]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/?_mather=7fdf745c-1dd8-4051-bb4b-758db51d1424 Acesso em: 15 jan. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **1968 - Ato Institucional nº 5.** Os Personagens - Jarbas Gonçalves Passarinho. São Paulo, 2008. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html. Acesso em: 27 jul. 2025.

FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego.** Brasília, 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego. Acesso em: 20 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. *In* P. Rabinow & H. Dreyfus. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: RJ: Forense Universitária, 1995. 319 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* Fazenda, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-100.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 296 p.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "Milagre" Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio. *et al.* (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 49-72.

HIGA, Carlos César. **A primeira fabricada Volkswagen no Brasil automobilístico de JK.** Disponível em: https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/periscopio/a-primeira- fabrica-da-volkswagen-no-brasil-automobilistico-de-jk-657365. Acesso em: 16 jun. 2025.

HORTA, José Silvério Baia. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 1982.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos do IFRN.** 2 ed. *[S. l]*: Sistema de Bibliotecas Integrado do IFRN, 2025. 52 p.

JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO, VII., 2024, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Nova Paideia, 2024. 10 p. v. 6. Tema: Ensino Profissionalizante. DOI 10.36732/riep.v6i3.554. Disponível em: https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/554/386. Acesso em: 6 abr. 2026.

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A Ditadura da Dívida.** São Paulo: Brasiliense, 1987, 209 p.

LEGALE. **Simplificando a Hierarquia das Normas no Direito Brasileiro,** [*S. l.*], 2025. Disponível em: https://legale.com.br/blog/constitucional-piramide-de-kelsen-interativa-simplificando-a-hierarquia-das-normas-no-direito-brasileiro. Acesso em: 11 jul. 2025.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória.** Editora da Unicamp: Campinas-SP, 1990. 476 p.

LOYOLA, Paulo Ricardo Gontijo. Valor e mais valia: examinando a atualidade do pensamento de Marx. **Argumentos,** Fortaleza – CE, n. 2, v. 1, p. 130-138, jul. 2009. Disponível em: https://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/18937. Acesso em 29 jun. 2025.

MARTINS, Benhur Mousquer. **Governo Juscelino Kubitschek:** legado ou estrago. Uma análise sobre as finanças públicas. 2017. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro 1 (O Processo de Produção do Capital), v. 1. 24. ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 2006.

MASSON, Gisele. Materialismo Histórico e Dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa,** Ponta Grossa - PR, n. 2, v.2, p. 105-114, jul.-dez. 2007. Disponível em: https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/428/ARTIGO_MaterialismoHistorioDial%c3%a9tico.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jun. 2025.

MENDONÇA, Sônia. **Estado e Economia no Brasil**: Opções de Desenvolvimento. Rio de Janeiro – RJ: Graal, 1986.

MONTAGNA, Wilson. A Doutrina da Segurança Nacional. Projeto História: **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 6. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12296. Acesso em: 24 mar. 2025.

NASCIMENTO JÚNIOR, Luiz Gonzaga do. **Comportamento Geral.** EMI Records Brasil Ltda Released, 1973. Disponível em: https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=comportamento+geral+gonzaguinha+youtube&type=E210BR853G0#id=1&vid=5268bb15a4316ca0d731a128e1bf86f7&action=click. Acesso em: 01 dez. 2025.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **A ajuda externa para a educação Brasileira na produção do "mito do desenvolvimento"**: da USAID ao BIRD. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/173858 Acesso em: 20 jan. 2025.

REDAÇÃO G1. **EUA fecham oficialmente a agência humanitária USAID.** Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/02/eua-fecham-oficialmente-usaid-diz-secretario.ghtml. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, Diana Rodrigues dos; SILVA, Francisco das Chagas Souza. O "Milagre Econômico" e a profissionalização obrigatória na Ditadura Civil-Militar no Brasil. **Diversidades, Tensionamentos e Reflexões:** Pesquisas em educação no Brasil e na Argentina. Cuiabá-MT: Ara, 2025. p. 440-465.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 3 ed. Campinas -SP: Autores Associados, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STALING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10072/11644 Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA FILHO, Agripono José e. **Relação de Trabalho x Relação de Emprego.** [S.l.], 2015. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/relacao-de-trabalho-x-relacao-de-emprego/168809422. Acesso em: 20 dez. 2025.

SINDURBANO. **FGTS: como surgiu e como funciona o maior fundo de proteção ao trabalhador da América Latina.** Paraná, [2019]. Disponível em: https://sindiurbano.org.br/Internas/Noticias/10528/fgts-como-surgiu-e-como-funciona-o- maior-fundo-de-protecao-ao-trabalhador-da-america-latina. Acesso em: 12 jul. 2025.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A Pedagogia Tecnicista e a Organização do Sistema de Ensino Brasileiro. **Histedbr On-Line,** Campinas, n. 70, p. 197-209, dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737. Acesso em 26 mar. 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SANTOS, Diana Rodrigues dos. Lembrança, esquecimento e reparação histórica: o bolsonarismo e a memória da Guerrilha do Araguaia. **Confluenze**: Rivista di Studi Iberomaericani, Bolonha, v. 15, n. 2, p. 85-112, dez. 2023.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia,** Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 2 abr. 2024

PAULI, Rita Inês Paetzhold; GONÇALVES, Gabriel Eduardo; VIOLA, Mariana Camboim. (Re)discutindo as implicações socioeconômicas do "Milagre" econômico Brasileiro. **Informe Econômico (UFPI)**, Teresina, v. 43, n. 2, p. 72-91, jul. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/948. Acesso em: 15 abr. 2025.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim.** Porto Alegre- RS: Penso, 2016. 313 p.